

MARCOS BARBOSA CARREIRA

Diagnósticos de Constituição para Construções Predicativas Adjetivais

CURITIBA

2008

MARCOS BARBOSA CARREIRA

Diagnósticos de Constituição para Construções Predicativas Adjetivais

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Maximiliano Guimarães

CURITIBA

2008

Dedicatória

Dedico essa dissertação...

A minha esposa Celia e a minha filha Djohana, pelo amor e paciência, pelo tempo tomado ao convívio e pelo apoio que sempre significaram para mim!

A minha mãe, Isabel, e ao meu pai, Daniel, bem como a meus irmãos, Israel, Paulo e Lucas.

Agradecimentos

Nesses dois anos muitas pessoas contribuíram de uma forma ou de outra para que esse trabalho tivesse condições de existir. Cada uma contribuiu a seu modo, mas estou certo de que foi importante a participação de todas elas nesse período.

As contribuições foram ou diretamente para esse trabalho ou simplesmente por ter me dado condições de aprender, trocar idéias e mesmo, mas não menos importante, permitir que me divertisse ou, ainda, emprestando-me seus ouvidos para que eu mantivesse minha saúde psicológica.

Muito do que de bom puder ser encontrado nessa dissertação pode ter sido resultado da contribuição de uma das pessoas abaixo, às quais devo meus agradecimentos. Os erros são de minha responsabilidade somente. Há também muitas contribuições anônimas, das mais diferentes formas e, que por falta de espaço e de minha memória, não seguem abaixo citadas. A estas pessoas também agradeço e peço minhas desculpas.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família, Celia e Djohana, pelo amor, pelo tempo tomado ao convívio e por me darem suporte.

Em especial, gostaria de agradecer a meu orientador, Maximiliano Guimarães, por tudo que aprendi com ele em suas inúmeras exposições durante nossas reuniões, discussões via e-mail e em suas orientações. Por seu envolvimento com esse trabalho. Tenho certeza de que sem ele esta dissertação não poderia existir; muito do que se vê aqui é permeado por seu espírito científico, perspicácia e dedicação.

A Maria José Foltran pelo apoio de sempre, pela força, por acreditar em mim, pelos comentários e por participar de minhas bancas de qualificação e de defesa. Acima de tudo, pela amizade e carinho.

A Patrícia Rodrigues pela ajuda no primeiro projeto, antes mesmo de eu ingressar no Mestrado. Por comentar meu trabalho por ocasião da III semana de Dissertação e Teses (2007) e em outras tantas oportunidades. E, ainda mais importante, por aceitar participar de minha banca de defesa. Espero que ela tenha tido a oportunidade de observar que alguém que ela ajudou a se encaminhar tenha aprendido os primeiros passos;

A Marcelo Ferreira pelos comentários em tantas oportunidades, pela ajuda com o \LaTeX e principalmente por participar de minha banca de qualificação.

A Luiz Arthur Pagani por me apresentar ao \LaTeX , pela amizade e por ter me convidado a participar do grupo de estudos de lógica e semântica.

A José Borges Neto pelos comentários e sugestões quando da definição de meu objeto de estudo e também por aceitar o convite para banca.

Às Professoras Ligia Negri, Teresa Wachovicz por comentários e apoio em muitas ocasiões.

À Professora Rossana Finau que desde de a minha graduação tem me incentivado e me feito acreditar que era possível. Eu acreditei, e foi possível. A ela meu muito obrigado!

A José Polak e Daniela Zimmermann pela grande amizade.

A Felipe Clemente, Gesoel Mendes, Gustavo Nishida, Livy M. Real Coelho, Ludmila Sandmann, Sirlei do Rocio entre outros, pelos comentários e pela amizade.

Aos participantes do IV Encuentro de Gramatica Generativa(em Mendoza, Argentina), entre eles, David Embick, José Camacho, que me forneceram comentários naquela ocasião.

Aos participantes do Encontro do GT da ANPOLL (Campinas/2007), em especial para Cilene Rodrigues e Marcelo Ferreira, pelos comentários e sugestões.

A Julio Barbosa pela ajuda e por emprestar seu tempo para discutir alguns dos meus dados e também pelas bibliografias compartilhadas.

A Leonor Simioni pelo apoio e comentários que, mesmo on-line, foram muito importantes.

Aos professores, colegas e funcionários da UFPR.

Ao Secretário Odair pela apoio nas soluções dos problemas burocráticos.

A meus pais e irmãos que, por muitas vezes, perguntaram quando eu iria acabar: a eles devo também esta expectativa.

A CAPES pelo apoio financeiro.

Epígrafe

“Universal grammar may be thought of as some system of principles, common to the species and available to each individual prior to experience”

(Noam Chomsky)

Resumo

A dissertação adiante é uma investigação sobre as estruturas de predicação, mais especificamente, numa definição o mais pré-teórica possível, sobre os fragmentos de estrutura sintática que superficialmente teriam a seguinte seqüência ... V+(D)+N+XP. As estruturas D+N+XP que são objetos desse trabalho, foram denominadas na literatura de *Small-Clauses*(SC) primeiramente por Williams(1975) e depois por Stowell (1981) e nas discussões que se seguiram entre esses dois autores(cf. Stowell(1981, 1983, 1991, 1995) e Williams(1980, 1983)). Essas construções foram também denominadas de Predicados Secundários (cf. Rothstein, 1983 *apud* Foltran, 1999) e Den Dikken(2006) e ainda como predicados complexos (cf. Bresnan (1978 *apud* Cardinaletti & Guasti, 1995)). Este trabalho apresenta então mais subsídios para a compreensão dessas estruturas por meio dos Diagnósticos de Constituição que são testes realizados para se conhecer em que contexto ocorrem ou não *Small Clauses*. Parte-se de cinco grupos de verbos subordinantes que dão o contexto estrutural em que as estruturas de predicações denominadas acima ocorrem. Esses grupos de verbos são representados nesse trabalho pelos verbos ‘ver’, ‘contratar’, ‘querer’, ‘considerar’ e ‘deixar’. Não é objeto dessa dissertação a estrutura fina das Small Clauses, mas busca-se a determinação de em que contextos sintáticos ela pode ocorrer. Em uma análise preliminar, constatei que para um dos verbos do paradigma, a saber, o verbo ‘comer’, não há qualquer estrutura proposta na literatura que seja compatível com os resultados de todos os testes juntos. Essa situação se caracteriza um paradoxo de constituição. A busca por resolver-lo é um dos principais pontos desse estudo. Esse trabalho elenca, então, algumas soluções para esse paradoxo, procurando contribuir para a discussão sobre as estruturas de predicação. Finalmente, as conclusões dos testes e as evidências apresentadas levam para a conclusão de que o verbo ‘querer’ e ‘ver’ são os únicos dos verbos estudados que admitem uma SC complemento. Por outro lado, o verbo ‘contratar’ e ‘comer’ podem estar associados a uma descrição estrutural com uma SC, mas, neste caso, uma SC-adjunta. Os verbos ‘deixar’ e ‘considerar’, por sua vez, não estariam associados a uma descrição estrutural com SC, uma vez que testes como o de pronominalização, de fronteamento e similaridades com verbos bitransitivos dão evidências de que ambos estejam associado a uma estrutura de bitransitivos, o que faz que tanto o DP e o AP sejam argumentos do verbo. Se esses resultados estiverem no caminho certo, há algumas soluções para algumas questões, mas outras acabam ressurgindo, como por exemplo, de que forma se dá a predicação numa estrutura como a que é proposta nesse trabalho.

Palavras-chave:*Small-Clauses*; Paradoxos de Constituição; Predicados Secundários; Estruturas de Predicação; Mini-oração; Construções Predicativas Adjetivais.

Abstract

This thesis is an inquiry on the predication structures, more specifically, in a possible pre-theoretical definition, the fragment of syntactic structure that superficially would have the following sequence ...V+(D)+N+XP. The structures D+N+XP that form this work object of inquiry have been called in the literature as *Small-Clauses* (SC) first by Williams (1975) and later by Stowell (1981) and in the discussions that happened later between these two authors (cf. Stowell (1981, 1983, 1991, 1995) and Williams (1980, 1983)). These constructions have also been called as Secondary Predicates (cf. Rothstein, 1983 *apud* Foltran, 1999) and Den Dikken (2006) and still as complex predicates (cf. Bresnan (1978 *apud* Cardinaletti & Guasti, 1995)). Therefore, this thesis presents more materials for the understanding of these structures by means of the diagnostics of constituency that are carried through tests which help us know in which contexts Small Clauses occur or in which they do not occur. This work departs from five groups of subordinate verbs that give the structural context where the structures of predication mentioned above occur. These groups of verbs are represented in this work by the verbs ‘ver’ (see) , ‘contratar’(hire) or ‘comer’ (eat), ‘querer’ (want), ‘considerar’ (consider) and ‘deixar’ (similar to ‘make’, ‘cause’, ‘leave’ or ‘let’). The fine structure of the Small Clauses is not an object of this thesis, instead it seeks to determine in which syntactic contexts they can occur. In a previous analysis, I have found that for at least one of the paradigmatic verbs, there is no structure proposed in the literature such that it is compatible with the results of all tests taken together. This situation characterizes a constituency paradox. Attempting to solve it is one of the main point of this study. It is shown, then, some solutions for this paradox, trying to contribute for the discussion on Small Clauses. Finally, the results of the tests presented and evidences considered lead to the conclusion that the verb ‘querer’(want) and ‘ver’ (see) are the only ones of the studied verbs that admit a complement of the Small Clause type. On the other hand, the verb ‘contratar’(hire) or ‘comer’ (eat), can be associated to a structural description with a Small Clause, but in this case an adjunct SC. The verbs ‘deixar’ and ‘considerar’, in their turn, would not be associated to a structural description with Small Clause, once the pronominalization tests, the fronting tests and the similarities with double object constructions, the bitransitives verbs, give evidence that both verbs are associated with a structure of bitransitives. This conclusion makes both the DP and AP as arguments of the verb (this is not new, see Williams(1980)). If this is the case, then I have a solution to some aspects of this constructions and other questions come up to the discussion as, for example, the question of how the predication relation is established in a structure as the one proposed here for verbs like ‘consider’.

Key-words: Small Clauses; Constituency Paradox; Secondary Predicate; Predication Structures; Adjectival Predicative Constructions.

Sumário

Lista de Tabelas	xi
Introdução	1
1 CAPÍTULO I	3
1.1 O objeto de estudo e apresentação geral	3
1.1.1 O Paradigma	6
1.1.2 Interpretação relevante	12
1.2 Objetivos deste trabalho	15
1.3 Hipóteses concorrentes	16
1.4 Metodologia	19
1.5 Considerações Finais do Capítulo I	22
2 CAPÍTULO II	23
2.1 Algumas considerações sobre o quadro teórico	23
2.2 O que é predicação?	26
2.3 A teoria das Small Clauses	28
2.3.1 Binding e as Small-clauses	32
2.4 A estrutura das SC, algumas propostas	34
2.4.1 Den Dikken(2006)	35
2.4.2 Antissimetria Dinâmica de Moro(2000)	37
2.5 A teoria da predicação	38
2.5.1 O ponto de vista de Schein(1995)	38

2.6	Considerações Finais do Capítulo II	41
3	CAPÍTULO III.....	42
3.1	O Teste de Fronteamento	42
3.1.1	Movimentos na Gramática	43
3.1.2	Os fronteamentos	45
3.2	O teste de acarretamento	50
3.3	Os Testes de c-comando: <i>binding</i>	60
3.3.1	Princípio C	61
3.3.2	Princípio B	62
3.3.3	Princípio A	64
3.4	Testes de pronominalização	65
3.5	Testes com perguntas <i>WH</i>	68
3.6	Testes com sentenças plenas	72
3.7	E se a sentença plena for fronteada?	75
3.8	Considerações Finais do Capítulo III	78
4	CAPÍTULO IV.....	79
4.1	Balanco final dos testes	79
4.2	Um Paradoxo de Constituição	80
4.2.1	Testes com o prefixo ‘re-’	83
4.3	Possíveis soluções para o Paradoxo de Constituição	86
4.3.1	A Hipótese (A) se Aplica?	87
4.3.2	Solução via VP-fronting	87
4.3.3	Quem sabe a solução se dê via <i>remnant movement</i>	89
4.3.4	Movimentos Oblíquos	91
4.3.5	Mais uma possibilidade: Nunes + Takano.....	91

4.3.6	Solução via Hornstein(2001)	96
4.4	Algumas considerações sobre o verbo ‘considerar’	99
4.5	Considerações Finais do Capítulo IV	105
5	Considerações finais	106
5.1	O caso do Caso	108
5.2	O caso da concordância	110
	Referências Bibliográficas	112

Lista de Tabelas

Tabela 1.1	Tabela das Classes de Verbos	11
Tabela 3.1	Balço parcial do teste Fronteamento	48
Tabela 3.2	Balço parcial dos acarretamento	59
Tabela 3.3	Balço parcial entre Fronteamento e Acarretamento	59
Tabela 3.4	Balço Parcial do Teste Pronominalização	67
Tabela 3.5	Balço parcial do teste com WH 'o que'	72
Tabela 3.6	Balço Parcial das Paráfrases com Sentenças Plenas	74
Tabela 4.1	Balço Geral Final	80
Tabela 4.2	Balço Geral Final - Revisto	82

Introdução

A dissertação¹ adiante é resultado de uma investigação sobre as estruturas de predicação, conhecidas na literatura por *Small-clauses* e mesmo por predicados secundários.

Meu objeto de estudo são as estruturas do tipo V+D+N+XP, em que D+N+XP *não* forma um DP complexo e entre D+N e XP há uma predicação (do tipo que pode ser descrito em termos de ‘função e argumento’ do cálculo de predicados de primeira ordem, por exemplo). Na literatura essas estruturas têm sido chamadas de *Small Clauses*, predicados secundários e predicados complexos. Defino melhor isso no Capítulo I, onde também restrinjo o XP à categoria dos adjetivos.

Para realizar essa investigação me baseei no quadro teórico da Gramática Gerativo-Transformacional (cf. Chomsky (1975 [1955]), 1965, 1981, 1986) na abordagem de Princípios e Parâmetros (cf. Chomsky & Lasnik 1993), seguindo parcialmente as orientações e sugestões oriundas do Programa Minimalista (cf. Chomsky 1993, 1994, 1995, 2000; Uriagereka 1998, 2002, 2008; Martin & Uriagereka 2000; Freidin & Vergnaud 2001; Lasnik & Uriagereka 2005; Boeckx 2006)

No curso dessa pesquisa defini e selecionei o paradigma e, com esses dados, fiz alguns testes de aceitabilidade, considerando as (i) possibilidades de fronteamto da seqüência D+N+XP, (ii) os padrões de acarretamento dessas estruturas, (iii) testes de c-comando usando Princípios A, B e C, (iv) as possibilidades de pronominalização, (v) testes com perguntas WH, (vi) paráfrases com sentenças plenas e (vii) fronteamto da sentença plena.

Os resultados desses testes foram, então, cruzados com as propostas de análise desse paradigma, as quais chamo de hipóteses concorrentes ou de estruturas concorrentes, apresentadas na literatura desde Williams(1980) e Stowell(1981). Desse cruzamento, verifiquei que algumas propostas capturam determinadas propriedades e outras propostas capturam outras, mas para algumas sentenças do paradigma, as propostas consideradas não capturam todas as propriedades numa única análise de constituição, i. e., em um único *marcador sintagmático*.

Esse paradoxo pode ser explicitado da seguinte forma: quando se adota uma estrutura

¹Esse texto foi redigido usando o L^AT_EX– uma ferramenta não-proprietária de editoração de textos profissionais –, juntamente com a classe ABN_TE_X que me forneceu, de forma elegante, rápida e prática, a formatação e o estilo adequados a uma dissertação.

proposta na literatura, satisfaz-se determinadas propriedades, por exemplo das possibilidades de se frontear NP+XP, mas não de todas as propriedades, por exemplo, aquelas exigidas pela pronominalização com ‘algo’. Quando se adota outra proposta, satisfaz-se as propriedades que a estrutura anterior não capturava, mas outras propriedades que essa estrutura capturava não são modeladas nessa última análise.

No capítulo I desta dissertação, apresento o objeto de estudo, o paradigma e as hipóteses concorrentes. Chamo de hipótese concorrentes aquelas análises estruturais que foram propostas na literatura desde Stowell(1981). Ainda nesse capítulo, apresento meu recorte, a metodologia e procuro explicar para o leitor qual a interpretação relevante para esse trabalho, uma vez que os dados do paradigma podem ter uma leitura de DP complexo e outra de construção predicativa. Na primeira, o adjetivo tem um função atributiva e, na segunda, uma interpretação predicativa.

No capítulo II, faço um breve discussão sobre a literatura que abordou o tema das *Small Clauses* e Predicados Secundários e também uma rápida apresentação do quadro teórico.

No capítulo III, os testes de constituência são elencados um a um juntamente com seus resultados, usando uma metodologia tradicional de coleta de julgamentos de aceitabilidade. A cada teste é possível saber que hipóteses de estrutura satisfazem as propriedades exigidas para um determinado teste. Assim, cada teste me dá cada uma das estruturas que o atende; com isso posso cruzar esses resultados e verificar, num balanço final, se o cruzamento não me levou a um conjunto vazio de estrutura, por não serem as mesmas hipóteses que satisfazem os diferentes testes.

No capítulo IV, apresento um balanço final dos testes e um novo dado que leva a um paradoxo de constituição. O paradoxo surge de um dado bastante interessante que acaba desafiando algumas das análises tradicionais apresentadas para dados que ficaram conhecidos como *Small Clause* adjunta ou Predicado Secundário Orientado para o Objeto (cf. Rothstein(1983) e Foltran(1999)). Por fim, apresento várias possíveis soluções a esse paradoxo, bem como seus problemas, privilegiando entre elas uma solução que consegue evitar a sobregeração notada, separar adequadamente o casos de *small clauses*, mas que não está livre, por sua vez, de outros problemas.

Antes de ir ao texto, lembro ao leitor o que disse Stowell(1995) sobre as *Small Clauses*: o autor se refere a essas construções como “*the black hole of the syntactic theory*”, portanto, o que se verá na dissertação adiante são basicamente testes de diagnósticos de constituição que funcionam como uma sonda na busca de uma explicação para esses ‘buracos negros da teoria sintática’.

1 CAPÍTULO I

Nesse capítulo apresento meu objeto de estudo, o recorte e o paradigma que é representado por meio de cinco tipos de verbos subordinantes e que se constituem como alguns dos contextos estruturais (provavelmente não todos) em que a predicação que estou estudando se dá. Apresento também qual a interpretação relevante, uma vez que há uma ambigüidade inerente a este tipo de dado em língua portuguesa. E procuro deixar clara a minha questão, meu problema e os objetivos desse trabalho. Ainda nesse capítulo apresento o que chamei na introdução de hipóteses concorrentes e encerro com a metodologia.

1.1 O objeto de estudo e apresentação geral

Meu objeto de estudo são as estruturas de predicação ou mais especificamente, em uma definição o mais pré-teórica possível, os fragmentos de estrutura sintática do tipo (D)+N+XP¹ que exibem as seguintes características:

- (i) XP é uma variável para as seguintes categorias AP, PP, NP, VP. Quando se tratar de um VP, o verbo se realiza em uma de suas formas nominais, infinitivo ou gerúndio;
- (ii) (D)+N+XP não forma um DP complexo, em que XP seria complemento ou adjunto dentro do NP nucleado por N; por exemplo: em ‘O Marcos contratou a mulher grávida’, o adjetivo pode ter uma interpretação atributiva, que diz que a mulher que o Marcos contratou é a grávida, dentre as outras mulheres que estavam postas num contexto. Os adjetivos atributivos formam junto com o NP um DP-complexo e expressam a pertinência a uma determinada classe²;

¹Estou descrevendo a estrutura em termos de álgebra de concatenação como um recurso expositivo, mas isso não significa que esteja modelando o fenômeno em termos de uma teoria de álgebra de concatenação como eram as teorias que Chomsky defendia nos anos 50 e 60, que é o que se encontra, por exemplo, em Chomsky(1957).

²Duas observações se fazem importantes: primeiro, vou procurar usar a nomenclatura DP e não NP, não entanto, algumas vezes os dois rótulos são usados indistintamente; segundo, quando apresento (D)+NP+XP, nesse formato, estou falando em termos lineares (superfície), para separar as frases da língua que trazem essa seqüência, sem que isso indique uma determinada análise estrutural.

- (iii) (D)+N+XP exibe uma predicação, em que XP predica de (D)+N de alguma forma. Para efeitos de delimitação do escopo deste estudo, tomei como estudo de caso as estruturas em que XP é um AP; por exemplo: em ‘O Brad Pitt viu a Angelina Jolie nervosa’, a seqüência ‘a+Angelina Jolie+nervosa’ é uma predicação, pois entre o DP ‘a Angelina Jolie’ e o AP ‘nervosa’ há um relação de predicação; assim, é a mesma Angelina Jolie, única nesse contexto, que está nervosa, e esse estado de nervosa em que ela se encontrava foi visto pelo Brad Pitt;
- (iv) e (D)+N+XP está no contexto estrutural V+ _____. Ou seja, observei os fragmentos de estrutura no formato ‘V+D+N+XP’, em que V é um verbo subordinante que, de algum modo, introduz uma outra predicação, tomando como argumento alguma subparte de D+N+XP, podendo ela ser, a depender do caso, o sub-fragmento D+N, ou XP, ou ambos, ou um suposto constituinte D+N+XP³;

Tendo em vista a definição dada acima, doravante nesse trabalho, vou me referir a elas como ‘predicação NP+XP’⁴.

As estruturas D+N+XP que estou estudando foram denominadas na literatura de *Small-Clauses*(SC) primeiramente por Williams(1975)⁵ e depois por Stowell (1981) e nas discussões que se seguiram entre esses dois autores(cf. Stowell(1981, 1983, 1991, 1995) e Williams(1980, 1983)). Outras denominações vieram, como Predicados Secundário (cf. Rothstein, 1983 *apud* Foltran, 1999) e Den Dikken(2006)⁶), ou ainda como predicados complexos (cf. Bresnan (1978 *apud* Cardinaletti & Guasti, 1995)), entre outras denominações. Para um trabalho de revisão geral e apresentação do tema, veja Cardinaletti e Guasti (1995) e os outros textos da mesma revista, tais como: Schein (1995), Sportiche (1995), Starke (1995), Raposo e Uriagereka (1995), entre outros. Veja também Bowers (2001) e Basílico (2003).

Na literatura citada acima, é considerado caso canônico de SC o constituinte supostamente formado por ‘a Celia inteligente’ do enunciado abaixo:

(1.1) O Marcos considera a Celia inteligente

A discussão sobre e tema é extremamente vasta, talvez porque haja muitos contextos gramaticais em que as predicações NP+XP aparecem, o que faz com que elas se mostrem,

³Lembre-se de que excluí o DP-complexo.

⁴Adoto NP aqui apenas para dar nome a essas estruturas e apenas nesse termo uso NP sistematicamente, sem que isso signifique que eu queira separar NP de DP, como citado em nota anterior. Não entro nessa discussão neste trabalho.

⁵Esse texto especificamente ainda não tratava das SC no formato que conhecemos hoje.

⁶Também sobre predicados secundários e mais referências sobre o contexto em que se insere esse trabalho remeto o leitor a Foltran(1999), que faz um estudo da predicação secundária no português do Brasil.

muitas vezes, como um desafio a uma abordagem teórica mais consistente.

Grande parte do que se escreveu sobre a predicação NP+XP gira em torno da hipótese da existência ou não das SC. Um dos textos importantes nessa discussão recebeu justamente o título de ‘*Against Small Clauses*’ (cf. Williams, 1983), o que acabou determinando o tom das discussões posteriores sobre esse assunto e sobre predicação⁷.

De um lado, os autores que assumem a existência das SC⁸ se concentram justamente em discutir qual a sua estrutura interna delas. De outro, os autores que não assumem as SC colocam seus argumentos contra a sua existência e discutem outras hipóteses para dar conta da predicação (cf. Williams (1980) e Williams (1983))⁹; uma terceira linha de discussão, também contra SC, assume a formação de predicados complexos (cf. Schein (1995), Bresnan (1978 *apud* Cardinaletti & Guasti, 1995)¹⁰).

Nos anos 80, para Williams e Stowell a existência ou não das SC era uma questão muito importante, pois eram duas teorias em competição e o que estava e está em jogo era a forma da predicação em sentido amplo, o que também envolvia discutir as predicções NP+XP que estudo aqui¹¹. Para entender melhor isso, veja a seção 2.3 no capítulo 2 desse trabalho.

Meu trabalho se propõe a fazer algo diferente do que há bastante presente na literatura. Não quero discutir categoricamente a existência ou não das SC. Admito que as SC podem sim existir em alguns contextos e não em outros. Sua existência em alguns contextos pode coincidir com algumas propostas, mas com outras talvez não. Para identificar estes contextos utilizei alguns testes de constituição e submeti os meus dados a testes de aceitabilidade.

⁷Há também um novo texto de Foltran e Mioto, cujo título é ‘A Favor de Small Clauses’ - veja-se Mioto e Foltran (2007), que discute a estrutura interna das SC.

⁸A teoria de Stowell (1981, 1983, 1991, 1995) ficou conhecida como a *Teoria das Small Clauses* que basicamente defendia que as SC formavam sim um constituinte e que esse era uma projeção de XP, em [NP XP], tornando-se [^{XP} NP X’].

⁹A teoria de Williams (1980) ficou conhecida como a *Teoria da Predicação* e propunha que o NP e o XP, acima, eram ambos argumentos do verbo (veja o exemplo (1.1), com o verbo ‘considerar’), entre os quais uma relação de predicação era estabelecida via indexação (cf. Cardinaletti & Guasti, 1995, pp. 2).

¹⁰Essa terceira visão defendia que seqüência NP+XP não formava um constituinte, mas que o DP é argumento de um predicado complexo formado pelo verbo principal e o XP. Essa análise foi proposta primeiramente por Chomsky (1955/75 *apud* Cardinaletti & Guasti, 1995, pp. 2).

¹¹Os textos que discutem a predicação NP+XP parecem ter perdido esse ponto de vista da discussão; ou se assume que a predicação é estrutural (o que privilegia uma análise tipo SC), ou se deve assumir que a predicação não é estrutural. No entanto, em algumas das principais encarnações do Programa Minimalista não se usa mais a indexação, assim, para estas versões, parece não ter restado outro caminho para codificar essa relação. Os textos que discutem a existência de SC, ou ignoram isso ou o assumem tacitamente. Isso me leva a pensar que é preciso uma definição de SC mais clara, pois uma possibilidade é assumir o que diz Stowell, e SC é só mais uma estrutura do tipo X’, sem qualquer violação (geralmente se coloca na literatura que a SC violariam o *princípio da endocentricidade*.), ou SC é na verdade a projeção de duas projeções máximas, o que não se encaixaria numa teoria X’ mais rígida (remeto o leitor a seção 2.4.2 onde faço uma breve resenha de Moro(2000)).

Então, para caminhar em minha pesquisa, compreender melhor essas estruturas e a natureza desse paradoxo, bem como para poder propor uma solução, apresento no Capítulo 3 os resultados dos testes de aceitabilidade. As análises proposta nesta dissertação objetivam apenas um nível de *adequação descritiva*, ainda distante da *adequação explicativa*, pois para atingir este nível é preciso conhecer mais profundamente estas estruturas, o que não seria possível realizar neste trabalho¹².

Meu diferencial é, portanto, este: não quero apenas discutir sobre a existência das SC – nos termos ‘existe, não existe SC’, e ponto final. Mais que isso, procuro conhecer as propriedades dessas estruturas e averiguar que propriedades sintáticas e semânticas elas exibem. Enfim, qual seu formato e em que contexto as supostas SC existem, se for o caso de elas existirem. Justamente aqui entram os testes de aceitabilidade.

Note que, apesar de a questão da existência das SC não ir para o lado do tudo ou nada, ela não foi totalmente excluída deste trabalho. Uma conclusão possível teria sido a de que não existe SC; outra, a de que ela existe e está em todos os lugares considerados; mas a conclusão a que cheguei é: *ela existe em alguns contextos e não em outros*.

1.1.1 O Paradigma

Este trabalho toma como base para seu paradigma cinco contextos estruturais de sentenças em que as predicções NP+XP ocorrem. Cada contexto estrutural é definido a partir de cinco tipos diferentes de verbos subordinantes, que vou representar aqui por estes verbos: *ver*; *contratar*; *querer*; *considerar* e *deixar*. Esses verbos, em sua grade temática, licenciam estruturas em que podem ocorrer as predicções que estamos considerando.

Apresento os exemplos do paradigma agrupados pela categoria de XP (AP, VP – gerúndio e infinitivo –, PP, DP), com cada verbo.

Os exemplos (1.2)–(1.6) ilustram casos em que XP é identificado como AP:

(1.2) O Pedro viu [a mulher grávida]

(1.3) O Pedro contratou [a mulher grávida]

(1.4) O Pedro quis [a mulher grávida]

(1.5) O Pedro considerou [a mulher grávida]

¹²Faço uma apresentação geral dos diferentes níveis de adequação propostos em Chomsky(1964, 1965) adiante.

(1.6) O Pedro deixou [a mulher grávida]

Apesar de eu ter fechado o escopo às predicções NP+XP – aquela entre colchetes – composta por um AP, não descarto que as análises que fiz não possam ser aplicadas a outras construções – como as SC gerundivas, preposicionais, infinitivas e nominais –, apesar disso é fato que há algumas diferenças. Entretanto, incluir esses casos me levaria a controlar um número ainda maior de variáveis.

Abaixo, apresento os demais agrupamentos de sentença de acordo com cada XP. Estou mantendo constante o maior número de elementos numa sentença e mudando uma variável de cada vez. Por isso, mantenho o XP e sigo, em um mesmo agrupamento, mudando apenas o verbo. Depois passo a um novo XP, para em seguida trocar novamente o verbo. Fiz isso para mudar uma variável de cada vez. Pode ocorrer que algumas sentenças soem, por isso, um pouco estranhas, uma vez que o XP pode não ser comum para determinados contextos. Por exemplo, no contexto em que o verbo é ‘considerar’, geralmente o XP denota uma propriedade mais duradoura ou inerente (ou ainda *individual-level*, veja uma posição sobre isso em Raposo e Uriagereka (1995)). Quando junto com esse verbo se inclui um item lexical que é geralmente utilizado em contextos que denotam propriedades não duradouras (*stage level*, alguma vezes¹³), percebe-se que há um pequeno estranhamento em relação à sentença¹⁴. No entanto, se forem bem controladas as variáveis pragmáticas, inserindo esta sentença num contexto adequado, vê-se que, na maioria das vezes, a sentença é perfeita, mesmo que marginalmente utilizada, devido à baixa frequência de tais contextos.

Na seqüência, apresento algumas construções com gerúndio que demonstram que existem diferenças entre os predicados XP e que a troca de um predicado de um tipo por um de outro tipo nem sempre produz sentenças aceitáveis, considerando o sentido relevante (discuto o sentido relevante na seção 1.1.2). Para esses exemplos, estou utilizando o verbo ‘beijar’ no lugar de ‘contratar’, para ajudar no controle das variáveis pragmáticas. Acredito que isso não deva causar maiores problemas:

(1.7) O Pedro viu [a mulher andando]

¹³“Essa distinção foi tratada por Carlson (1977), separando propriedades em predicados de indivíduo (*individual level*) e predicados de estágios dos indivíduos (*stage level*)”, conforme Miotto & Foltran (2007).

¹⁴Um exemplo disso são as sentenças abaixo, em que ‘nua’ denota algo transitório ou passageiro, porém o verbo ‘considerar’ é geralmente usado junto com propriedade menos passageiras como ‘inteligente’ e ‘alto’:

- (i) O Pedro considerou a Sharon Stone inteligente;
- (ii) O Pedro considerou a Sharon Stone nua.

(1.8) ?O Pedro beijou [a mulher andando]

(1.9) O Pedro quis [a mulher andando]

(1.10) *O Pedro considerou [a mulher andando]

(1.11) *O Pedro deixou [a mulher andando]¹⁵

O que se vê em (1.8) não significa que a sentença seja agramatical ou inaceitável, mas que me parece impossível no sentido relevante¹⁶, isto é, aquele em que ‘andando’ predica de ‘a mulher’, o que Foltran (1999) chama de Predicado Secundário Orientado para o Objeto. Como predicativo do sujeito, não me parece haver qualquer problema. Há mais um fato sobre essas gerundivas: se mudo os verbos no caso do exemplo (1.8), para o verbo ‘encontrar’, que julguei pertencer a este mesmo grupo, não se observa mais os mesmos problemas com a sentença, como em (1.12):

(1.12) O Pedro encontrou [a mulher andando]

No caso das infinitivas, a inaceitabilidade das construções é maior. O infinitivo não se enquadra na maioria dos contextos sintáticos que estou estudando:

(1.13) O Pedro viu [a mulher andar]

(1.14) * O Pedro beijou [a mulher andar]

(1.15) * O Pedro quis [a mulher andar]

(1.16) * O Pedro considerou [a mulher andar]

(1.17) * O Pedro deixou [a mulher andar]¹⁷

Esse fato tem servido de ferramenta para alguns autores argumentarem a favor de que o verbo da matriz na verdade selecione o predicado das SC, o XP da predicação NP+XP, e que

¹⁵Porém, como observou Patrícia Rodrigues durante a defesa desta dissertação, a sentença ‘O Pedro deixou a Maria *esperando* um filho’ é aceitável.

¹⁶No entanto, veja esse exemplo: “O Real Madrid contratou o Robinho batendo um bolão”, ou “O Barcelona contratou o Ronaldo Fenômeno batendo um bolão, mas o Milan contratou ele fora de forma e em fim de carreira”. E agora? A inaceitabilidade de (1.8) não se verifica para todos os casos de XP gerundivo, o que demonstra o quão complexa é a questão, e o quão necessário é fazer um recorte do tipo que fiz, para poder estudar o fenômeno de modo mais sistemático.

¹⁷Note ainda que o que se vê neste exemplo não deve enganar, pois somente no sentido de ‘permitir’ essa sentença seria boa. Com a interpretação de ‘deixar’ como ‘causar’ – como se ‘deixar’ fosse a realização fonética de um ‘CAUSE’ abstrato – ela é completamente inaceitável.

essa seleção é que restringiria a ocorrência de uma subordinada infinitiva. Não fica claro, no entanto, como se daria essa seleção, pois se for uma SC, já no ponto de partida, a relação entre o verbo matriz e o XP não é local, não há irmandade, o que implicaria em supor que o verbo seleciona a SC e que de alguma forma esta deveria codificar a sua categoria, para que se possa explicar a c-seleção.

Veja como ficam as predicções NP+XP, em que XP é um PP:

(1.18) O Pedro viu [a mulher no parque]

(1.19) * O Pedro beijou [a mulher no parque]

(1.20) O Pedro quis [a mulher no parque]

(1.21) * O Pedro considerou [a mulher no parque]

(1.22) * O Pedro deixou [a mulher no parque]

Novamente, vê-se um caso de pouca produtividade. No entanto, quando se considera outros PP, nota-se que essa produtividade não é tão limitada assim. Veja-se, por exemplo, alguns PP um pouco diferentes, que têm denotações diversas dos PP locativos acima:

(1.23) O Pedro viu [a mulher em total estado de embriaguez]

(1.24) O Pedro beijou [a mulher em total estado de embriaguez]

(1.25) O Pedro quis [a mulher em total estado de embriaguez]

(1.26) ? O Pedro considerou [a mulher em total estado de embriaguez]

(1.27) O Pedro deixou [a mulher em total estado de embriaguez]

Como se vê, os PP tornam-se muito produtivos nos exemplos acima em que eles não denotam lugar, mas algo como um estado. Incluir nesse estudo também os PP iria aumentar em muito as variáveis a serem consideradas, e por isso não os incluí.

Veja abaixo as predicções nominais:

(1.28) ?O Pedro viu [a mulher uma gata]¹⁸

(1.29) *O Pedro beijou [a mulher uma gata]

¹⁸Com a interpretação imaginativa (cf. Rodrigues 2002, 2003) essa sentença é perfeitamente aceitável.

(1.30) O Pedro quis [a mulher uma gata]

(1.31) O Pedro considerou [a mulher uma gata]

(1.32) O Pedro deixou [a mulher uma gata]

As nominais são um pouco melhores que as outras, depois das adjetivais. No entanto, observe que o nome ‘gata’ pode ter interpretação meio adjetival, o que torna esse nominal bastante peculiar. Os exemplos que seguem, com os nominais ‘sua melhor amiga’ e ‘presidente da república’, mostram que a questão não é tão simples assim:

(1.33) *O Pedro viu [a mulher sua melhor amiga]

(1.34) *O Pedro beijou [a mulher sua melhor amiga]

(1.35) ??O Pedro quis [a mulher sua melhor amiga]

(1.36) O Pedro considerou [a mulher sua melhor amiga]

(1.37) ??O Pedro deixou [a mulher sua melhor amiga]

(1.38) *O Pedro viu [a mulher presidente da república]¹⁹

(1.39) *O Pedro beijou [a mulher presidente da república]

(1.40) O Pedro quis [a mulher presidente da república]

(1.41) O Pedro considerou [a mulher presidente da república]

(1.42) O Pedro deixou [a mulher presidente da república]

Um estudo mais completo e cuidadoso deverá levar em conta que cada um dos tipos das predicções NP+XP, e mesmo cada tipo de XP em si, não é homogêneo, conforme visto acima. Por isso, neste trabalho me restringi às predicções em que XP é um AP, isto é, predicções NP+AP, porque essas predicções parecem ser mais produtivas nesse contexto; além disso, incluir as outras categorias tornaria o trabalho mais complexo, extrapolando as limitações de uma

¹⁹Com a interpretação imaginativa, conforme os trabalhos de Rodrigues (2007), essa sentença é perfeitamente aceitável.

dissertação de mestrado. Enfim, estou me impondo esse recorte por questões metodológicas também, com o objetivo de fazer uma coisa de cada vez²⁰.

Assim, os dados acima, todos eles, dão uma idéia de meu paradigma, ou seja, deixa mais claro o que são as *predicações NP+XP*. É necessário mencionar que os dados de meu paradigma apresentam uma ambigüidade. Apesar de o formato de meu recorte, na apresentação do objeto de estudo, excluir de antemão essa ambigüidade, devo considerá-la, pois ela é uma propriedade dos dados (enunciados) em si²¹, que se enquadram em meu paradigma. Todas as frases acima apresentam essa mesma propriedade, e todas que se enquadram no paradigma, apresentam uma outra interpretação possível, qual seja aquela que provem de um DP-complexo. Como se verá na próxima seção, apenas uma Descrição Estrutural (SD) correspondente a um dos sentidos possíveis e é recortado como sentido *relevante*.

Para encerrar esta seção, lembro ao leitor os verbos subordinantes que estou utilizando em meu paradigma. São cinco grupos representados pelos verbos que listei no início da seção. Para uma melhor noção de que grupos são esses, observe a tabela abaixo, na qual os verbos que selecionei encabeçam as colunas:

ver	contratar	querer	considerar	deixar
ouvir	encontrar, achar	desejar	julgar	
sentir	beijar		achar	
	comer		supor,	
	espancar		nomear, declarar	

Tabela 1.1: Tabela das Classes de Verbos

Em sua tese, Gomes(2006) ainda cita outros verbos, como ‘acreditar’, ‘crer’ que não estão neste recorte, porque não apresentam o tipo de predicação NP+XP definida neste trabalho;

²⁰Por que será que quando se muda o tipo de XP os padrões diferem? Provavelmente, isso está atrelado aos tipos de verbo subordinante, que de alguma forma têm grades temáticas distintas, que assim selecionam categorias diferentes. Assim, na especificação léxico-semântica desses verbos, algumas permissões e proibições são dadas de saída. Dessa forma, um determinado tipo de XP vai ter de se combinar, se enquadrar nesse contexto. Isso poderia ser um argumento de que eu deveria estudar tudo para que pudesse conhecer a fundo essas estruturas. No entanto, tudo acaba sendo muita coisa e, como disse acima, complicaria muito controlar tanta coisa no nível em que estou trabalhando. Apesar disso, não deve ser descartada a possibilidade de se construir, a partir disso, um oitavo teste (que testaria as possibilidades de subcategorização de cada verbo), uma vez que seria esperado que os verbos que selecionam uma SC não subcategorizem o XP, permitindo a realização de XPs de diferentes categorias. Mas e se os outros testes apontarem para uma SC como argumento de um determinado verbo e mesmo assim se verificar que há algum tipo de subcategorização do XP? Restar-me-ia, então: ou isso não é SC, ou há SC diferentes e o que se conhece por SC é bem mais que isso, algo como uma projeção de AP, PP etc.

²¹Não usei o termo técnico ‘sentença’, porque no quadro teórico em que este trabalho se insere, ‘sentença’ refere-se a uma Descrição Estrutural (SD), um *marcador sintagmático – phrase marker* em inglês – o que torna absurdo falar em ambigüidade. Assim as realizações fonéticas de nossas sentenças coincidem com a realização de outra sentença em que o NP e XP formam um DP-complexo, por isso usei o termo ‘dado’, por julgar que este seja mais geral, menos técnico no sentido que interessa aqui. Essa ambigüidade é bastante importante, pois ela interfere muito no *design* de meus testes.

por exemplo, o dado ‘O Pedro acredita a Maria inocente’ não é uma sentença do português.

Na tabela (1.1.1), vê-se que alguns grupos não são assim tão produtivos, pois possuem menos verbos. Além disso, mesmo os grupos que construí poderiam ser subdivididos em mais grupos, dependendo do ponto de vista que se tiver. Outro fato, que é característico do recorte que fiz, é que os verbos são todos transitivos no sentido tradicional do termo, isto é, selecionam algum complemento cujo estatuto categorial está em discussão. Preliminarmente, poderia afirmar que alguns verbos selecionam um DP e outros um constituinte oracional, isto é, o suposto constituinte formado de ‘D+N+XP’, que é uma predicação NP+XP (e não é um DP-complexo), e a que a literatura tem chamado de SC.

1.1.2 Interpretação relevante

Ao abordar os dados desta dissertação, é preciso ter em mente que há uma interpretação a que chamo ‘relevante’ para os objetivos desse trabalho: essa interpretação é conhecida como *interpretação predicativa*; no entanto, existe outra interpretação possível que é a *interpretação atributiva* dos adjetivos que aparecem em meus dados, e essa interpretação é irrelevante.

A ambigüidade de que tratei na seção anterior, e que ficará mais clara em seguida, é um dos complicadores de meus testes de aceitabilidade, porque muitas variáveis devem ser controladas para que o informante julgue os dados de acordo com a interpretação relevante.

A interpretação que interessa a este trabalho é aquela que toma o adjetivo ‘grávida’ como um predicativo; por exemplo, em (1.3) – ‘O Pedro contratou a mulher grávida’ – a leitura relevante é aquela em que o Pedro contratou a mulher no momento em que ela encontrava-se no estado de gravidez; e não aquela em que, dentre todas as candidatas, aquela que era uma mulher grávida é a que foi contratada pelo Pedro (aqui se trata da conhecida leitura atributiva). Isso vale de maneira semelhante para todas as sentenças acima. Dessa forma, estou especificamente interessado na SD que está relacionada com o significado conhecido na Gramática Tradicional, e mesmo na Gramática Gerativo-Transformacional, por interpretação predicativa. Assim, ‘grávida’ denota um ‘estado’ e esse estado vigora num espaço definido de tempo, geralmente dado pelo tempo da oração matriz. Conforme essa interpretação, não podemos dizer, por exemplo, para ‘O Pedro viu a mulher grávida’, em (1.2), que a mulher que Pedro vê é aquela que se distingue de outras mulheres por pertencer ao conjunto das mulheres grávidas, mas que se trata daquela mesma mulher de que esta se falando ou está posta no contexto e da qual pode-se afirmar que Pedro a viu grávida, isto é, seu estado de gravidez foi objeto da visão de Pedro, ou mesmo que ele a viu no estado de gravidez.

Para ficar mais claro, coloco abaixo uma das sentenças do paradigma, exemplo (1.3), repetido abaixo como (1.43a) e sua paráfrase, em(1.43b), usando um pronome no lugar de ‘a mulher’, o que nos garante uma melhor clareza do que estou entendendo por interpretação relevante, e adjetivo *predicativo*:

(1.43) a. O Pedro contratou [a mulher grávida]

a. O Pedro contratou ela grávida

Ilustrando essa questão, veja o que diz Ilari (1985 *apud* Foltran (1999)), cujo ponto considero bastante esclarecedor:

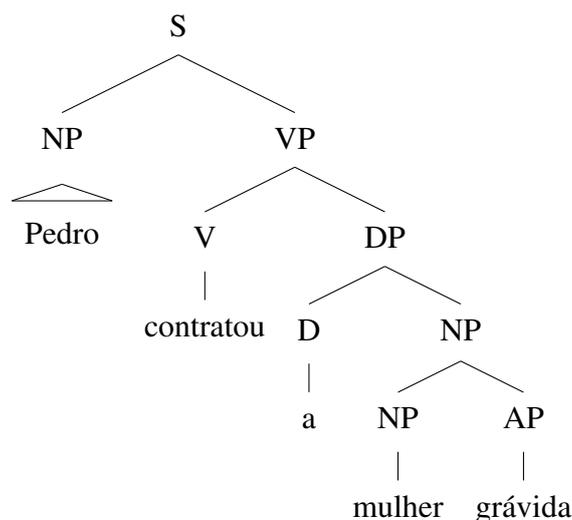
“A dificuldade em encarar esses adjetivos como adjuntos é que (...) o papel normal do adjunto é o de expressar uma ‘restrição’, uma intersecção de classes. Ora não há restrições nos nossos exemplos [Totó voltou com o focinho sujo], o focinho com que Totó volta da rua não é um focinho que acabamos de identificar entre vários outros por ser ou estar sujo: é o mesmo focinho de sempre, com que ele havia saído de casa depois do banheiro de xampu (...) diz-nos como está o focinho do cachorro ao voltar e não com qual focinho o cachorro volta, isso é um indício seguro de que o adjetivo ‘sujo’ não é um adjunto” (p. 55).

O que Ilari coloca vale para todas as sentenças acima e em todos os exemplos que eu citar e, salvo afirmação em contrário, estarei analisando esse tipo de interpretação. A construção de Ilari, embora não sendo a mesma, pois o NP e o XP estão dentro de um adjunto, vale para ilustrar basicamente o que se entende por interpretação predicativa.

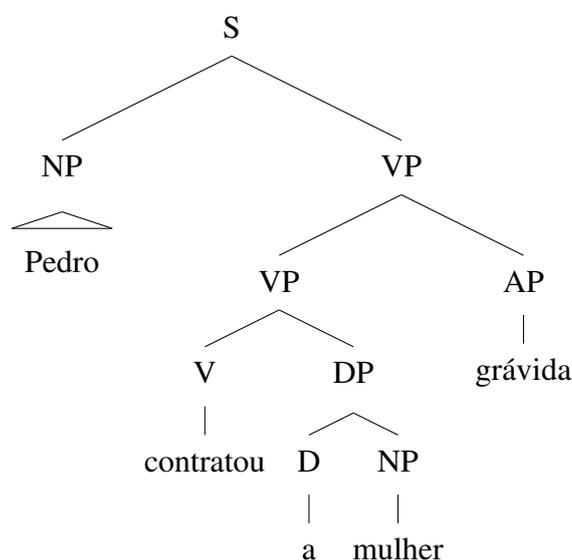
Observe abaixo como a literatura tem apresentado as diferentes interpretações da sentença *O Pedro contratou a mulher grávida*, nosso exemplo (1.3). Note que o XP grávida está numa posição diferente nas árvores abaixo, e que (1.45) é justamente uma das propostas para predicação NP+XP²²:

²²Colocar esta proposta aqui, não significa que eu já esteja me comprometendo com ela.

(1.44)



(1.45)



Em (1.44), o AP grávida está junto numa relação local com o ‘a mulher’, enquanto que em 1.45, o AP grávida está mais alto na árvore. O importante aqui é que deve ficar para o leitor é que estou estudando apenas o segundo tipo de interpretação. Deve ficar claro também que a representação acima é ilustrativa e incompleta e poderá ser questionada no curso de nossa pesquisa. Essa estrutura será apresentada novamente adiante quando as hipóteses concorrentes são apresentadas e, certamente, ela pode ser (ou não) a SD de algumas de nossas sentenças.

Acredito que o formato por meio do qual eu defini o objeto de estudo e o escopo desse trabalho, já *exclui* automaticamente a outra interpretação e também deixa claro qual é a interpretação relevante, uma vez que XP deve predicar de NP²³, sem formar com este um DP-complexo²⁴. Dessa forma o marcador sintagmático (1.44) fica excluído automaticamente.

²³Existem uma questão sobre qual o nível estrutura a que se adjungiria o XP que estou abstraindo neste trabalho.

²⁴Importante notar que em se considerando a preferência do Parser, parece que a interpretação de DP complexo é preferida. Volto nisso adiante.

Finalmente, note que estou trabalhando com predicados XP orientados para o objeto, uma vez que há outros casos em que XP pode predicar do DP²⁵ sujeito da sentença global em que encontramos a predicação NP+XP²⁶.

1.2 **Objetivos deste trabalho**

As conhecidas predicações NP+XP, apesar de muito discutidas, ora como SC, ora como predicados secundários, ou mesmo como predicados complexos, não receberam uma análise que tivesse um consenso maior entre os lingüistas, tanto que para Stowell(1995, p. 271), as SC tem sido o “buraco negro da teoria sintática”. Existem diversas propostas, mas ainda hoje o campo para o debate está aberto e é bem rico. Em si, essa diversidade já é um grande mote, um problema que pode ser abordado de alguma forma numa dissertação.

Diante de tantas propostas, fui buscar novos testes e procurar uma solução mais unificadora. No entanto, o cruzamento entre os testes mostra que as propriedades de uma determinada construção não são capturadas por apenas uma das estruturas proposta. Assim, pretendo apresentar as discussões sobre essa predicação, os testes e discutir algumas soluções descritivas para as questões que surgirem, como forma de contribuir com esse debate.

Colocando então em outros termos, este trabalho tem, como objetivo geral, estudar as estruturas de predicação das *predicações NP+XP*, tais como SC e predicados secundários.

Para melhor compreender os objetivos gerais e específicos desta dissertação, vale notar que o que fiz está contextualizado numa abordagem em que não se está assumindo que, para todas as estruturas (veja a seção das hipóteses concorrentes em 1.3), as SC existem ou não existem²⁷, que para todas as estruturas, a estrutura interna da SC vai ser a mesma, nem que para todas as estruturas, a estrutura global das sentenças vai ser a mesma, mas que em um contexto estrutural mais amplo, essas questões podem ter respostas diferentes.

Então, mais especificamente são questões centrais para esse trabalho: (i) conhecer e estudar as teorias sobre a estrutura das predicações NP+XP; (ii) realizar experimentos mais sistemáticos com essas estruturas para (a) determinar em quais contextos as SC podem existir; e (b) se as propostas atuais de fato se sustentam com o cruzamento dos testes; e finalmente (iii) qual seria a estrutura global das sentenças que as contêm.

²⁵Para unificar a nomenclatura, vou me referir a DP, daqui em diante.

²⁶Sobre predicados orientados ao sujeito e a objetos em Língua Portuguesa, remetemos o leitor a Foltran(1999)

²⁷Um dos trabalhos que admitem as SC em alguns contextos é o trabalho de Moro (2000) que apresenta as SC como pontos de simetria, uma solução inusitada e muito interessante que admite dois tipos de SC, as *Bare SC* e as *SC complemento de verbos* que ele denomina de *Believe-Type verbs*.

Submeti cada tipo de sentença do paradigma aos seguintes testes: (i) fronteamento da seqüência D+N+XP, suposta SC; (ii) acarretamentos; (iii) relações de ligação (princípios A, B e C) envolvendo os DP contidos na predicação NP+XP; (iv) Teste de pronominalização; (v) perguntas WH, sendo este fronteado; (vi) paráfrases com sentenças plenas; e (vii) o fronteamento das respectivas sentenças plenas. Depois, cruzei estes testes com as estruturas hipotéticas (ver seção 1.3) que foram propostas na literatura nos trabalhos que se seguiram desde Williams (1980) e Stowell (1983).

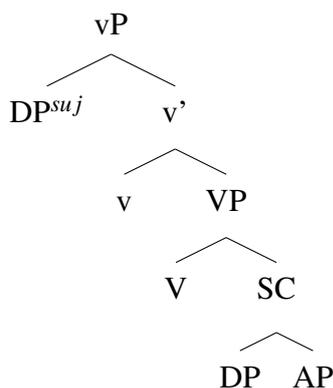
Os resultados demonstram que pelo menos uma das sentenças (as sentenças com o verbo ‘contratar’) tem uma estrutura diferente das propostas, pois um teste aponta para uma estrutura do tipo (A) e outro teste aponta paradoxalmente para uma estrutura do tipo (B) (veja seção 1.3). Isso se configura em um paradoxo de constituição, pois uma mesma estrutura não satisfaz duas propriedades simultaneamente, a saber, a possibilidade de fronteamento e os padrões acarretamentos. Se se adota a estrutura de tipo (A), consegue-se os acarretamentos, mas não há como frontear a seqüência N+XP da predicação NP+XP. E se se adota a estrutura de tipo (B), consegue-se derivar os fronteamentos, mas não se prevê adequadamente que tipo de pronominalização é possível. Não há como satisfazer ambos usando nosso sistema arbóreo mais tradicional, mas acredito que isso possa ser resolvido com propostas novas que têm sido feitas a partir do surgimento e adoção do *Bare Phrase Structure* de Chomsky (1995).

Em resumo, meu objetivo é apresentar esse quadro e num segundo momento propor possibilidades que atinjam o nível de adequação descritiva.

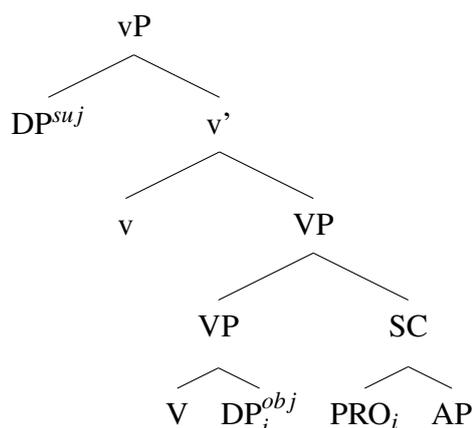
1.3 Hipóteses concorrentes

Nesta seção apresento quais são as hipóteses estruturais concorrentes, isto é, quais estruturas estou levando em conta para rodar os testes. São basicamente as mesmas estruturas que já foram apresentadas em algum momento nos debates sobre SC.

Hipótese A



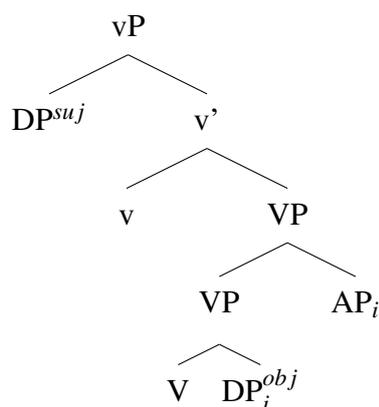
Hipótese B



As hipóteses (A) e (B) foram propostas pela teoria das SC de Stowell (1981). Para Stowell, as SC complementos têm uma estrutura como (A) (e o rótulo SC acima é apenas mnemônico, pois, para ele, aquilo é uma projeção de AP) e as SC adjuntas têm uma estrutura como (B), sendo também esta um projeção de AP. A estrutura (A) é uma das mais debatidas e aceitas na teoria. Os autores discutem mais especificamente qual seria sua estrutura interna (ver Uriagereka & Raposo (1995), Starke (1995) e Den DIKKEN (2006), *inter alia*), uma vez que, por oposição às orações plenas (full clauses), as SC seriam principalmente caracterizadas por não apresentar claramente categorias funcionais, ou como define Den Dikken(2006, p.60), “a Small-Clause is a subject-predicate structure lacking tense”. Sobre a estrutura interna, há uma grande discussão, e mesmo Stowell admite alguma projeção funcional, tomando por base o argumento de Raposo & Uriagereka (1995)(cf. Stowell (1995)).

É importante notar também que há uma outra versão de (B) na literatura, que vou chamar aqui de hipótese (B’):

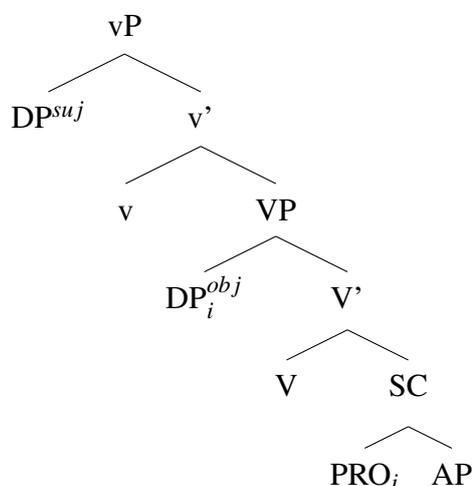
Hipótese B’



Essa é uma das propostas de análise de algumas das predicções NP+XP em termos de Predicados Secundários (cf. Rothstein(1983, 1995)) e que também aparecem nas análises de Predicados Secundários do Português nos textos de Foltran(1999), onde outras importantes fontes podem ser localizadas. A diferença entre (B) e (B’) é que em (B’) não haveria formação de SC mas apenas o predicado ‘puro’, se adjungiria a alguma projeção de VP. Observe que

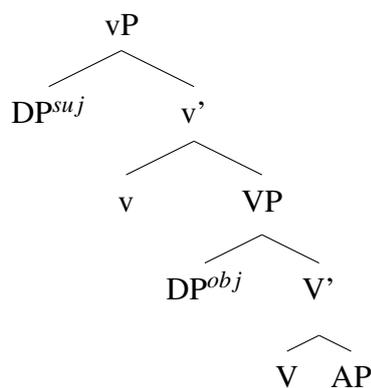
não havendo SC, não há necessidade de se postular um PRO nesse constituinte²⁸, conforme apresentei acima.

Hipótese C



A hipótese (C) trata-se de uma nova concepção de (B) de acordo com a visão de Larson (1988) e Larson (2004) em que adjuntos podem ocupar a posição de irmão de V numa estrutura de VP-shell.

Hipótese D



Por fim, a hipótese (D) é uma estrutura que, essencialmente, trata o verbo como triargumental, assemelhando-se à análise Larsoniana (LARSON, 1988) para os verbos bitransitivos. Uma outra possibilidade é que (D) seja essencialmente uma estrutura biargumental, com o adjunto ocupando a posição de irmão do verbo, conforme análises Larsonianas para advérbios. Essa análise se assemelha a proposta de Chomsky (1955, *apud* Cardinaletti e Guasti (1995)) em termos de predicados complexos, em que o predicado comporia²⁹ com o verbo um predicado complexo que tomaria um NP como seu argumento.

²⁸De acordo com as análises de Stowell(1981), a posição de *spec* deveria existir mesmo no constituinte AP, aliás, para ser mais preciso, é preciso dizer que Stowell propunha que as SC eram, na verdade, a projeção do núcleo lexical do predicado, logo o AP. Com o *Bare Phrase* (cf. Chomsky, 1995), no entanto, essa posição pode não ter sido projetada. De qualquer forma, ainda pesa sobre essa análise, a questão de como se daria a concordância.

²⁹A palavra 'Compor' foi usada num sentido mais amplo, e não é exatamente sinônimo de *merge*; aliás, quando eu quiser me referir à operação *merge*, utilizarei o termo em inglês. Não estou adotando nenhuma versão em português, tais como 'conectar' e 'compor', pois, uma vez que se trata de termo técnico, sua multiplicação é contraproducente.

1.4 Metodologia

Este trabalho se insere no quadro teórico da Gramática Gerativo-Transformacional, conforme referências apresentadas no início deste texto. Este quadro entende que a intuição do falante pode ser utilizada para acessar sua gramática internalizada (cf. Chomsky(1965, chp.2) e Phillips & Lasnik, 2003). Assim, usei a coleta de julgamentos de aceitabilidade para estudar as sentenças de meu paradigma.

Os testes incluem: frenteamento das predicções NP+XP, frenteando toda ela, isto é, a seqüência N+XP; testes de acarretamentos; testes de c-comando, usando *binding*, princípios A, B e C, entre outros. Também considere outros testes apresentados por Stowell(1991) e em Gomes(2006), por meio do qual se argumenta a favor das SC com verbos como ‘considerar’.

As construções discutidas neste trabalho e o tipo de operação que estou fazendo têm julgamentos de aceitabilidade muito difíceis de serem obtidos. Isso se dá por vários motivos. Primeiro, porque a aceitabilidade de uma sentença pode estar sujeita à *Saturação Sintática* (cf. Hiramatsu (2000) e também Sprouse (2007a) para duas visões diversas sobre isso), depois porque, além disso, é necessário deixar claro para o informante qual a sentença relevante, em outros termos, qual a interpretação relevante. Porém, não é possível simplesmente dizer qual é a interpretação em que estou interessado, pois isso prejudicaria os testes. Para superar estas questões, nos meus testes, as sentenças alvos foram apresentadas aos informantes dentro de um contexto dado previamente, permitindo que os julgamentos pudessem ser colhidos a partir de sentenças contextualizadas.

Não é nada simples fazer isso e, por vários momentos nesta pesquisa, tive de enfrentar essa situação para colher os julgamentos de aceitabilidade necessários para minha base empírica.

Para complicar ainda mais a história, a predicção NP+XP, como a entre colchetes em abaixo:

(1.46) Pedro comeu [a carne crua],

pode ser processada como um DP-complexo³⁰ e, quando se tenta forçar o processamento para colher o julgamento, fazendo uma focalização em *crua*, o falante ainda pode interpretá-la como se fosse focalizado o AP, ‘crua’, interpretando este como um adjetivo atributivo, que por sua vez

³⁰A existência dos colchetes nesta apresentação é apenas um recurso de exposição, não devendo o leitor entender que se esteja atribuindo à seqüência entre colchetes a formação de uma unidade, de um constituinte

estaria contido no DP, o que não era o esperado. Se já é difícil obter julgamentos de aceitabilidade dessa forma, é pior ainda quando se faz uma focalização à esquerda da seqüência [a carne crua], tendo como resultado a sentença em 1.47:

(1.47) *[a carne crua], o Pedro comeu

Nesse caso, a situação se complica ainda mais, pois a interpretação relevante parece não estar disponível e, por isso, marquei essa sentença com asterisco. Mas o falante pode processá-la como DP-complexo e daí não se saberá se de fato a sentença em 1.47, com interpretação de XP como predicativa, é *aceitável* ou não.

A literatura parece prever que não. Por outro lado, pode ainda ser que o falante consiga interpretá-la mesmo no sentido relevante, como em ‘*mim Tarzan você Jane*’ que é perfeitamente interpretável, mesmo que o falante do português saiba que se trata de uma não-sentença. Enfim, dois caminhos ele pode tomar: interpretar como DP-complexo, o que é preciso excluir com contextualização, ou simplesmente interpretar como no caso de ‘*mim Tarzan você Jane*’, que é uma não-sentença, mas interpretável.

Há ainda um último e importante complicador que determina o *design* de nosso experimento: assume-se, com base em evidências, que o *Parser*, tenha uma preferência por algumas SDs em detrimento de outras. Como exemplo, considere o dado abaixo. Trata-se de um dado ambíguo, retirado de Phillips (1996):

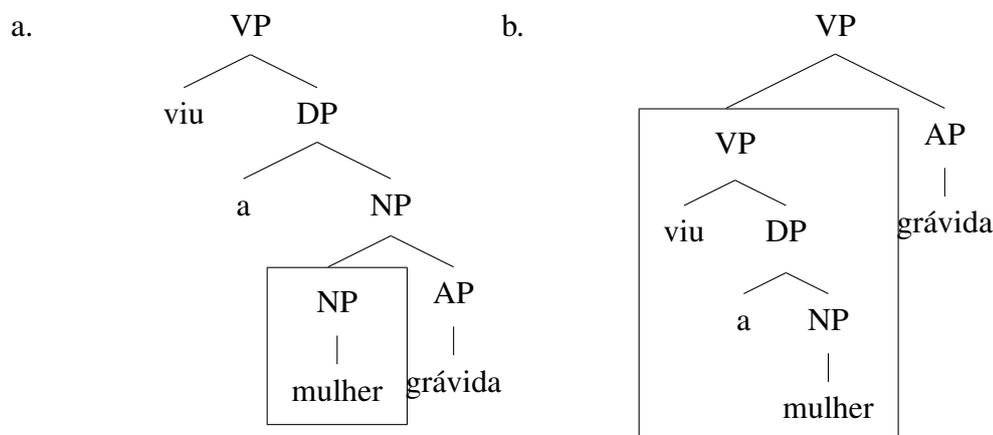
(1.48) The reporter interviewed the daughter of the colonel who had had the accident.

Duas SDs podem ser atribuídas ao dado acima: uma em que ‘who had had the accident’ é ‘mergido’ com ‘colonel’ e outra em que ‘who had had the accident’ é mergido com ‘the daughter of the colonel’. Há evidências de que o *Parser* preferiria fazer esse *merge* à menor estrutura, a opção que envolvesse menos estrutura, o que demonstraria que o *Parser* teria um viés estrutural. É claro que existem muitos vieses em jogo, determinados, por exemplo, pela pragmática, frequência estatísticas em que um determinado item lexical ocorre em certo contexto, além do viés prosódico. Mas isolando todas essas variáveis, de tal forma que todas essas preferências sejam controladas, ainda é possível identificar um viés estrutural, que ficou conhecido por *Minimal Attachment Principle*³¹.

Agora, pense nos dados. Nas duas SDs abaixo, qual seria a preferência do *Parser*: mergir o AP ‘grávida’ com o NP que, como se vê no quadro, envolve menos estrutura, ou com

³¹Para remeter o leitor minimamente a essa discussão, cito sobre *minimal attachment* Frazier & Rayner(1982 *apud* Weinberg (1999)) e Phillips (1996) que foi o texto a partir do qual elaborei esta discussão.

o VP, um pouco mais acima, que (por isso) envolve mais estrutura? Como vimos acima, o *parser* preferiria (a), por envolver menos estrutura:



Enfim, tenho de lidar também com essa preferência do *Parser* e montar o experimento de tal forma que mais essa preferência seja eliminada. Como? Controlando as variáveis pragmáticas para favorecer a leitura de predicação que é o que está representado na árvore (b). Observe que essa é só uma das hipóteses, pois há uma outra em que o AP está mais próximo do NP, mas ainda fora de DP. Então, o que vale para o exemplo acima, também vale para os casos em que o DP é irmão de AP, uma vez que, a opção ainda seria entre mergir o AP dentro do DP, que seria um caso de *Minimal Attachment*, ou fora de DP, como são as SDs que descrevem as SC.

Como sair desse impasse, como conseguir o julgamento relevante? Chomsky e alguns autores têm falado que há um certo nível de gradação nos julgamentos de aceitabilidade. Apesar disso, é amplamente assumido na teoria os julgamentos como algo binário entre bom/ruim, o que é conhecido como julgamento categórico, conforme Sprouse (2007a), mas essa não é, certamente, a única possibilidade. Pode-se tentar levar adiante um sistema que previsse uma gradação dos julgamentos, como também é apresentado por Sprouse (2007a), indo do aceitável ao não-aceitável, usando o que o autor propõe como um sistema numérico, formando um escala.

Na verdade, o sistema utilizado por Sprouse(2007), apesar de utilizar um sistema numérico, não fornece os valores previamente. Estes são decididos a partir de uma sentença modelo, a qual é atribuída uma nota, por exemplo, 100, e os julgamentos são dados pelos informantes julgando o quanto ela é aceitável, tendo como referência a sentença modelo e seu valor.

Minhas sentenças parecem apresentar gradações de julgamento de aceitabilidade, isto é, é bem difícil conseguir julgamentos categóricos para elas, mas vou assumir que ainda é possível ir adiante com uma metodologia que se utiliza de julgamentos categóricos, controlando

bem as variáveis pragmáticas, usando nomes próprios nas predicções NP+XP (quando necessário), pronomes etc. Não vou utilizar toda a proposta de Sprouse(2007), pois isso envolveria a elaboração de um experimento mais controlado, que apesar de fornecer resultados mais consistentes aumentaria demasiadamente meus testes e ficaria complicado realizá-lo ainda no mestrado.

Em tempo, gostaria de salientar que estou distinguindo *aceitável* e *não-aceitável* de *gramatical* e *não-gramatical*(CHOMSKY, 1965), pois a distinção gramatical e não-gramatical, ou agramatical é um construto teórico; portanto, somente se tem acesso nos testes aos julgamentos de aceitabilidade do falante.

1.5 Considerações Finais do Capítulo I

Por último, vale notar que este trabalho também busca fazer um balanço do que foi dito sobre as construções predicativas, especialmente *Small Clauses*, predicados secundários e confrontar com os resultados dos testes. Por isso apresento como hipóteses as propostas que já estão à baila desde o início dos anos 80.

Neste primeiro capítulo, apresentei o paradigma e as interpretações relevantes, o que nesse quadro teórico chamo de sentenças relevantes, uma vez que cada interpretação equivale a uma descrição estrutural(SD), isto é, entendo como sentença todo *phrase marker* de uma frase. Apresentei ainda meus objetivos e como pretendo empreender esse trabalho para atingir a adequação descritiva.

Nós próximos capítulos, desenvolvo estes tópicos, mas antes faço uma breve revisão da literatura e acredito que o leitor terá, então, oportunidade de compreender melhor o problema e também tomar contato com o que foi dito sobre o tema, além de conhecer melhor as hipóteses/estruturas concorrentes. Nessa revisão, aproveito para comparar as diferentes propostas e levantar questões, principalmente porque muito do que foi feito se inseria num momento da Gramática Gerativa conhecido como GB – *Government and Binding* – e atualmente com o Programa Minimalista, algumas propostas ficaram sem respaldo técnico, pois se baseiam em ferramentas que foram abandonadas. Apesar disso, esse ponto é pouco problematizado nesse trabalho.

2 CAPÍTULO II

Neste capítulo, vou apresentar alguns conceitos básicos que envolvem o quadro teórico adotado e as noções sobre predicação e fazer uma revisão da vasta literatura sobre as predicções NP+XP – *Small-Clauses*, predicados secundários e predicados complexos. Importante notar, no entanto, que não faço uma apresentação exaustiva e completa, mas somente dos pontos que julgo relevantes.

2.1 Algumas considerações sobre o quadro teórico

Esse quadro teórico tem as seguintes assunções gerais (o texto abaixo é baseado em minha interpretação de Freidin & Vergnaud(2001)):

- (i) Com relação a sistema computacional C_{HL} , o estado inicial S_0 contém princípios e parâmetros invariáveis (com opções de parâmetros que se restringem aos elementos funcionais). Nesse sentido, esse sistema estaria subjacente a todas as línguas humanas e seria parte da faculdade da linguagem e, assim, uma das características da espécie humana que é codificada biologicamente;
- (ii) A seleção Σ de opções de parâmetros determina uma língua. Isto é, o conjunto final das definições de cada parâmetro definem uma língua;
- (iii) Uma língua é um conjunto infinito de expressões lingüísticas (SDs), i.e., cada par π e λ obtidos da interface PF e LF, respectivamente;
- (iv) A aquisição de uma língua envolve a fixação de Σ ;
- (v) A gramática de uma língua gera apenas o que Σ prevê, sendo a arbitrariedade lexical e o componente PF considerados à parte. O que significa que LF faz parte da sintaxe e que PF e o léxico, por exemplo, podem ter operações de outra natureza que não sintática.

O quadro geral acima é compartilhado tanto pela GB quanto pelo Programa Minimalista (MP) e está aqui para demonstrar que o MP também é Princípios & Parâmetros (P&P). Além disso, ambas as visões compartilham três suposições importantes, conforme citação abaixo:

First and foremost, the mind/brain contains a language faculty, a component that interacts with other cognitive systems. Next, the cognitive system of language connects with performance systems via levels of linguistic representation, perhaps limited to only two external systems, one involving articulation and perception of the physical linguistic signal and the other involving the encoding or decoding of the meaning of the signal. Under this limitation there are only two interface levels, phonetic form (PF) and logical form (LF). Finally, performance systems do not differ across languages. Even at this fundamental level Chomsky takes nothing for granted, noting that these assumptions are 'not at all obvious' (CHOMSKY, 1995: 3). (Freidin & Vergnaud, 2001, p. 640).

A partir dessa citação pode-se ter uma idéia do panorama geral dessa teoria e também de suas hipóteses sobre o funcionamento da linguagem. Mais especificamente, portanto, se aplicam ao Programa Minimalista, então, as afirmações abaixo, conforme Freidin & Vergnaud ainda:

- (i) Os níveis de interface LF e PF são os únicos níveis de representação da gramática, considerando que existam (talvez) apenas dois sistemas externos de performance na mente/cérebro humano;
- (ii) Assim, todas as condições são condições de interface;
- (iii) E que expressões linguísticas são realizações ótimas dessas condições.

É nesse quadro geral em que esse trabalho se insere e apesar de eu estar buscando fazer um trabalho que pretende seguir as orientações mais específicas ao Programa Minimalista, muito do que fiz aqui é perfeitamente traduzível para outras versões da teoria. Além disso, seguir adequadamente as orientações do Programa Minimalista significaria buscar muito mais fortemente uma adequação explicativa, o que não acredito que seja possível ainda, porque é preciso conhecer melhor esse objeto, que, apesar de ter sido abordado de diferentes pontos de vista, ainda não se deixou conhecer.

Como não me aprofundo nas questões do quadro teórico nesta dissertação, estou presumindo do leitor alguma familiaridade com ele, para compreensão desse trabalho.

Antes de ir adiante, porém, gostaria explicar rapidamente os Níveis de Adequação propostos por Chomsky (1964, 1965). Uma gramática pode ser localizada dentro de diferentes

níveis de adequação, de acordo com o nível de sucesso (*level of success*) que ela atinge. Ele então estabeleceu três níveis: o nível de *adequação observacional*, *adequação descritiva* e, por último, *a adequação explicativa*.

Uma gramática é descritivamente adequada se apresenta corretamente os dados primários, mas, além disso, descreve estrutura sintática (fonológica, semântica, etc) da língua, para prover com base em princípios (*principle account*) uma abordagem da intuição do falante sobre essa estrutura (cf. Radford, 1988). Assim, essa gramática dá conta da competência lingüística do falante com base nos dados primários e, como diz Chomsky (1964), especifica os dados primários em termos de generalizações significativas que expressem regularidades da língua, mas este nível ainda está preocupado apenas com o que é o *output* do *device*.

Para ilustrar a diferença entre a adequação observacional e descritiva, observe a sentença abaixo:

(2.1) Aquele jovem rapaz considera a Djohana uma criança muito inteligente

Nos termos de Radford (1988, p. 28), qualquer gramática do português que especifique que essa seqüência de palavras constitui uma sentença¹ dessa língua, terá atingido o nível de adequação observacional (em relação à sentença (2.1)). Para atingir o nível de adequação descritiva, no entanto, a gramática terá de especificar não somente que essa é uma sentença do português, mas terá de especificar adicionalmente qual a estrutura sintática da sentença (2.1), isto é, especificar que ‘inteligente’ se refere, ou predica de ‘uma criança’, que a unidade formada por ‘uma criança’ e ‘inteligente’ predica de ‘Djohana’ e não de ‘Aquele jovem rapaz’, que ‘jovem’ predica de ‘rapaz’, etc.

Há ainda a adequação explicativa que, nos termos de Chomsky (1964), aplica-se como uma correta avaliação das gramáticas que atingem o nível de adequação descritiva, mas com um detalhe muito importante: essa avaliação, ou métrica de gramática busca julgar essas gramáticas a partir do quanto elas descrevem a competência lingüística do falante em termos universais, buscando generalizações que se apliquem a todas as línguas. Quando se propõe uma descrição nesse nível, é preciso estar preocupado com a aquisição da linguagem e com o fato de as leis e os princípios postulados estarem de acordo com o que se conhece sobre a aquisição.

Essa dissertação, portanto, como já afirmei anteriormente, pretende atingir inicialmente o *Nível de Adequação Descritiva*.

¹ Acredito que não é preciso, como fez Radford (1988), dizer *sentença gramatical* do português, uma vez que o termo ‘sentença’ já pressupõe gramaticalidade. No entanto, como é de costume, pode ser que em alguns momentos esse termo seja utilizado.

2.2 O que é predicação?

Apesar de ser uma questão que deva ser de alguma forma o ‘pano de fundo’ deste trabalho, não vou atacá-la diretamente, e parto de uma concepção mais geral para que eu possa seguir adiante. Aliás, para se saber exatamente o que vem a ser *predicação* é necessário estudar cada um de seus subcasos para no final ter bases para atingir esse objetivo. Então, apenas para situar o leitor, vou apresentar rapidamente algumas propostas de como ela se dá na gramática.

A Gramática Tradicional (GT) tem muitas vezes nomeado as construções (no sentido que a GT adota), das quais as SC fazem parte, como um tipo de predicado, cujo nome é predicado verbo-nominal. Isso porque esse predicado, segundo essa visão, é composto de dois núcleos, um núcleo verbal e um núcleo nominal.

Dentro da Gramática Gerativo-Transformacional, isso também tem sido interpretado como uma predicação secundária que ocorre numa dada sentença, secundária porque a predicação primária é dada pelo núcleo verbal da sentença matriz².

Mas o que é afinal predicação? Essa é uma discussão maior ainda, que vem desde Platão e Aristóteles. Conforme Den DIKKEN (2006), o primeiro trabalho da tradição ocidental a se referir ao tema é o *Sofista* de Platão, no qual ele definia a predicação como uma conjunção de um sujeito e de um predicado.

A distinção sujeito-predicado foi, então, utilizada por Aristóteles tanto no âmbito gramatical quanto na lógica. Nessa tradição, entendia-se como predicado tudo aquilo que se afirma sobre um sujeito. Nesse sentido, no exemplo (2.2) abaixo, toda a seqüência em destaque é um predicado. O sujeito, por sua vez, era definido como se referindo a tudo aquilo sobre o que a sentença é (cf. Den Dikken, 2006), ou do que o predicado predica. Em (2.2) pode-se afirmar que a sentença trata de *Djohana*, logo ela é o sujeito.

(2.2) Djohana **ganhou uma bicicleta**

No entanto, outros elementos podem ser considerados um sujeito, de acordo com essa definição (veja também Foltran (2003)). Em estruturas de tópico, o tópico equivaleria ao sujeito e não é bem isso que se quer. Sendo assim, vou adotar para este trabalho uma definição de sujeito e predicado mais restrita. Estou pensando basicamente que o predicado pode ser um constituinte qualquer que denote uma propriedade. O sujeito será, então, um outro constituinte ao qual essa propriedade se aplica, ou do qual ela predica. Assim, qualquer núcleo lexical, ou

²Observe que aqui ainda não se adota o termo Predicado Secundário de Rothstein(1983).

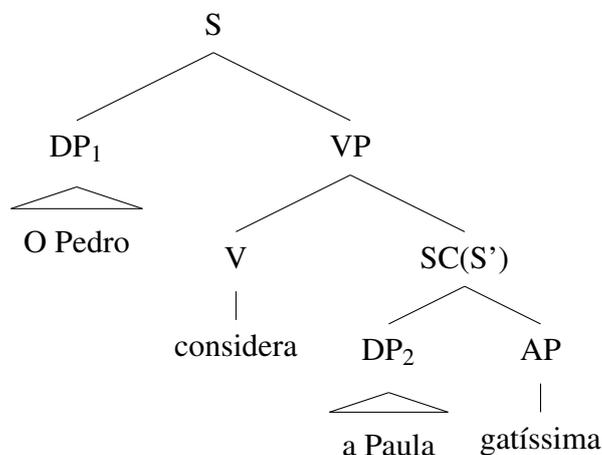
categoria, adjetivos (A), substantivos (N), verbos (V) e preposições (P), podem denotar uma propriedade e predicar de um sujeito. Nesse sentido, no exemplo (2.2) acima, a seqüência em destaque formaria um constituinte em algum nível e pode-se ainda afirmar que *Djohana* é o sujeito estrutural dessa categoria, que no exemplo (2.2) trata-se de um VP, portanto, um projeção do verbo ‘ganhar’.

O leitor poderá me questionar: mas afinal você trocou apenas as palavras? Na verdade, não! Isso porque agora posso afirmar que uma relação sujeito-predicado conforme aquela em (2.3) também é estabelecida em diferentes níveis na estrutura gramatical. Veja-se (2):

(2.3) O Pedro considera a Paula gatíssima

Neste exemplo, posso afirmar que *O Pedro* é sujeito de *considera a Paula gatíssima*, um VP, mas também posso dizer, com a definição que assumi, que *a Paula*, um DP (ou NP, a depender da teoria que se assumia), é sujeito de *gatíssima*, um AP. Desta forma, entendo que esse seja seu predicado. Para demonstrar isso formal e explicitamente, observe o marcador sintagmático representado pela árvore abaixo, em (2.4):

(2.4)



Em (2.4) verifica-se o que a definição mais restrita me dá que o VP é o constituinte equivalente ao predicado *considera a Paula gatíssima* e o DP_1 é o sujeito desse predicado; e o AP é o constituinte equivalente ao predicado *gatíssima*, sendo o DP_2 seu sujeito, como apresentado estruturalmente acima. A análise de Stowell (1981, 1983) é basicamente esta, com a diferença fundamental de que o DP_2 ocupa, na verdade uma posição encaixada no AP, isto é, uma posição conhecida na Gramática Gerativo-Transformacional de especificador ou *Spec*, como é comumente referida. Estou abstraindo essa diferença aqui, mas é bom tê-la em mente, pois ela poderá reaparecer no texto.

Na tradição fregueana, o predicado equivale a uma função – em termos matemáticos mesmo – e essa função é saturada por um argumento, mas o termo função de Frege não equivaleria exatamente à palavra que denota o predicado (veja Den Dikken, 2006 p. 9). Isso foi reinterpretado, e hoje se assume com tranquilidade que podemos falar em predicados de vários lugares e pode-se algumas vezes afirmar que ‘considera’ é um predicado de dois lugares ‘considera(x, y)’. Outras análises podem assumir que se trata de um predicado de três lugares ‘considera (x, y, z)’, em que ‘z’ é uma propriedade. Essa variável seria saturada, no nosso exemplo, pelo AP.

Dentro da teoria em que este trabalho se insere, pode-se ainda afirmar que os predicados têm um, dois ou três papéis temáticos, em sua grade temático/argumental, a ser checado/atribuído. E esses papéis são checados pelos argumentos desse predicador. Falando em termos estruturais, conforme o marcador sintagmático em (3), o NP ‘O Pedro’ e o NP ‘a Paula’ checam cada um seus papéis temáticos e também o papel temático respectivo de cada um de seus predicadores, isto é, o VP ‘considera’ e o AP ‘gatíssima’. O que isso tem então a ver com as SC?

Chamamos de SC uma relação sujeito-predicado que é semelhante, mas não igual, a uma *full-clause*, a uma oração completa. Para isso vamos ter de saber o que é uma *full-clause*. Chamamos de *full-clause* qualquer oração que contenha as categorias de tempo, concordância, entre outras, as quais são conhecidas na literatura como a parte assertiva da sentença, em oposição à parte proposicional. Tendo isso em mente, apresento abaixo uma das definições de SC:

A Small Clause is a subject-predicate structure lacking tense (Den DIKKEN (2006, p.60))

Essa definição vem justamente da oposição *Full X Small clause*, baseada na idéia de que a primeira apresenta tempo e a última não. Na seção seguinte faço, uma breve resenha da Teoria da SC de Stowell(1981).

2.3 A teoria das Small Clauses

O termo small clause (SC) (mini-oração) foi introduzido na lingüística por Williams (1975), mas somente com a tese de Stowell (1981) é que ele ganhou sentido específico e um grande debate se iniciou. Quando Williams utilizou este termo, pela primeira vez, ele não falava exatamente das SC como as entendemos atualmente.

O nome *Small Clause* refere-se a um subconjunto de construções que expressam uma relação entre um sujeito e um predicado. Subconjunto, porque o conjunto dessas relações inclui

também as *full-clauses* (orações, no sentido tradicional). Trata-se de uma construção formada, superficialmente, somente por um predicador (e seus complementos) e um sujeito, sem um núcleo verbal pronunciado. Superficialmente também se pode encontrar nesses contextos os modificadores adverbiais.

Uma das grandes motivações para o aparecimento das *Small Clauses* na teoria sintática foi a noção estrutural de sujeito. É possível observar como se dá isso no capítulo quatro de Stowell (1981), em que ele trata da distribuição de especificadores em diferentes categorias (ou mesmo em todas)³.

Em Chomsky (1965), a posição de sujeito era reservada à categoria S. No entanto, as análises de Chomsky (1970) dos nominais derivados forçaram o abandono dessa hipótese, passando-se então a um conceito categorialmente neutro da posição de sujeito, generalizando-se pelos NP e S (cf. Stowell, 1981). Apesar dessa mudança teórica, continuou-se a assumir tacitamente que apenas os S e NP continham uma posição reservada para sujeito, conforme citação abaixo:

“Despite this theoretical shift, it has generally been tacitly accepted, even within the framework of X-bar theory, that NP and S are the only categorial phrases that contain a structural subject position”. (Stowell (1981, p. 252))

Além disso, nessa época estava-se no início da GB e mesmo da Teoria X-barra. A X-barra não deveria prever traços específicos à categoria:

“(...) since any syntactic category may project to include a subject position, thus forming a clause, it follows that there is no subset of categorial features which defines this position, even within the framework of a theory that allows for a component of phrase structure rules.” (Stowell (1981, p. 261))

Isso, motivou Stowell a procurar em outras categorias da gramática se havia evidências para a posição de sujeito e exemplos como os que seguem serviram de base para seu argumento⁴:

(2.5) I consider [_S John to be very stupid]

(2.6) I expect [_S that sailor to be off my ship by midnight]

(2.7) We feared [_S John to be killed by the enemy]

³Era objetivo de Stowell(1981) propor uma gramática livre do componente categorial de base com regras específicas a línguas particulares, o que o fez propor um esquema geral da estrutura X-barra, contribuindo para o avanço da Gramática Gerativo-transformacional.

⁴Cf. Stowell (1981) p. 257.

(2.8) I consider [_{AP} John [_{A'} very stupid]]

(2.9) I expect [_{PP} that sailor [_{P'} off my ship by midnight]]

(2.10) We feared [_{PrtP} John [_{P'} killed by the enemy]]

Nos exemplos de (2.5) a (2.10), os primeiros três servem de base para justificar a tese de que exista uma posição de sujeito nas três últimas. Conforme o autor, se a interação das Teorias Temáticas e de Caso puder derivar as posições de sujeito, então, pode-se abandonar completamente com a regras de categorias específicas e daí vem a previsão de que outras categorias devem ter posição de sujeito, desde que o NP que preencha essa posição satisfaça ambas as teorias. Nas palavras de Stowell:

“If the distribution of lexical NP subjects is determined by the interaction of the principles of Case Theory and Θ -role Theory, rather than by the theory of phrase structure, then we might expect that in special circumstances where these principles are satisfied, lexical NP might be able to appear as the subject of categories other than S and NP.” (STOWELL, 1981, p. 256)

Assim, os exemplos (2.8), (2.9) e (2.10), respectivamente um AP, PP e um *PrtP*, são todos instanciações de Casos ECM, e os papéis temáticos são atribuídos dentro dessas categorias, que são por sua vez, complementos do verbo da matriz. A atribuição de Caso, portanto, é feita por um núcleo externo ao AP, por chama-se de Caso ECM⁵.

Diante disso, em sua tese ele já propõe que toda estrutura sintagmática (*phrase structure*) deve ter uma posição de sujeito. É daí que surgem as conhecidas *Small Clauses* e também de onde surge o debate. Veja que não é preciso falar somente das expressões canonicamente conhecidas por *small-clauses*, porque a proposta de Stowell deixa aberta a porta para que toda a gramática seja feita de *Small Clauses* e, com isso, a predicação se dentro dela, numa relação estrutural. Por esse motivo a predicação para Stowell é estrutural e não se dá via co-indexação como em Williams(1980).

Então, fica claro que o debate não era somente em torno das SC, mas também em como se daria a predicação na gramática. Esse foi, portanto, o motivo de Williams ter uma presença marcante no debate, concluo.

Uma das motivações de Stowell é a unificação da definição de sujeito na gramática. Pode ser que isso não venha desde Stowell(1981), todavia alguns argumentos nesse sentido aparecem em Stowell(1981, 1991, 1995). Para ele “uma oração é uma projeção máxima XP,

⁵Veja Schein (1995), Williams (1980) *inter alia*, para um posição diversa.

consistindo de um sujeito NP na posição *spec* - do XP - e um X' denominado constituinte predicado" (STOWELL, 1991), Assim, ele define um domínio de predicação como segue abaixo:

"A domain of predication is an XP, such that the X' category directly dominated by XP is predicated of the Specifier of XP" (Stowell (1991, qual pág.)).

Essa definição implica na assunção de que a estrutura das SC seja algo como:

(2.11) ...V [_{XP} NP [X' X]]⁶

Dessa forma as SC são um XP contendo um sujeito DP e um predicado X', o que força a assunção de que não há qualquer núcleo nulo correspondente a *Infl* nas SC (como apresento adiante, essa posição não é a única possível, pois isso leva a crer que não haja nas SC quaisquer projeções de categorias funcionais). Como já afirmei acima, com a hipótese do Sujeito Interno a VP, o que haveria no nível de VP seria uma SC. Vou deixar essa discussão de lado aqui e concentrar-me mais especificamente no que ficou conhecido como SC e Predicados Secundários.

Depois disso, iniciou-se um debate em torno da existência ou não das SC, versando sobre a questão se de fato elas formavam ou não um constituinte e, mais tarde, sobre que estrutura interna compunha este constituinte (cf. (STOWELL, 1995), (SCHEIN, 1995), (RAPOSO; URIAGEREKA, 1995), *inter alia*). É interessante notar, entretanto, que o debate de Williams e Stowell estava mais concentrado na forma da predicação que na existência da SC propriamente dita. Pode-se dizer então que o que estava em jogo era na verdade se a predicação era estrutural ou se dava via co-indexação e papel temático. É também daqui que surge a importância e fama dessas estruturas e construções.

Nos textos que tenho estudado sobre as SC, chama-me a atenção o fato de que a maioria deles trata a SC como um rótulo na árvore. Nos textos clássicos não encontrei tal menção. Como apresento abaixo, a teoria de Stowell (1981) propunha, na verdade, que as SC eram projeção lexical de seu núcleo predicado e que o nível relevante para a predicação era X'. Sendo assim, em nenhum momento parece ter sido proposto uma SC e a discussão da endocentricidade ficaria assim de fora. Talvez isto tenha sido colocado porque algumas categorias seriam eminentemente problemáticas. Pense no exemplo do DP enquanto predicação. Neste caso, a posição de sujeito seria o *spec* do DP predicativo (como no caso das equativas).

⁶Essa proposta é bastante diferente de Schein(1995), uma vez que para ele a atribuição de Papel Temático (predicação) se dá por irmandade. Veja seção (2.5.1). Ele propõe, portanto, a seguinte condição para que o Papel Temático seja atribuído '... γ [... α ... β ...].... ou ... γ [... β ... α ...]....', que é justamente uma configuração de c-comando mútuo e α e β são variáveis para predicados e argumentos.

Também notei uma tendência bastante generalizada nos textos de uma posição categórica sobre a existência ou inexistência das SC. A maioria se posiciona a favor ou contrariamente às SC. Nesta dissertação, não quero seguir esta tendência. Pretendo traçar um caminho diferente, admitindo a possibilidade de as SC existirem em alguns contextos, mas não em outros.

Um outro ponto que grande parte da literatura não trata é o de que a SC é um resquício da teoria padrão, em que um nó S dominava toda a sentença e a posição de sujeito era definida com base numa configuração sintática em que o NP filho de S e irmão de VP recebia essa função. O que se vê nas posições sobre as SC é um espelho disso: basta que se entenda S como SC e VP como um XP predicador qualquer (de uma categoria dessas: V, N, P, A) e está feito o paralelo.

Também não se observa na literatura referência a um ponto fundamental a meu ver. Stowell (1981), quando de sua tese, se referiu às SC não nos termos que se vê atualmente, mas a toda e qualquer configuração X-barras que representasse uma relação de um predicador com seus argumentos, sendo o argumento da posição de *spec* seu sujeito e o da posição *compl* seu complemento. A isto, Stowell chamou *Small Clause* e nesse sentido VP também é uma SC⁷.

Isto posto, como Stowell buscou uma posição de sujeito, nos termos dele, *across categories*, ele acabou chegando às SC na forma que as conhecemos hoje. E isso faz com que, na verdade, a posição de Stowell seja a de que a SC seja um XP qualquer cuja projeção máxima é projeção de um núcleo lexical. Veja que as SC de Stowell não violam endocentricidade e as SC seriam então apenas um recurso mnemônico sem qualquer estatuto teórico, que serve apenas para se referir a essas construções.

Também vale notar que Williams também não discutia o estatuto das SC em específico, mas a forma da predicação, como ela se dava, sendo as SC somente o mote, além de ser a base do argumento de Stowell. Os exemplos que Stowell utilizou como base para seu argumento de que a predicação era estrutural se tornaram modelos de SC, e isso levou Williams (1983) a questionar sua existência. Então, a briga era muito maior e muito importante para a arquitetura da gramática.

2.3.1 Binding e as Small-clauses

Um dado muito interessante chama a atenção sobre as possibilidades de ligação (binding) envolvendo uma SC. Conforme Stowell (1991) se o sujeito de uma SC é um sujeito de

⁷Observe que já em 1981 a Hipótese do Sujeito Interno a VP estava latente, conforme Stowell(1991) diz: “The most important and intuitively simple extension of small clause theory(...) is the so called VP-internal subject analysis of ‘normal’ sentences, proposed by Koopman and Sportiche(1991 *apud* Stowell 1995)”.

verdade (um sujeito estrutural) ele deverá causar o que ele chama de ‘efeitos de opacidade’, que estou entendendo como ‘definir um domínio de ligação’ para um pronome ou anáfora (ou seja, Stowell utiliza estes dados para argumentar em favor da SC com o verbo ‘considerar’). Ele chega então à conclusão de que isso é correto conforme os dados abaixo, em (2.12):

(2.12) (a) Mary considers Bill kind to *himself*

(b) *Mary considers Bill kind to *herself*

Considerando-se que a anáfora não pode se ligar fora do domínio, o que se vê em (2.12) é que o DP ‘Bill’ faz parte do domínio da anáfora, ao passo que o DP ‘Mary’ está fora dele. Assim, ‘Bill’ seria de fato um sujeito.

Como sabemos que os pronomes estão em distribuição complementar com as anáforas, então, o esperado é que os pronomes tenham um comportamento contrário; veja-se (2.13) abaixo:

(2.13) (a) Mary considers Bill too kind to *her*

(b) * Mary considers Bill too kind to *him*

O que há acima é justamente o que foi previsto, mas veja um dado apresentado por De Vos (2007), que questiona a conclusão de Stowell. De Vos chega exatamente à conclusão contrária ao que Stowell (1991) propunha, quando argumenta que nem sempre uma estrutura de predicação define um domínio e que o exemplo abaixo em (2.14) é um caso em que o sujeito da SC não define o domínio permitindo a indexação de ‘himself’ ao sujeito da oração matriz:

(2.14) Dr. Robert Bruce Banner_i considered [^{SC} the Incredible Hulk (to be) a clone of himself_i;
/*him_i]

Podemos ter uma idéia agora de que a discussão é grande, os dados são fluidos e estamos longe de uma análise consistente. Vou aproveitar esses dados e fazer alguns testes com dados do português e ver em que direção minhas conclusões me levam.

(2.15) A Sandra considera o Israel_i fiel a si mesmo_i

(2.16) *A Sandra considera o Israel_i fiel a ele_i

(2.17) A Arlene considera o Lucas fiel a ela_i

(2.18) * A Arlene considera o Lucas fiel a ele_i

(2.19) O Dr. Robert Bruce_i considerou o Incrível Hulk um clone de *si mesmo_i / dele_i

Os meus testes indicam que ‘si mesmo’ não pode ser co-referente com o sujeito da sentença matriz, conforme demonstrado acima. O que me leva a concordar com Stowell e questionar os dados de De Vos(2007), no entanto, a questão fica em aberto, pois para se tomar uma decisão seriam necessários testes mais robustos. O interessante é que nesse dado de De Vos o Incrível Hulk é o próprio Robert Bruce e, talvez por isso, fique difícil precisar se essa co-referência é resultado dessa identidade ou se ‘si mesmo’ realmente está ligado a ‘Dr. Robert Bruce’.

2.4 A estrutura das SC, algumas propostas

Uma vez que meu objetivo é compreender melhor a existência das SC e os contextos estruturais que as acomodam, deixei um tanto de lado a questão sobre sua estrutura interna, o que certamente é uma questão importante e poderá ser abordada em trabalhos posteriores.

Realizando apenas uma apresentação geral, gostaria de fazer constar que nessa discussão há algumas linhas que assumem para a SC uma estrutura simétrica, isto é, duas projeções máximas irmãs que formam um constituinte e entre as quais há uma relação de predicação. Sobre propostas nessa linha, remeto o leitor a Moro (2000) e mesmo às discussões de Stowell (1981). As outras propostas assumem estruturas assimétricas, em que a predicação é mediada por uma categoria funcional, na linha de Bowers (2001), Den DIKKEN (2006), Citko (2008). No quadro dessas discussões, pode-se incluir propostas que entendem as SC como estruturas bem mais complexas que projetariam inclusive um CP (Starke, 1995 *inter alia*).

Nesta sessão, vou apresentar duas propostas que assumem as SC para alguns contextos e propõem algum tipo de estrutura para elas, sugerindo principalmente uma resposta para o problema de qual a natureza deste rótulo SC⁸.

Sobre isso, acho importante considerar o que diz Chomsky(1995), quando discute o que é um rótulo. O autor diz que um rótulo é construído a partir de dois constituintes α e β e afirma que este, o γ , será uma das possibilidades abaixo (Chomsky, 1995, p. 244):

- a. the intersection of α and β

⁸Como apresentei anteriormente, esse rótulo pode ser considerado um termo geral para se referir a uma estrutura sintática do tipo sujeito-predicado, que se opõe às *full-clauses* por prescindir de um item verbal que apresente tempo(tense).

- b. the union of α and β
- c. one or the other of α , β

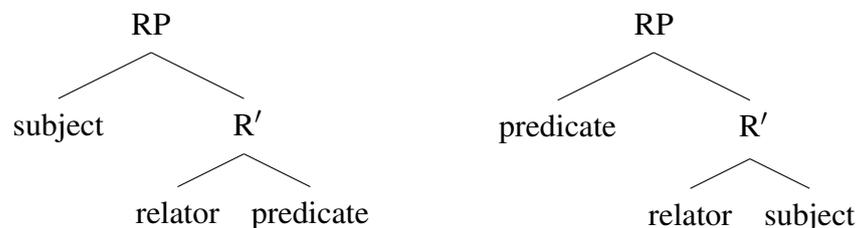
Chomsky descarta as duas primeiras possibilidades (não vou considerar seus motivos aqui), mas mesmo descartando-as, não fecha totalmente as portas para que alguma proposta formal as utilize. Moro(2000) faz justamente isso e considera uma das possibilidades descartadas por Chomsky. Ele propõe que as SC teriam sim duas projeções máximas irmãs, que são *mergidas*, formando uma unidade que não projeta, ou que seja a projeção de um par ordenado das duas projeções máxima *mergidas*, isto é, ambos α and β que são os *input* da operação *merge*.

Os outros trabalhos vão adotar uma postura um pouco mais comum: a de que o rótulo SC seja, na verdade, a projeção de uma núcleo funcional. Den Dikken(2006) assume que seja um *RP*, a projeção do que ele chama de RELATOR(em inglês), ou *LP*, que é a projeção do que ele chama de LINKER. Ambos seriam os responsáveis pela predicação na gramática. E Bowers(1993, 2001) vai assumir que seja a projeção de um núcleo *Pr*, mnemônico à predicação.

Para esse texto, a proposta de Bowers(1993, 2001) não é comentada, mas o essencial dela aparece em minha resenha da proposta de Den Dikken(2006), isso porque ambas as propostas são muito semelhantes. Em seguida, comento a proposta de Moro(2000).

2.4.1 Den Dikken(2006)

A proposta de Den Dikken é a de que a predicação se dê por meio de um RELATOR, e essa relação é estabelecida de tal forma que o sujeito fica na posição *spec* do núcleo do RELATOR, sendo o predicador seu complemento. O autor afirma (p. 3), no entanto, que não há qualquer motivo *a priori* para que essa ordem proposta seja a única possível, apesar de ser uma ordem comum. Deve-se considerar também que é possível que o predicador esteja em *spec* e o sujeito em *compl*, conforme representações arbóreas abaixo:



Assim, logo no início do texto, o autor assume que toda relação sujeito-predicado seja mediada por um RELATOR (em inglês mesmo) e refuta explicitamente argumentações de que as SC nuas (estruturas sujeito-predicado sem estrutura interna) existam.

“Chapter 3 then proceeds to an investigation of small-clause constructions against the background of the central hypothesis, arguing that all small clauses

include a projection of a functional head and rejecting proposals to the effect that ‘bare’ small clauses exist.”(Den Dikken, 2006, p. 6).

O que ele chama de LINKER vai ser utilizado com as estruturas copulares invertidas; Den Dikken argumenta que o LINKER serve para ligar os predicados alçados das SCs que acomodam seus sujeitos. Não vou discutir o LINKER neste texto.

O essencial da teoria do Den Dikken é que a predicação é necessariamente assimétrica e não-direcional. E é semelhante à proposta de Bowers(1993, 2001), porque propõe algo como uma categoria funcional responsável pela predicação.

Conforme Den Dikken, no entanto, a proposta de Bowers difere fundamentalmente quanto à natureza do RELATOR, que no caso de Bowers é um núcleo *Pr*, um mnemônico para predicação. Segundo Den Dikken, Bowers é explícito em assumir que esse mediador *Pr* é uma nova categoria funcional que não se identifica com nenhuma das categorias funcionais existentes. É nisso que ambos os autores são diferentes, porque Den Dikken(2006) propõe que seu RELATOR seja um ‘núcleo funcional *abstrato*’, e não uma nova categoria lexical, nem mesmo algum dos elementos funcionais específicos (tais como T, ou D, ou outro parecido), mas que seja um *placeholder* para qualquer núcleo funcional na estrutura, que media uma relação sujeito-predicado entre dois termos (Den Dikken, 2006, p.15). Mais adiante o autor diz que esse núcleo abstrato pode se realizar como T, como ‘be’, ou mesmo como a preposição ‘as’ do inglês em ‘they regard him *as* a strong president’. E ainda pode ser um núcleo funcional em domínios-A’ das sentenças, tais como estruturas de tópico e foco.

Como para ele predicação é assimétrica, o autor vai seguir uma linha diferente de propostas como as de Williams(1980, 1983) e Schein(1995) para as SC, uma vez que esses autores assumem que a predicação se dá via c-command mútuo. Den Dikken define Small Clause como sendo “uma estrutura sujeito-predicado que prescinde de tempo(tense)”. E como consequência da forma que o autor entende que a predicação se dá – por meio de um núcleo funcional (o RELATOR) – as *small clauses* serão necessariamente projeções de uma das realizações desse núcleo, portanto, “*toda Small Clause é projeção de um núcleo funcional*”(p. 62).

Esse ponto de vista é contrário à visão de Moro(2000), porque Moro assume que existem dois tipos de SC: as SC complemento de verbos que ele denomina de *Believe-Type verbs* e as *Bare*, que seriam complemento de ‘be’. As Bare SC são barradas na teoria de Den Dikken.

2.4.2 Antissimetria Dinâmica de Moro(2000)

Andrea Moro (em Moro, 2000) também apresenta uma abordagem interessante para as SC. Nesse livro o autor reformula a proposta de Kayne(1994) de que o LCA⁹ – Axioma de Correspondência Linear – seja válido para todos os níveis de representação. Moro vai trabalhar justamente com a idéia de que há pontos de simetria na gramática e de que o LCA seja uma exigência apenas de PF – ou do sistema articulatório-perceptual – na linha de Chomsky(1995), mas com a diferença de que ele vai juntar os pontos de simetria à teoria de movimento. Chomsky(1995) propõe que os movimentos sejam motivados para que seja possível checagem de traços.

A idéia de Moro é então a de que os movimentos sejam cegamente motivados para eliminar os ‘pontos de simetria’, de tal forma que uma determinada estrutura seja linearizável em PF¹⁰. Ele defende que essas estruturas são sim possíveis, desde que algum movimento as salve quando elas forem para a interface:

“In fact, according to Dynamic Antisymmetry these structures can be generated provided that movement rescues them at Spell-Out, where linear order is required. Movements turn one of the two ‘poles’ of the point of symmetry into an empty category (t) and thereby neutralize the problem posed by linearization”

Assim é que o movimento pode salvar a estrutura, pois o vestígio não é visível em PF¹¹, permitindo que a estrutura se linearize.

Um dos pontos de simetria de que trata Moro (2000) é justamente as estruturas de SC. Dessa forma, Moro estaria propondo que a SC teria sim duas projeções máximas irmãs, que são *mergadas*, formando uma unidade que não projeta. Moro (2000) utiliza-se justamente da porta que o formalismo da operação ‘merge’ deixa aberta, conforme citamos acima. A idéia que fica aberta nessa operação, sem alterar seu essencial, é a possibilidade de que nenhum dos elementos projete. Outra possibilidade, cogitada em nota, é a de que a projeção das SC seja, na verdade, o par ordenado da projeção do sujeito e do predicado das SC.

O autor propõe dois tipo de SC: as *Bare SC* e as SC complemento de verbos que ele denomina de *Believe-Type verbs*. As *Bare* seriam complementos de verbos do tipo ‘be’.

⁹O LCA estabelece que a ordem linear dos elementos terminais, conforme observamos nas línguas humanas, é resultado das relações hierárquicas da estrutura frasal(Chomsky, 1995). Assim, Moro propõe que a ordem não é um primitivo, mas derivada de relações de c-comando assimétrico, o que é uma releitura de Kayne(1994), influenciada por Chomsky(1995).

¹⁰A pergunta que se sobressai é como o autor dá conta dos movimentos em LF? Pense nos movimentos de quantificadores, por exemplo.

¹¹Na teoria de movimento por cópia, umas das cópias seria apagada, nesse caso a cópia que está no ponto de simetria, que acaba também por ser a cópia mais ‘baixa’.

2.5 A teoria da predicação

A teoria de Williams (1980) é conhecida como a *Teoria da Predicação*. Ela basicamente propunha que o NP e o XP da predicação NP+XP eram ambos argumentos do verbo e entre o NP e o XP havia uma relação de predicação que se estabelecia via indexação (cf. Cardinaletti & Guasti, 1995, pp. 2).

Williams(1980) não trata especificamente de SC, pois essa discussão começa um pouco mais tarde, em 1981, com a tese de Stowell. Mas, em Williams(1983), são apresentados vários argumentos contra as SC. Isso porque o autor defendia sua forma da predicação, que era contrária a de Stowell, pois, em seu sistema, Williams utilizava a indexação e Stowell(1981) propunha que a predicação era estrutural e se dava dentro de um constituinte X-barra. Como já afirmei acima, uma das bases do argumento de Stowell era justamente as SC.

A Teoria da Predicação vai dizer que a seqüência DP+AP, na sentença abaixo, não forma um constituinte, não é uma SC¹².

(2.20) O Marcos considera [^{DP}a Célia][^{AP} linda]

Os dois constituintes acima, DP e AP, funcionariam como projeções máximas independentes, cada um deles como um complemento do verbo da sentença matriz, havendo entre esses constituintes uma predicação. Um primeiro problema que salta aos olhos aqui é que isso se constituiria numa ramificação ternária, o que não é mais adotado. No entanto, isso pode ser facilmente adaptado, utilizando alguma versão do *VP-Shell* de Larson(1988, 2004). Outro problema é justamente o ponto da discussão, isto é, a forma da predicação. Se for adotado uma versão do que propõe Williams, alguns ganhos da teoria ficará estranho ou não poderá ser adotado. Pense na Hipótese do Sujeito Interno ao VP (Koopman & Sportiche, 1991 *apud* Stowell, 1995). A idéia de Koopman & Sportiche se baseia na hipótese de que a predicação seja essencialmente estrutural. De qualquer forma, deixo o desempate para o que os dados empíricos indicarem.

2.5.1 O ponto de vista de Schein(1995)

A teoria de Schein sobre as Small Clauses e Predicação é derivada das seguintes regras¹³:

¹²Importante notar que, além de seu sentido mais restrito, o termo SC é também usado na literatura como um sinônimo do que chamamos de Predicação NP+XP.

¹³Estou utilizando a numeração do autor. Para o original, consulte página 49, de Schein(1995)

- (1) For the configurations $\dots\gamma[\dots\alpha\dots\beta\dots]\dots$ and $\dots\gamma[\dots\beta\dots\alpha\dots]\dots$, α a θ -role assigner, assigns a θ -role to β only if both α and β are immediate constituents of γ , for some γ . ((SCHEIN, 1995, p. 49))

Essa regra prevê que a atribuição de papel temático se dê por c-comando mútuo, isto é, por irmandade. O autor entende também que atribuição de papel- θ , em que α seja uma projeção máxima, será considerada *predicação*. Isso é importante, pois se trata de um dos pontos de contraste com a teoria de Stowell, para o qual a predicação ocorre dentro de uma categoria, em que exista uma posição *Spec*, que seja ocupada por um NP que receba Caso e papel- θ :

- (2) A θ -role assigner α assigns a unique θ -role. ((SCHEIN, 1995, p. 49))

Schein propõe (2), no lugar do critério theta proposto por Chomsky(1981 *citado pelo autor*), pois (2) permite um mesmo argumento receber mais de um papel temático, como se vê na regra (8) do autor, que cito abaixo, mas antes considere a última regra:

- (3) (a) For every X^0 , where $X^0 \in \{[\pm N, \pm V], \text{INFL}\}$, there is X^{\max} , i.e., XP, which is the projection of X^0 ; and
 (3) (b) a node X^{n+1} is the projection of a unique category. For example, ${}_{VP, PP}\{\dots V \dots P \dots\}$ is ill-formed. ((SCHEIN, 1995, p. 49))

Voltando a questão da “Uniqueness Condition” do Critério- θ , observe então (7), conforme fora proposto por (CHOMSKY, 1981):

- (7) Each argument bears one and only one θ -role, and each θ -role is assigned to one and only one argument.((SCHEIN, 1995, p. 50))

Essa é uma regra bastante forte e obriga tanto o argumento receber somente um papel- θ quanto o atribuidor de atribuir somente um papel- θ . Diante disso, Schein propõe (8), que é uma versão fraca de (7):

- (8) Each argument bears a θ -role, and each θ -role is assigned to one and only one argument.((SCHEIN, 1995, p. 50))

Isso permite que cada argumento tenha mais de um papel- θ , desde que esse papel- θ seja atribuído por outro atribuidor, isto é, predicado. E é com base nisso que Foltran(1999) explica as construções de predicados secundários no Português Brasileiro.

Com as regras acima, Schein consegue derivar a Predicação, conceito de ‘Clause’ e as SC. Para ele, então, não há um constituinte SC. Ele propõe uma estrutura semelhante ou mesmo igual à de Williams (1983), com a importante diferença de que ele não se utiliza de *regras de*

indexação para estabelecer a predicação, dado que essa já é estabelecida pela regra (1) de seu sistema e as SC acabam sendo excluídas por (3), uma vez que toda projeção deva ser projeção de um núcleo. Para entendermos melhor um pouco de como isso se aplica, observe abaixo uma sentença tipicamente considerada uma SC e denominada por Schein como SC θ -marcada, bem como algumas possíveis estruturas que foram propostas na literatura:

(2.21) John considers him foolish

(2.22) $VP[V [\alpha NP XP]$ (Stowell, 1981)

(2.23) $VP[V NP XP]$ (Williams, 1980)

(2.24) $\alpha[VP [V NP] XP]$ ¹⁴

A estrutura canonicamente conhecida é (2.22), que basicamente é Teoria da SC, lembrando que, para Stowell, o α nesta estrutura é uma projeção de XP, e o NP ocupa a posição *Spec*. No entanto, essa estrutura é excluída por (1), citado acima, uma vez que o NP não c-comanda mutuamente um de seus atribuidores de papel- θ , a saber V. A estrutura (2.24) também viola (1), uma vez que o NP não pode receber o papel- θ de XP, pois eles falham em se c-comandar mutuamente. Somente (2.23) satisfaz todas as condições e é bem esta a proposta de Williams. Apenas lembramos que Williams(1983) se utiliza da indexação para estabelecer a predicação e Schein não.

O que chama atenção na proposta de Schein é que se a predicação se dá via c-comando mútuo, logo uma relação simétrica, como podemos saber quem predica de quem? Além disso, ainda há outro fato. Barry Schein assume que as SC adjuntas não tem PRO e que na verdade elas modificam o verbo¹⁵. Minha questão é como ficam, no sistema dele, as concordâncias que observamos no paradigma abaixo:

(2.25) O Pedro comeu o feijão cru

(2.26) O Pedro comeu os feijões crus

(2.27) O Pedro comeu a carne crua

(2.28) O Pedro comeu as carnes cruas

¹⁴Seria possível considerar que houvesse uma predicação não entre NP e XP, mas entre XP e VP. Não é exatamente isso que Schein propõe, mas é algo possível. Apesar de que isso exigiria uma semântica um pouco diferente, porém se trata de algo sintaticamente possível.

¹⁵“I will assume that the small clause adjunct modifies the verb and that modification relations, like θ -role assignment require government”

Não vou entrar em mais detalhes e, para finalizar, lembro ao leitor que o autor se apóia em licenciamentos de *PRO*, Escopo de Quantificadores, *binding*, entre outros, para sustentar seu argumento. Vale ainda ressaltar que o autor exclui *PRO* para *SC* adjuntas, contrariando a proposta de Stowell.

Ainda uma última questão vem “a baila”: o texto de Schein, apesar de ser de 1995, é uma republicação pouco alterada de um texto dos anos 80. Vê-se claramente que as estruturas propostas por ele admitem estruturas com ramificações ternárias, o que não tem sido o *mainstream* atualmente. Então, como ficaria essa teoria no novo modelo? C-comando mútuo, deu lugar a c-comando assimétrico, o conceito de regência foi abandonado, o que é muito utilizado pelo autor para suportar seu ponto. Isso me levaria a outras questões que ficaram de fora desse trabalho.

2.6 Considerações Finais do Capítulo II

Nesse capítulo apresentei as principais correntes de teorias sobre *SC* e predicados secundários, enfim, os autores que trataram da *predicação NP+XP*. Apresentei também um pouco da Teoria Gerativo-Transformacional e os níveis de adequação na Gramática.

Um ponto que deve ficar claro para o leitor neste capítulo é que a questão é complexa e bastante controversa. Neste trabalho, não vou entrar em questões sobre a natureza estrutural das *SC* e Predicados Secundários. Apenas confronto exaustivamente vários testes, no sentido de verificar como as hipóteses que estão na literatura se sustentam. Utilizo isto também como uma sonda a fim de determinar quais contextos permitem as famosas *SC*.

3 CAPÍTULO III

Neste capítulo vou apresentar os testes que realizei no curso desta pesquisa, juntamente com as análises de seus resultados, buscando sempre compreender como as hipóteses de estruturas que foram propostas na literatura, atendem a cada um deles.

Como já disse anteriormente, submeti cada tipo de sentença do paradigma aos seguintes testes: (i) frenteamento da *predicação NP+XP*, suposta SC; (ii) acarretamentos; (iii) relações de ligação (princípios A, B e C) envolvendo os DP contidos *predicação NP+XP*; (iv) Teste de pronominalização; (v) perguntas WH, sendo este frenteado; paráfrases com sentenças plenas; e (vi) o frenteamento das respectivas sentenças plenas. Tomo como ponto de partida as cinco estruturas hipotéticas apresentadas na seção 1.3 e, na medida em que os testes são apresentados, vou fazendo balanços parciais que têm como objetivo levar-me ao conjunto das hipóteses que satisfazem cada teste para cada uma das sentenças do paradigma. Assim, do cruzamento dos testes para cada sentença, consegui delimitar as hipóteses possíveis e chegar a alguns resultados que desafiam bastante o que foi dito até o momento sobre SC.

Este capítulo está organizado da seguinte maneira: apresento os testes de frenteamento na seção 3.1, mas antes discuto o que estou assumindo por movimento e como interpreto os movimentos da *predicação NP+XP*; em seguida passo aos testes semânticos de acarretamento na seção 3.2; verifico a existência de c-comando na seção 3.3 por meio do princípio de ligação, usando Princípios A, B e C; depois considero a possibilidade de pronominalização da *predicação NP+XP*; teste com perguntas WH; paráfrases com sentenças plenas e sua possibilidade de frenteamento. Este dois últimos objetivam verificar se, mesmo numa situação em que a constituição é certa, a possibilidade de frenteamento existe.

3.1 O Teste de Frenteamento

Esta seção tem por objetivo submeter todas as sentenças do paradigma aos testes de frenteamento, por focalização. Excluí por motivos metodológicos e de meu recorte os frentea-

mentos por tópico.

Na fase de construção do objeto de estudo, testes preliminares revelaram que para a maior parte dos dados considerados, com os contextos estruturais dados pelos verbos subordinantes, o grau de aceitabilidade por tópico era muito baixo e o teste acabava não revelando muita coisa, fazendo com que os verbos do paradigma se tornassem indistintos. Por outro lado a focalização tem um fronteamento mais produtivo (apesar de não necessariamente mais produtivo para todos os padrões). O outro motivo de exclusão desse tipo de fronteamento se deu porque por trás desse nome ‘tópico’, pode-se localizar mais de um fenômeno (no mínimo dois), por exemplo, tópico sem resumptivo (que é provavelmente resultado de movimento) e com resumptivo. Mas como o português brasileiro é uma língua de objeto nulo, pode-se ter uma espécie de resumptivo nulo, o que complicaria ainda mais. Com isso, trazer os fronteamentos de tópicos para meus testes implicaria em controlar ainda mais variáveis e tornar a metodologia ainda mais complicada.

Antes de ir aos testes pode ser interessante compreender melhor o que é movimento e quais os tipos de movimentos existentes na gramática.

3.1.1 Movimentos na Gramática

Um dos grandes fatos sobre as línguas humanas é o de que as sentenças apresentam propriedades de deslocamentos, no sentido de que uma expressão que aparece numa posição pode ser interpretada noutra (HORNSTEIN; NUNES; GROHMANN, 2005, p. 7). Entendo que as línguas apresentam movimento de constituintes e, para falar desse ‘movimento’, pode-se adotar diferentes abordagens teóricas. Há aquelas que o interpretam como uma associação a distância, como um deslocamento que deixa em sua origem um vestígio, como a aplicação de uma operação de *cópia+merge+apagar*, ou mesmo, a partir da reaplicação de operações de construção de objetos sintáticos, isto é, a partir de sucessivas operações de *merge*¹.

¹ Essa idéia de que certas categorias se movimentam pode ser concebida num sistema derivacional como a extração de um constituinte para, em seguida, juntar-se (por substituição ou adjunção num modelo GB) com a categoria alvo do movimento, respeitando restrições de localidade, HMC, *inter alia*. Em seu ponto de origem, esse tipo de movimento deixa um vestígio que tem propriedades de anáfora. No Programa Minimalista, Chomsky (1995) e Nunes (1995) defendem que o movimento seja “*cópia + merge + PF-deletion*”, isto é, uma categoria, na derivação é copiada para em seguida ser *mergida* ao constituinte alvo (o que levanta importantes questões quanto à linearização). Outros autores propõem um sistema representacional (BRODY, 1995), que tomam como ponto de vista o objeto final num determinado nível de representação (estou deixando de lado como ele é gerado, até porque isso é inclusive uma questão ortogonal num modelo representacional). Nesse sistema, o movimento é concebido como restrições impostas a uma representação, de forma que um elemento hierarquicamente mais alto numa estrutura se relacione com outro hierarquicamente mais baixo (este último, foneticamente nulo), por meio de operações de boa formação, cadeia, com base em princípios mais básicos como o c-comando que permite a uma dada categoria ser co-indexada a uma outra. Existem ainda outros pontos de vista que entendem o movimento, não como “*cópia + merge + PF-deletion*”, mas como um novo *merge*, isto é, um *remerge* de um item do espaço

Dentre os diversos tipos de movimentos em línguas naturais, há os movimentos de argumentos, de adjuntos e de núcleos. Observe em (3.1) um exemplo de movimento de argumento:

(3.1) A Maria_i, eu tenho certeza que t_i ama o João

No exemplo acima, o DP ‘A Maria’ se deslocou da posição identificada por t_i para a periferia esquerda da sentença. Este DP é o argumento externo do verbo ‘amar’, portanto, um argumento que denota um indivíduo ou entidade. Nesse exemplo ainda, apesar de não demonstrado, há os movimentos de núcleos, pois os verbos ‘tenho’ e ‘ama’, se alçam para núcleo de TP para checar os traços de concordância e tempo.

Além desses movimentos, existem ainda movimentos de VP, ou de vP, conforme o exemplo (3.2) abaixo:

(3.2) [^{VP} Criticized t₂ by his boss]₁ John₂ has never been t₁

Esse exemplo foi apresentado por Müller (1998) para argumentar a favor do *Remnant Movement* em inglês. O *remnant movement* é o nome dado aos movimentos aplicados a categorias incompletas, isto é, a categorias das quais uma constituinte já tenha sido extraído. O problema é que esse movimento, desloca uma categoria que contém um vestígio e este não mais será c-comandado pelo seu antecedente. No entanto, o dado em (3.2) se apresenta como uma forte evidência a favor deste tipo de movimento e corrobora a idéia de que existem movimentos de predicados (predicador + seus argumentos) em língua natural, uma vez que ‘[VP Criticized t₂ by his boss]’ é um VP.

Considere mais um caso desse tipo de movimento, em (3.3) e a derivação da parte grifada logo abaixo (cf. Pesetsky (1995), Phillips (1996)):

(3.3) (a) John said that he would kiss Mary. And... kiss Mary, he indeed did

(b) [^{TP} ... T [VP he kiss Mary]] (merge para satisfazer seleção)

(c) [^{TP} he T [VP ~~he~~ kiss Mary]] (mover ‘he’ para checar Caso)

derivacional. Nessas teorias, somente há *merge*, e os itens estão num espaço derivacional sempre disponível no curso da derivação. (Cf. Bobaljik (1995), Gärtner (2002), Abels, (2001), Drury (1998, 1999), Guimarães (2004), *inter alia*), fazendo com que este objeto seja filho simultaneamente de “duas ou mais mães”, *multi-motherhood*, literalmente ocupando duas ou mais posições no marcador sintagmático. Há ainda teorias de *remerge* numa versão representacional, apesar do nome ser intrinsecamente derivacional, que entende o movimento como o fato de um constituinte ter duas ou mais mães, numa representação (cf. Starke (2001)).

- (d) $[[^{VP} \text{he kiss Mary}] [^{TP} \text{he T } [^{VP} \text{he kiss Mary}]]]$ (topic. de VP)
- (e) $[[^{VP} \text{he kiss Mary}] [^{TP} \text{he DID } [^{VP} \text{he kiss Mary}]]]$. (do support)

Nesse exemplo, no passo (3.3d), é possível verificar que o VP foi fronteado para a esquerda da sentença, exemplificando que um predicado pode sim ser movido. Esse exemplo mostra claramente isso, pois pode-se observar que esse VP ainda não é uma sentença, mas somente uma estrutura argumental/proposicional, sem projeção funcional que faria com que ela fosse uma sentença, pois ainda seria necessário haver estas categorias para se ter a parte assertiva disponível. Esse exemplo é importante, porque mostra que não só argumentos podem ser movidos, mas também predicado, nesse caso, todo o VP, ou mais precisamente, uma projeção máxima que contenha tanto o predicador quanto seu(s) argumento(s).

3.1.2 Os fronteamentos

Tendo o exposto acima em mente, observe (3.4) abaixo:

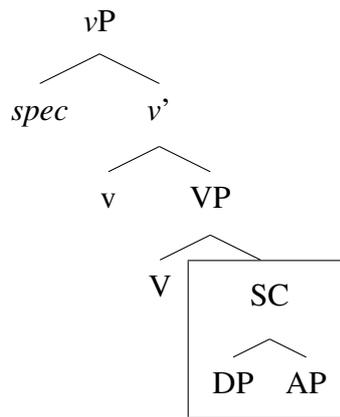
(3.4) João viu [a mulher grávida]

Em (3.4), o constituinte entre colchetes é um predicado saturado, se parece com os VPs discutidos acima, pois também apresenta um predicador que precisa ser saturado, mas esse predicado parece estar numa posição argumental, isto é, se ele formar um constituinte este será irmão de V. Se assim o for, é esperado que seja possível mover essas estruturas também.

O que fiz nesta seção, então, foi testar as possibilidades de se frontear toda a predicação NP+XP, pois se há movimento na gramática e essa propriedade se aplica a diferentes estruturas, a seqüência acima não parece ser uma exceção.

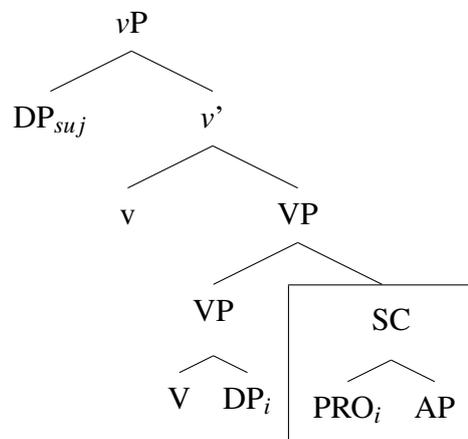
Assim, tendo em mente que a predicação NP+XP poderia ser fronteada e levando em consideração que toda vez que uma seqüência de elementos é movida (ver o princípio de dependência estrutural em Raposo (1992)) ela deva formar um constituinte em algum ponto, observe a árvore da hipótese (A) abaixo. Veja que o DP e o AP formam um constituinte (conforme indicado pelo quadro) que pode ser movido. Esses testes podem, então, ser usado para testar a constituência.

Hipótese A



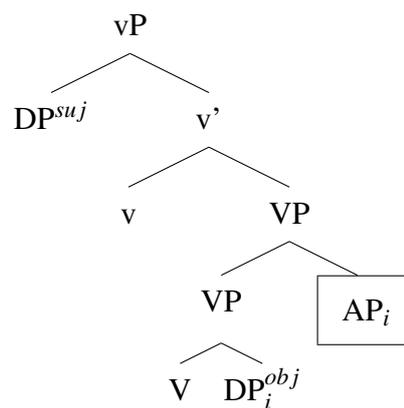
Por outro lado na hipótese (B) abaixo, o quadro que citamos acima não inclui o DP, por isso a previsão é a de que não seja possível mover ambos num único movimento.

Hipótese B



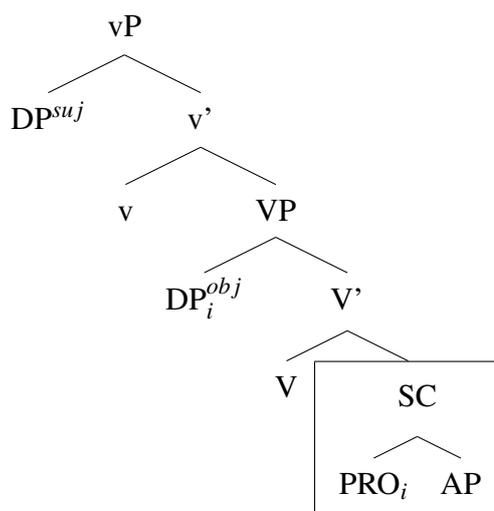
O mesmo se aplica a hipótese (B'), pois neste caso o quadro destaca apenas o AP nu, observe:

Hipótese B'

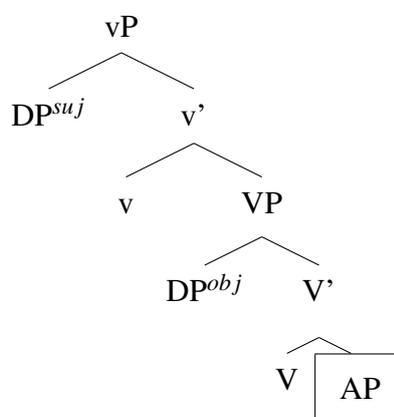


Considere também as hipóteses (C) e (D), o suas possibilidade de mover a predicação NP+XP:

Hipótese C



Hipótese D



Tendo em mente as hipótese concorrentes, apresento todos os dados de meu paradigma e os resultados dos fronteamento das predicacões NP+XP, por meio do foco contrastivo²:

- (3.5) [A mulher grávida], o Pedro viu _____
- (3.6) *[A mulher grávida], o Pedro contratou _____³
- (3.7) [A mulher grávida], o Pedro quis _____
- (3.8) *[A mulher grávida], o Pedro considerou _____
- (3.9) ?[A mulher grávida], o Pedro deixou _____⁴

Importante notar que os julgamentos acima levam em consideração a descrição estrutural(SD) relevante, isto é, a interpretação relevante, conforme apontado, na seção (1.1.2). Assim,

²No início deste capítulo, apresentei os motivos de trabalhar apenas com o foco contrastivo.

³No próximo capítulo apresento um novo dado, num contexto de tópico contrastivo que é um contra-exemplo ao julgamento aqui apresentado. De qualquer forma, ainda mantive este resultado aqui, porque nessa fase do texto não seria possível introduzir a argumentação necessária para o que virá adiante..

⁴Os julgamentos dessa sentença, com o verbo 'deixar', são o que suscitam alguma dúvida, por isso a marcação com o '?'. Minha intuição, no entanto, me leva no caminho de assumir que ele se assemelha a 'considerar', não permitindo esse fronteamento. Mas é bom não perder de vista essa dúvida.

para a sentença (3.5), pode-se imaginar um contexto em que um amigo pergunta a outro sobre uma mulher de que eles estavam falando e cujo nome não era importante na ocasião:

(3.10) — Cara, você viu como essa mulher se recuperou? Não faz seis meses que ela deu a luz ao filho dela e ela continua linda. Você chegou a vê-la grávida?

— Sim, sim... eu vi a mulher bem grávida.

Um outro contexto para uma sentença como essa seria:

(3.11) O Pedro quer muito ver a mulher grávida, mas coitado, mal sabe ele... ela grávida ele nunca vai ver, pois ela já fez laqueadura.

Isso posto, posso fazer uma avaliação desse teste e verificar quais hipóteses ele favorece e quais *desfavorece*, veja então o quadro abaixo (numerei as sentenças no quadro de acordo com a ordem de apresentação de cada verbo subordinante do paradigma, no início deste trabalho; vou usar essa numeração para me referir a cada uma delas):

Sentenças	Favorece	Desfavorece
(1) ver	A	B, B', C, D
(2) contratar	B, B', C, D	A
(3) querer	A	B, B', C, D
(4) considerar	B, B', C, D	A
(5) deixar	B, B', C, D	A

Tabela 3.1: Balanço parcial do teste Fronteamento

É importante notar que os resultados apresentados no quadro acima, podem ser analisados como *decisivos* e *não decisivos*. Isso significa dizer que quando se tem o fronteamento de um determinado constituinte, isso automaticamente exclui as hipóteses em que a seqüência que estou considerando não formaria um constituinte. Então, o desfavorecimento em (1) e (3) é decisivo uma vez que o fronteamento somente se aplica a um constituinte; enquanto aquele em (2), (4) e (5) é não-decisivo, pois a seqüência relevante poderia, eventualmente, formar um constituinte que não se moveria por razões independentes.

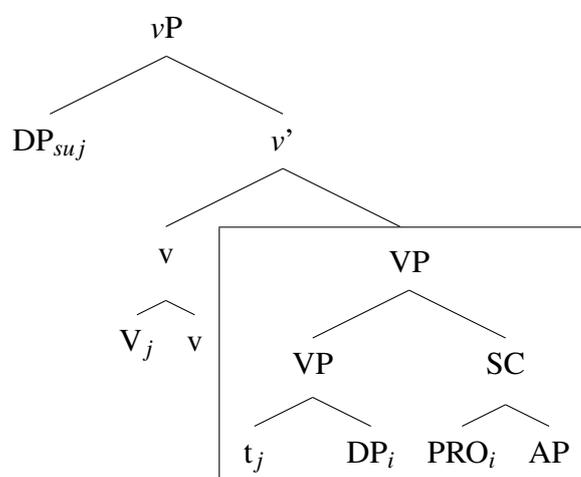
Estou considerando a hipótese (D) adequada para (2), (4) e (5), pois estou assumindo como válida a generalização sobre *remnant movement* proposta por Takano (2000, 146) “*Remnant movement of α is impossible if the head of α has moved out of α* ”. Uma vez que essa generalização seja válida, a hipótese (D) pode ser adotada para as sentenças citadas.

O texto de Takano tem como objetivo apresentar de que forma algumas restrições conhecidas sobre *remnant movement* se revelam como uma evidência empírica a favor da proposta

de Chomsky (1995), *move-F*. Os casos apresentados pelo autor em que possíveis *remnant movement* não são permitidos são aqueles de movimento de categoria cujo núcleo sobre um movimento. E tendo como base o fato que os movimentos são movimentos de traços (categorias são movidas somente *overtly* via *pied-piping* para satisfazer PF), Takano propõe que essa generalização se siga naturalmente da proposta de Chomsky, isto é, a categoria α não terá mais por que se mover, pois essa operação é *feature-driven*, i.e., é motivada por checagem de traços e seu núcleo já sofreu movimento para essa checagem. Dessa forma, sua generalização se segue trivialmente da proposta de Chomsky e, com ela, ele dá conta de dados que anteriormente eram explicados por outros meios menos minimalistas. Assumindo isso, tenho em vista que meus movimentos também têm de ser motivados para checagem de algum traço (*feature-driven*), apesar de não ter abordado esta questão neste texto.

Com a generalização de Takano, ainda é possível excluir as hipóteses (B), (B') e (C) para os verbos de (1) e (3), pois sem essa generalização, estas estruturas também permitiriam esse movimento. Isso se dá, porque o verbo se move para uma posição de adjunção a núcleo de *vP*, permitindo que o VP possa ser movido, uma vez que este conteria somente a seqüência relevante, pois o verbo não seria mais pronunciado, conforme apresento na hipótese (B) repetida abaixo.

Hipótese B



Se não fosse essa generalização, o constituinte indicado pelo quadro poderia ser fronteado para a esquerda da sentença e teria-se exatamente o resultado de ter pronunciado (à esquerda) somente NP+AP. E, por isso, não se separaria uma sentença com o verbo ‘ver’ de outra com o verbo ‘considerar’, por exemplo.

Uma outra possibilidade a ser considerada é assumir que não exista *remnant movement* na gramática e eu conseguiria basicamente os mesmos resultados e sem perder a hipótese (D). Por outro lado, assumindo que exista esse tipo de movimento, chega-se a um dado empírico que pode ser usado como evidência para a teoria de Takano (2000), pois somente dessa forma

conseguimos uma estrutura para os verbos do tipo de ‘considerar’, como será visto mais adiante.

3.2 O teste de acarretamento

Nesta seção, apresento os testes semânticos de acarretamento. A idéia não é exatamente a de justificar alguma proposta de estrutura com base em um acarretamento, mas a partir dos padrões de acarretamento que se espera de uma determinada estrutura, poder excluir alguma hipótese concorrente.

Para que os resultados obtidos fossem mais confiáveis, no entanto, teria sido necessário adotar uma análise semântica robusta ao lado de uma teoria sintática⁵, sem o que ficaria difícil explicar as relações entre as estruturas sintáticas e os padrões de acarretamento. Apesar disso, gostaria de deixar registrada aqui essa intuição e fazer uso dela em minha análise, mesmo que um estudo posterior seja necessário. Tenho consciência, portanto, da fragilidade da análise, mas acredito que se possa tirar dessa relação algum proveito, mesmo que para justificar algum estudo futuro.

Observe que essa intuição já existe de alguma forma e já ajudou alguns autores a argumentar nessa ou noutra direção. Rothstein(1995), na passagem abaixo utiliza, a ausência de acarretamento entre as sentenças (3.12a) e (3.12b) como um argumento para a existência de um constituinte SC. Não concordo com a autora que essa ausência possa justificar a existência de SC, uma vez que essa ausência apenas exclui uma das análises estruturais, a saber as hipóteses (B) ou (B’), isto é, a estrutura de predicado secundário ou SC adjunta. Porém, restam as estruturas de objeto duplo (Remeto o leitor à página 102 para uma discussão mais completa dessa questão):

- (3.12) a. I considered that problem difficult
 b. \nrightarrow I considered the problem

Antes de seguir em frente, apresento o conceito de acarretamento. Estou assumindo como acarretamento a relação entre uma sentença α e uma sentença β : **uma sentença α acarreta uma sentença β , se e somente se, para todo contexto em que um enunciado de α for verdadeiro, um enunciado de β também será verdadeiro; e para todo contexto em que um enunciado de β for falso, um enunciado de α também será falso.** Com outras palavras, Swart (1998) ilustra essa definição:

⁵Conforme Marcelo Ferreira, comunicação pessoal.

“The central truth relation defined over sentences is *entailment*. One sentence is said to entail another if the truth of the first guarantees the truth of the second, and the falsity of the second guarantees the falsity of the first” (SWART, 1998, 34).

Com esse conceito em mente, faço ainda mais um parênteses, antes de passar aos testes. Esse ponto tem a ver com a intuição apresentada acima e que gostaria de esclarecer melhor.

Por exemplo, se postulo para uma determinada sentença que um DP é complemento de V e, sendo assim, o V o marca tematicamente, isso me daria como consequência (tentativamente, especulativamente) alguns padrões de acarretamento obrigatórios. Observe que minha intuição parece até meio tautológica:

- (3.13) a. O Pedro contratou a Maria
b. \rightarrow O Pedro contratou alguém

Portanto, (3.13b) é um acarretamento de (3.13a) e ambas são iguais estruturalmente, sendo diferentes apenas pela pronominalização. Mas essa idéia tem consequências, pois se V theta-marca DP e conseqüentemente um determinado acarretamento seria obrigatório, então, é esperado que a sentença (3.14a) acarrete (3.14b), se eu postular uma estrutura como (3.14c) para a sentença (3.14a):

- (3.14) a. O Pedro contratou a Maria grávida
b. \rightarrow O Pedro contratou a Maria
c. ... VP [V DP] AP

Isso realmente se segue e o acarretamento é válido. Certo, mas agora é que vem o interessante. Posso inverter as coisas de tal forma que se uma sentença X não acarreta uma sentença Y, aquelas estruturas que me dariam como consequência o acarretamento Y devem ser excluídas enquanto possibilidade. Observe que diferentemente de inferir a sintaxe a partir dos acarretamentos, estou propondo excluir algumas hipóteses/estruturas a partir da não existência do acarretamento esperado entre duas sentenças superficialmente semelhantes.

Observe então como isso se dá com o exemplo abaixo:

- (3.15) a. O Pedro quer a Maria grávida
b. $\not\rightarrow$ O Pedro quer a Maria

Veja que o acarretamento não existe. E em não existindo, não posso postular uma estrutura como (3.14c) para (3.15a), pois a estrutura (3.14c) implicaria a relação de acarretamento entre (3.15a) e (3.15b). Como essa relação não existe, a estrutura (3.14c) pode ser excluída.

Mesmo que isso não seja conclusivo, acredito que posso pelos menos levar essa intuição adiante, pensando por exemplo que pelo menos alguma consequência semântica deva existir nas nossas análises sintáticas. O que pode prejudicar a minha proposta seria encontrar alguma estrutura que tivesse como esperado um acarretamento X e este não existisse. Tenho consciência também da necessidade de uma teoria semântica robusta que pudesse dar suporte às minhas especulações. Isso acabou ficando fora desse trabalho.

Tendo isso como base, veja como se comportam as sentenças do paradigma de (1) a (5) repetidas abaixo de (3.16) a (3.20), seguidas de suas respectivas relações de acarretamentos:

(3.16) O Pedro viu [a mulher grávida]

- a. → O Pedro viu a mulher
- b. → O Pedro viu a mulher em algum estado
- c. → O Pedro viu alguém
- d. → O Pedro viu alguém em algum estado
- e. → O Pedro viu algo⁶

(3.17) O Pedro contratou [a mulher grávida]

- a. → O Pedro contratou a mulher
- b. → O Pedro contratou a mulher em algum estado
- c. → O Pedro contratou alguém
- d. → O Pedro contratou alguém em algum estado
- e. ↯ e. * O Pedro contratou algo

(3.18) O Pedro quis [a mulher grávida]

- a. ↯ O Pedro quis a mulher
- b. → O Pedro quis a mulher em algum estado
- c. ↯ O Pedro quis alguém
- d. → O Pedro quis alguém em algum estado
- e. → O Pedro quis algo

⁶A palavra 'algo' está sendo empregada no sentido de evento ou situação. Assim, estou considerando apenas o acarretamento em que 'algo' figura no lugar de DP+XP juntos. Por exemplo, 'Pedro viu algo' no sentido de 'algo' como um evento denotado pelo complemento de 'ver' em 'Pedro viu a Maria beijar o Pedro'.

(3.19) O Dr. Pedro considerou [a mulher grávida]

- a. ↯ *O Pedro considerou a mulher
- b. → O Pedro considerou a mulher de alguma forma
- c. ↯ *O Pedro considerou alguém
- d. → O Pedro considerou alguém de alguma forma
- e. ↯ *O Pedro considerou algo

(3.20) O Pedro deixou [a mulher grávida]

- a. ↯ O Pedro deixou a mulher
- b. → O Pedro deixou a mulher em algum estado
- c. ↯ O Pedro deixou alguém
- d. → O Pedro deixou a mulher em algum estado
- e. ↯ O Pedro deixou algo⁷

Separei as sentenças acarretadas em cinco padrões, (a), (b), (c), (d) e (e): na (a) há uma sentença com a seqüência DP+V+DP; (b) DP+V+DP+indefinido; na (c) tem-se algo como em (a), só que o NP é na verdade um indefinido; na (d) tem-se todos os itens da predicação NP+XP como indefinidos; e (e) tem-se um indefinido retomando toda a predicação NP+XP, que pressuporia um constituinte, assim, algo como DP+V+indefinido (o fato de utilizar estes símbolos não significa falar em termos sintáticos). O indefinido no padrão (b) deve recuperar o predicador da predicação NP+XP, isto é, apenas o XP; o do padrão (c) recupera apenas o DP; os indefinidos do padrão (d) recuperam ambos, algo como o que temos em (b); e o do padrão (e) deve recuperar toda a predicação NP+XP, isto é, a seqüência DP+XP, como se ‘algo’ fosse um indefinido de uma proposição toda e que, de alguma forma, exigisse um constituinte para pronominalizar.

Observe, então, que a sentença com ‘contratar’, como em (3.17), acarretam tanto as sentenças do padrão (a) quanto de (b), além de (c) e (d). Por outro lado, o dado de (3.16), com o verbo ‘ver’, apresenta como válidos todos os acarretamentos considerados. Importante notar, que estou testando aqui somente aquela interpretação de predicação NP+XP, que denota uma situação que é o objeto de percepção do verbo ‘ver’ (neste caso).

O verbo ‘ver’ já se torna, então, um verbo bastante distinto nessa discussão, pois somente as sentenças construídas com ele acarretam todos os padrões de sentenças considerados. Isso talvez se deva ao fato de que o estado seja indistinto de seu sujeito⁸. Outro fato que pode

⁷O que chama a atenção aqui é: se esse verbo é interpretado como a realização de um *CAUSE* abstrato, por que esse acarretamento não é permitido? Parece que não há problemas de aceitabilidade para a sentença ‘Pedro causou algo’, como um acarretamento de ‘Pedro causou a destruição da floresta’.

⁸Marcelo Ferreira comunicação pessoal e durante o exame de qualificação.

estar interferindo tem a ver com o fato de que duas estruturas podem estar associados ao verbo ‘ver’, o que certamente é difícil separar na análise.

Note que, não havendo evidências fortes para o contrário, estou assumindo que os acarretamentos acima são semânticos⁹. Em conversa pessoal com Patrícia Rodrigues, ela me forneceu exemplos de sentenças cujos acarretamentos não são válidos: considerando ‘ele viu a bomba explodir’, não é verdade que em todos os contextos em que essa sentença seja verdadeira, a sentença ‘ele viu a bomba’ também o seja. Esse é realmente um ponto importante, no entanto, ela me deu um exemplo com um infinitivo e meus exemplos utilizam predicacões NP+XP com um adjetivo. Talvez por este denotar um estado, isso pudesse trazer pistas da natureza desse acarretamento e desse contraste.

Se os padrões de acarretamento do verbo ‘ver’, principalmente (a), fossem resultado de inferências pragmáticas, deveria ser possível criar um contexto, controlando bem as variáveis pragmáticas, em que a veracidade da sentença ‘João viu Maria grávida’, por exemplo, não implicasse na veracidade de ‘João viu a Maria’, e/ou no qual a falsidade de ‘João viu a Maria’ não implicasse na falsidade de ‘João viu Maria grávida’. Imagine que João fosse médico e que ele visse, por um televisor de ecografia, a gravidez da Maria. E que fizesse isso num cômodo separado sem a presença da Maria, pois uma enfermeira é que estaria conduzindo o instrumento de ecografia, nesse caso ambas as sentenças seriam falsas. Ora, mas é certo que o estado de gravidez da Maria fora percebido pelo João, e foram percebidos pelos órgãos da visão, mesmo assim essas sentenças são falsas. O que se tem aqui é que: se não é verdade que ‘João viu a Maria’, também não é verdade que ‘João viu a Maria grávida’.

Imagine outro contexto: você provavelmente conhece a Sharon Stone. Pense numa situação em que ela deva mudar de roupas, para entrar em cena, por exemplo. O Pedro a vê entrando atrás de um biombo. Após pouco tempo, ele percebe que a roupa que ela estava era colocada, pouco a pouco, sobre a parte de cima do biombo. Depois de tudo isso, tudo indica que ela esteja completamente nua, tanto que um rapaz, que está numa posição em que o biombo não o atrapalha, está de queixo caído, embasbacado. Também aqui não é verdade que Pedro viu a Sharon Stone nua, nem que ele viu a Sharon Stone (estou considerando o verbo ‘ver’ com interpretação de percepção visual concreta, excluindo portanto a interpretação imaginativa e mesmo a epistêmica.).

Isso é surpreendente, porque pode-se dizer que se viu a bomba explodir sem ver necessariamente a bomba, somente a partir de evidências de que ela explodiu, pelo barulho, estrago, fumaça etc., mas não se pode dizer que Pedro viu a Sharon Stone nua, sem ter visto a Sharon

⁹Para uma argumentação a favor de que essas inferências são pragmáticas, veja Kirsner e Thompson (1976).

Stone. Esse parece ser um fato. Vou deixar essa discussão por enquanto e considerar os outros verbos e padrões de acarretamento.

A sentença (3.18), com o verbo ‘querer’, é um caso bastante interessante, pois é a única que acarreta (b), (d) e (e). E somente as sentenças com o verbo ‘ver’ também acarretam as sentenças do padrão em (e). Para demonstrar que esse acarretamento é válido, imagine um contexto em que a sentença (3.18) seja proferida; qualquer contexto que se imaginar em que ela seja verdadeira, também será verdadeira a sentença ‘O Pedro quis algo’, em que ‘algo’ se refere ao estado de gravidez da Maria.

Por fim, a sentença (3.19), com o verbo ‘considerar’, e a sentença em (3.20), com o verbo ‘deixar’, acarretam apenas as sentenças do padrão (b) e (d), que são basicamente os mesmos. Elas são semelhantes em termos de acarretamentos e semelhantes com as estruturas de verbos bitransitivos, como será visto abaixo.

Vale notar ainda que ‘Pedro considera Maria inteligente’, não acarreta que ‘Pedro considera a Maria’¹⁰, porque este dado é agramatical no sentido relevante¹¹. Quero dizer que o verbo ‘considerar’ tem um comportamento parecido com os triargumentais em exigir um terceiro ‘argumento’, que, no caso acima, seria o AP. As sentenças com o verbo ‘deixar’ exibem o mesmo padrão. Assim, diferentemente de ‘ver’, em (3.16), e ‘contratar’, em (3.17), as estruturas com ‘considerar’, em (3.19), e com ‘deixar’, em (3.20), exibem um padrão de acarretamento análogo ao das estruturas prototípicas de verbos bitransitivos, como demonstrado em (3.21) abaixo:

(3.21) O João deu um livro para a Maria

↗ * O João deu pra Maria

→ O João deu algo para a Maria

→ O João deu algo para alguém

↗ * O João deu algo

Os padrões de acarretamento são basicamente os mesmos, esta semelhança sugere que a estrutura de ‘considerar’ e de ‘deixar’ seja semelhante à hipótese (D) que é, *mutatis mutandis*, isomórfica à análise de *VP-shell* Larsoniano (cf. Larson, 1988) para sentenças com verbos

¹⁰Sobre a falta desse acarretamento, pode-se considerar ainda uma outra possibilidade: o acarretamento existiria se houvesse como expressá-lo, o fato é que a sentença em questão não é adequada. Da não sentença que propus (e que se propõe na literatura) no padrão (a) desse verbo, não se pode dizer que ela seja falsa, justamente por ela ser agramatical.

¹¹Há um outro verbo ‘considerar’, que tem basicamente o sentido de ‘ter respeito por’, ou ainda o sentido de ‘incluir’.

bitransitivos¹².

Nesse ponto, já tendo descrito os padrões de acarretamento de cada um dos verbos, vou procurar juntar tudo isso e cruzar os resultados acima com as hipóteses concorrentes (cf. seção 1.3).

Lembre-se de que as diferenças observadas acima vão me possibilitar excluir algumas estruturas e dar caminhos para chegar mais perto de uma solução estrutural para cada caso, conforme os outros testes forem introduzidos no decorrer deste capítulo. Portanto, abaixo faço o cruzamento das hipóteses concorrentes com os resultados do testes de acarretamento.

Mas antes preciso definir como estou assumindo que esses acarretamentos estejam codificados na gramática. Ou melhor, como aqueles acarretamentos previstos são configurados na estrutura. Vou partir da idéia de que um ZP só pode ser um argumento de um predicador Y se ZP for irmão de alguma projeção de Y (Y-zero, Y', YP...), esse é o *mainstream*. Com isso, posso pensar que se essa relação existir, deve me levar a alguns padrões de acarretamento, conforme explicitado informalmente abaixo de acordo com cada hipótese concorrente.

Os acarretamentos especulativos que estou propondo aqui vão, então, tomar o seguinte formato:

- (3.22) i- A hipótese (A) prevê o acarretamento do padrão **(e)** e de **(b)** e **(d)**;
 ii- A hipótese (B) prevê o acarretamento do padrão **(a)** e de **(b)**, **(c)** e **(d)**;
 iii- A hipótese (B') prevê o acarretamento do padrão **(a)** e de **(b)**, **(c)** e **(d)**;
 iv- A hipótese (C) prevê o acarretamento do padrão **(a)** e de **(b)**, **(c)** e **(d)**;
 v- A hipótese (D) prevê o acarretamento do padrão **(b)** e de **(d)**.

No esquema acima, o padrão de acarretamento em destaque são os principais esperados, são os que estão decidindo, os outros são apenas adicionais e ilustrativos. Vou me concentrar nos primeiros. Assim, seguindo o que eu havia proposto, se um determinado dado não apresentar o padrão de acarretamento esperado por uma hipótese, esta fica excluída para o dado em questão.

Abaixo reapresento as hipóteses concorrentes por meio de uma representação parentética. Nela trago somente o que é relevante para a discussão¹³:

¹²É possível que minhas conclusões, para esses dois verbos, estejam colocadas de uma forma muito precipitada sem justificar algumas passagens, no entanto, acredito que seja igualmente precipitada a idéia de que a não existência do acarretamento do padrão (a) e (c) possa justificar a formação de uma SC como complemento desses verbos (cf. Rothstein (1995) e Gomes(2006)), principalmente para o verbo 'considerar'. Destarte, resta-nos procurar maiores evidências para uma conclusão ou para a outra.

¹³Para rever as representações arbóreas, veja Capítulo I, seção (1.3), página (16).

(3.23) Hipótese (A): ...[V [_{SC} DP XP];

Hipótese (B): ...[_{VP} [V DP][_{SC} PRO XP]];

Hipótese (B'): ...[_{VP} [V DP] XP]];

Hipótese (C): ...V [_{VP} DP_{obj} [_{V'} V [_{SC} PRO XP]]](Concha Larsoniana);

Hipótese (D): ...V [_{VP} DP_{obj} [_{V'} V XP]](Concha Larsoniana);

Tendo as hipóteses em mente, considere as afirmações abaixo:

(3.24) 1- A hipótese (A) prevê (e), porque a SC seria recuperável por 'algo'¹⁴;

2- A hipótese (B) prevê (a), porque V θ -marca o DP sujeito da predicação NP+XP;

3- A hipótese (B') prevê (a), porque V θ -marca o DP sujeito da predicação NP+XP;

4- A hipótese (C) prevê (a), porque V θ -marca o DP sujeito da predicação NP+XP;

5- A hipótese (D) prevê (b) e (d) por ser uma estrutura de bitransitivos e θ -marcar o DP sujeito e o predicado XP, ambos da predicação NP+XP.

Para concluir a análise, abaixo seguem os padrões de acarretamento *não esperado* por hipótese:

(3.25) A hipótese (A) – não esperado (a) e (c);

A hipótese (B) – não esperado (e);

A hipótese (B') – não esperado (e);

A hipótese (C) – não esperado (e);

A hipótese (D) – não esperado (a), (c) e (e).

Bom notar que apesar de não esperado, alguns padrões de acarretamento podem ser verificados para algumas sentenças do paradigma, porque estes são de outra ordem e não estão incluídos nas assunções que fiz. Observe que o que vai realmente decidir pela exclusão de uma estrutura é a *ausência* de um determinado acarretamento esperado. Portanto, a presença dele poderá sempre ser resultado de, por exemplo, inferências pragmáticas ou mesmo algo codificado lexicalmente, ou ainda de outra natureza diversa não citada aqui. Logo, se um acarretamento é esperado, conforme apresentei acima, mas não verificado, a hipótese concorrente deixa de concorrer.

Vou a partir daqui, com base no dito acima, descrever como isso se dá com cada verbo do paradigma. Começo pelo verbo 'contratar'. As sentenças com o verbo 'contratar' acarretam

¹⁴O pronome 'algo' recuperaria uma proposição tipo SC, isto é, que forma um constituinte.

o padrão (a), (b), (c) e (d). Uma vez que para a Hipótese (A) é esperado principalmente o padrão (e) e esse verbo não apresenta este padrão, a hipótese (A) fica excluída para os dados com os verbos do grupo de ‘contratar’, conforme dados em (3.17) acima. Restam, então, somente (B), (B’), (C) e (D), mas (D) é isomórfica aos bitransitivos e estou assumindo que ela não se aplica a este dado. Portanto, somente as hipóteses (B), (B’) e (C).

As sentenças com o verbo ‘querer’ são um outro caso interessante, justamente porque há o acarretamento dos padrões (b), (d) e (e). Não há o acarretamento de (a) e de (c) que são previstos para as hipóteses (B), (B’) e (C), portanto estas hipóteses ficam excluídas e as sentenças do grupo de ‘querer’ favorecem (A) e (D).

Por sua vez, os testes das sentenças com ‘considerar’ e ‘deixar’ demonstraram que elas acarretam somente os padrões (b) e (d) e esses padrões não excluem nenhuma hipótese. Observe que o padrão (a), que não foi acarretado por esses verbos, seria suficiente para excluir a hipótese (B), (B’) e (C). O padrão (a) com ‘considerar’ deve ser tomado com muito cuidado, pois a sentença, no sentido relevante é agramatical (conforme teste em (3.19)) uma vez que fica faltando um argumento. Pode-se pensar que com as sentenças com verbos bitransitivos esse padrão de acarretamento seja possível, mas não é bem assim, pois o outro argumento sempre estará posto no contexto e se não houvesse como recuperar esse outro argumento do contexto a sentença seria inaceitável como as do padrão (a), (c) e (d) com ‘considerar’ (Para retomar isso veja a comparação que fiz acima com um caso de verbo bitransitivo).

Portanto, devido à semelhança com os padrões de acarretamento dos verbos bitransitivos, entendo que os resultados dos testes de ‘deixar’ e de ‘considerar’ devam favorecer somente a hipótese (D).

Por último, os testes dos dados com o verbo ‘ver’ apresentaram relações de acarretamento com todos os padrões que escolhi. Isso leva a concluir que os testes com esse verbo não excluem nenhuma hipótese. É interessante notar que os resultados são em si contraditórios, pois o dado em questão acarreta todos os padrões. Observe que se a hipótese (A) é favorecida, também significaria dizer que alguns acarretamentos não são esperados, mas como a Hipótese (B) também é favorecida, um dos padrões não esperado para (B) é justamente aquele que é esperado por (A). É aqui que há uma contradição. No entanto, estou consciente de que as relações de acarretamento também podem ser de outra ordem, o que faz com que essa contradição não nos diga muito. Além disso, como ao verbo ‘ver’ podem estar associadas duas interpretações, o que equivaleria estar associado a duas estruturas¹⁵, uma como a hipótese (A) e outra como

¹⁵ Conforme Rodrigues (2007) o verbo ‘ver’ poderia ter uma estruturação ambígua entre SC e predicção secundária quando o predicador for um AP – isso não deve se aplicar a complementação de ‘ver’ com infinitivo – isto é, ter um estrutura que fosse algo como a hipótese (A) ou uma como a hipótese (B).

a hipótese (B), os acarretamentos também podem ser resultados da dificuldade de se separar adequadamente essas duas interpretações nesse teste.

Essa contradição poderia ser considerada um aparente Paradoxo de Constituência, sem fazer o cruzamento com os outros testes, uma vez que o verbo ‘ver’ acarreta tanto (a) quanto (e), que são favorecidos por hipóteses diferentes. No entanto, como não estou considerando a via do acarretamento como meio de inferir a sintaxe, mas o contrário (e parcialmente) não é possível dizer isso neste ponto. Mais um motivo pode vir do fato de se tratar de um estado: o DP que é sujeito desse estado pode ser indissociável dele, quando a entidade denotada por esse DP, for o próprio veículo de concretização desse estado e com isso esse acarretamento poderia vir dessa indissociabilidade¹⁶.

Como o verbo ‘ver’ não apresenta semelhanças com os bitransitivos, como o fazem os verbos ‘considerar’ e ‘deixar’, vou assumir que a hipótese (D) seja a única desfavorecida para esse verbo.

Vejamos na tabela (3.2) uma conclusão parcial:

Sentenças	Favorece	Desfavorece
(1) ver	A,B,B',C,	D
(2) contratar	B,B',C	A
(3) querer	A, D	B, B', C
(4) considerar	D	A, B, B', C
(5) deixar	D	A, B, B', C

Tabela 3.2: Balanço parcial dos acarretamento

Isto posto, posso fazer uma comparação entre os resultados apresentados pelos testes de frenteamento e o dos testes acarretamentos:

Sentenças	Front.	Acarretam.	Intersecção
(1) ver	A	A,B,B',C	A
(2) contratar	B, B',C,D	B, B',C	B, B', C
(3) querer	A	A,D	A
(4) considerar	B, B', C, D	D	D
(5) deixar	B, B', C, D	D	D

Tabela 3.3: Balanço parcial entre Fronteamento e Acarretamento

Uma última palavra sobre o verbo ‘ver’ nesta seção se faz necessária. Observe que a

¹⁶Essa observação foi feita por Marcelo Ferreira em meu exame de qualificação. Ele apontou que a entidade denotada pelo DP, que é sujeito desse estado, sendo o próprio veículo de concretização do estado que é, por sua vez, objeto de um evento de percepção visual (a gravidez da Maria existe na Maria), torna uma coisa indissociável da outra, de tal forma que, quando vê-se o estado, vê-se também seu veículo, seu sujeito. Como meu trabalho não inclui outros XP que denotem eventos, por exemplo, fica difícil testar isso numa comparação. De qualquer forma, é um ponto bastante relevante que pode justificar a natureza desse acarretamento.

hipótese (A) é a que restou do cruzamento dos testes de frenteamento com o de acarretamento, no entanto, ainda me resta considerar que o verbo ‘ver’ é ambíguo quanto a uma leitura de SC e de predicado secundário (veja nota (15) acima.). Imagine, então, se esta ambigüidade persistir, mesmo com a predicação NP+XP fronteada. O que isso deverá significar? Volto a isso adiante, na seção 4.2 do Capítulo IV página 80. Nessa parte também apresento um novo teste com o prefixo ‘re-’ que permite identificar essa ambigüidade uma vez que o ‘re-’ pode apresentar ambigüidade de escopo entre uma e outra interpretação do verbo ‘ver’.

3.3 Os Testes de c-comando: *binding*

Nesta seção, procuro demonstrar como se dão as relações de c-comando com as estruturas que estou considerando.

Por meio desses testes, utilizando princípios de ligação, pode-se vislumbrar quais hipóteses satisfazem um ou outro requisito. Os resultados, apesar de não separar as hipóteses, pois mostra que há c-comando entre o DP sujeito da *predicação NP+XP* em todas elas, trazem algo muito interessante para a discussão em torno deste tema. Isso se dá, porque a discussão desta seção mostra como o argumento de Stowell(1991), sobre o status de SC dos complementos de ‘considerar’(cf. seção 2.3.1 na página 32), não é mais válido e se baseava numa assunção da época. Atualmente, com a hipótese de que o DP complemento se move para uma posição mais alta, como *Spec* de Agr ou de *vP*, fica difícil separar os casos de Stowell dos outros, para argumentar a favor da constituição.

Isso também cria problemas para alguns dos argumentos que Roberts(1988) usa para sustentar a posição de AP predicativos na marcador sintagmático.

Antes de ir ao ponto desta seção, faço uma revisão rápida da Teoria de Ligação que foi o recurso que utilizei para fazer os testes de c-comando. A Teoria de Ligação segue abaixo(cf. Chomsky (1981) e Chomsky (1995)), trata-se de uma versão citada em Hornstein, Nunes e Grohmann (2005, 271):

(1) - *Binding Theory*:

(i) Principle A:

If α is an anaphor, interpret it as coreferential with a c-commanding phrase in its domain;

(ii) Principle B:

If α is a pronoun, interpret it as disjoint from every c-commanding phrase in its domain.

(iii) Principle C:

If α is an R-expression, interpret it as disjoint from every c-commanding

phrase.

Para analisar meus dados adequadamente ainda vou precisar de uma definição, mesmo que provisória, de domínio e do que vem a ser *ligação*, conforme uma versão citada por Hornstein, Nunes e Grohmann (2005, 248):

(2) - *Domain*

α is the domain for β iff α is the smallest IP (TP) containing β and the governor of β .

(3) - *Binding*

α binds β iff α c-commands and is coindexed with β

Além do exposto acima, ainda preciso do Complexo Funcional Completo (CFC) que é também uma forma de definir o domínio em termos de categoria de regência.

Para situar o leitor, portanto, apresento rapidamente uma definição do CFC, com base em Chomsky e Lasnik (1993, 102). O CFC é uma projeção que contém todas as funções gramaticais compatíveis com seu núcleo. Isto é, que contém não só a anáfora e seu regente, mas também um antecedente potencial (*binder*) – um SUJEITO acessível; outro DP que c-comande a anáfora.

As categorias NP e IP podem ser generalizadas para o CFC, que é então considerado como a projeção que contém todas as funções gramaticais compatíveis com seu núcleo, assim é que:

“The GC [governing category] for α is the minimal CFC that contains α and a governor of α and in which α 's binding condition could, in principle, be satisfied.” (CHOMSKY; LASNIK, 1993, 102)

E para ser satisfeito, Chomsky & Lasnik apontam mais adiante que se α for uma anáfora o *binder*, ou sujeito potencial, deve estar contido nessa GC.

Tendo isso em mente, observe os testes abaixo nas próximas seções abaixo.

3.3.1 Princípio C

Observe as sentenças abaixo e considere o *Princípio C*, a agramaticalidade se dá porque as indexações propostas violam esse Princípio:

(3.26) *O Pedro viu [ela]_i [^{AP} feliz pelo nascimento do filho d[a Fernanda]_i]

(3.27) *O Pedro contratou [ela]_i [^{AP} feliz pelo nascimento do filho d[a Fernanda]_i]

(3.28) *O Pedro quis [ela]_i [^{AP} feliz pelo nascimento do filho d[a Fernanda]_i]

(3.29) *O Pedro considerou [ela]_i [^{AP} feliz pelo nascimento do filho d[a Fernanda]_i]

(3.30) *O Pedro deixou [ela]_i [^{AP} feliz pelo nascimento do filho d[a Fernanda]_i]

Como se vê, o DP ‘ela’, complemento de ‘ver’, co-indexado com a expressão-R produz uma sentença agramatical, o que me leva à seguinte conclusão parcial:

(3.31) *O DP/NP complemento c-comanda dentro do AP predicativo*

Retomando minhas hipóteses iniciais, observe que a conclusão acima desfavoreceria a estrutura (B). Entretanto, quando considero que, até LF, o DP ‘complemento’ (potencialmente, sujeito na predicação NP+XP) deve se alçar para checar Caso acusativo na posição de *Outter-Spec/vP* (Chomsky, 1993) (Lasnik & Saito(1999) apresentam evidência de que objeto se move para uma projeção mais alta, na época, para o *Spec* de *Agr_OP.*), concluo que ele inevitavelmente c-comanda tudo o que há dentro do AP predicativo, em qualquer das estruturas hipotéticas consideradas (A, B, B’, C, D). Como citei no início desta seção, isso desfavorece as conclusões de Stowell(1991) e Roberts (1988).

Dessa forma, chego a uma segunda conclusão: a de que esse teste favorece todas as estruturas da seção 1.3, que trata das hipóteses concorrentes. Ou seja, ele não exclui nenhuma hipótese, além de tratar todas as hipóteses da mesma forma.

Essa conclusão também desfavorece a proposta de Roberts(1988) de que o AP predicativo estará contido no VP caso não haja c-comando do DP sujeito do AP e alguma anáfora contida no AP. E estará fora, quando houver esse c-comando. Com a proposta de movimento do objeto para a *spec* de *Agr_O* (cf. Lasnik e SAITO (1999)) essa conclusão fica prejudica, pois sempre haverá o c-comando. Era com base nas diferenças de c-comando que Roberts definia se o AP era orientado para o sujeito ou para o objeto.

Resta-me, no entanto, uma informação muito importante: esse teste demonstra claramente que *o DP sujeito da predicação c-comanda tudo que o AP representa.*

3.3.2 Princípio B

Apresentei primeiramente os testes de c-command com o *princípio C*, porque assim posso, a partir da conclusão de que há uma relação de c-comando em jogo, ter mais segurança do que estou considerando. Veja então como o *Princípio B* se comporta nos testes abaixo:

- (3.32) O Pedro viu [a Fernanda]_i [^{AP} feliz pelo nascimento do filho d[ela]_i]
- (3.33) O Pedro contratou [a Fernanda]_i [^{AP} feliz pelo nascimento do filho d[ela]_i]
- (3.34) O Pedro quis [a Fernanda]_i [^{AP} feliz pelo nascimento do filho d[ela]_i]
- (3.35) O Pedro considerou [a Fernanda]_i [^{AP} feliz pelo nascimento do filho d[ela]_i]
- (3.36) O Pedro deixou [a Fernanda]_i [^{AP} feliz pelo nascimento do filho d[ela]_i]

Como se vê nos testes acima, a conclusão parcial é contraditória, à primeira vista. Deixando de lado o que apresentei nos testes do princípio C, considere (i) e (ii):

- (i) Ou o pronome ‘ela’ no AP não é c-comandado pelo DP ‘a Fernanda’;
- (ii) Ou então o domínio de ligação do pronome ‘ela’ não inclui o DP ‘a Fernanda’.

No entanto, já tenho evidências, através do diagnóstico do *princípio C*, de que ‘a Fernanda’ c-comanda ‘ela’ em todos os casos acima (ao menos da posição de Caso em LF, que é o que realmente importa). Sendo assim, só me resta assumir (ii): o domínio de ligação do pronome ‘ela’ não inclui o DP ‘a Fernanda’.

O que de fato se segue, pois conforme a definição do CFC que apresentei acima o domínio se fecha um pouco mais encaixado na estrutura, isto é, no DP ‘o filho dela’. Para ilustrar isso apresento um dado de estrutura Larsoniana para objeto-duplo:

- (iii) *O João apresentou ela_i para o futuro chefe da Maria_i (Princ. C)
- (iv) O João apresentou [a Maria]_i para o futuro chefe d[ela]_i (Princ. B)

Através de (iii), vê-se que DP ‘ela’ c-comanda dentro do PP ‘para o futuro chefe da Maria’ e mesmo assim (iv) é aceitável. Isso demonstra que ‘a Maria’ está fora do domínio e que este deva se fechar bem mais encaixado na estrutura, isto é, no DP, ‘chefe dela’, o qual contém tanto um potencial *binder* e também o regente do pronome, a preposição ‘de’.

Dado o paralelo entre as sentenças com verbos bitransitivos e as estruturas de predicação acima, que se comportam como triargumentais, então, pode-se dizer que a estrutura (D) seria compatível com os resultados do teste do *Princípio B*, nos mesmos termos em que tal estrutura acomodaria (iii) e (iv) acima.

Esse teste também não exclui as outras estruturas e chega-se à seguinte conclusão: no limite, não se pode também descartar nenhuma hipótese com esse teste, pois o *princípio B* não desfavoreceu nenhuma estrutura. Conclusão que é resultado de testes com sentenças que apresentam um CFC mais encaixado no AP da *predicação NP+XP*. Mas se é assim, então, talvez se eu conseguir fazer o domínio fechar mais em cima, os resultados sejam diferentes:

(3.37) *O Pedro viu [a Fernanda]_i [^{AP} feliz por ela_i]

(3.38) *O Pedro contratou [a Fernanda]_i [^{AP} feliz por ela_i]

(3.39) *O Pedro quis [a Fernanda]_i [^{AP} feliz por ela_i]

(3.40) *O Pedro considerou [a Fernanda]_i [^{AP} feliz por ela_i]

(3.41) *O Pedro deixou [a Fernanda]_i [^{AP} feliz por ela_i]

Realmente são diferentes, mas note que mesmo a aceitabilidade sendo diferente as conclusões são as mesmas, pois todas as sentenças dão o mesmo resultado. O que corrobora as conclusões do *princípio C* de que o DP ‘a Fernanda’ ‘c-comanda’ o pronome ‘ela’. Somente é interessante notar que a Hipótese (B) não prevê c-comando entre o DP e o pronome, mas é preciso lembrar que esse DP deve se mover para *Outer-Spec/vP* para checar Caso. Isso também confirma a idéia de que a ligação se dê em LF. Assim, os fatos indicam que a cópia que é interpretada para efeitos do *princípio B* é aquela que checa Caso em *Outer-Spec/vP*, carregando consigo o domínio.

3.3.3 Princípio A

Abaixo segue um rápido teste de c-comando usando o *princípio A* para fechar essa seção. Os exemplos abaixo são inspirados no texto de Raposo(1992), a partir desse dado: ‘O Luís considera a Maria fiel a si mesma’.

(3.42) O Pedro viu [a Fernanda]_i [^{AP} fiel a si mesma_i]

(3.43) O Pedro contratou [a Fernanda]_i [^{AP} fiel a si mesma_i]

(3.44) O Pedro quis [a Fernanda]_i [^{AP} fiel a si mesma_i]

(3.45) O Pedro considerou [a Fernanda]_i [^{AP} fiel a si mesma_i]

(3.46) O Pedro deixou [a Fernanda]_i [^{AP} fiel a si mesma_i]

Observe que o DP ‘a Fernanda’ está dentro do domínio e, portanto, a anáfora pode ser ligada a ele. E se for forçada a ligação fora do domínio, usando o recurso da concordância que é morfologicamente marcada em Português, o dado torna-se inaceitável:

(3.47) *O Pedro_i viu [a Fernanda] [^{AP} fiel a si mesmo_i]

(3.48) *O Pedro_i contratou [a Fernanda] [^{AP} fiel a si mesmo_i]

(3.49) *O Pedro_i quis [a Fernanda] [^{AP} fiel a si mesmo_i]

(3.50) *O Pedro_i considerou [a Fernanda] [^{AP} fiel a si mesmo_i]

(3.51) *O Pedro_i deixou [a Fernanda] [^{AP} fiel a si mesmo_i]

Isso leva, portanto, às mesmas conclusões dos testes com os outros princípios de ligação. Uma pequeno balanço, cruzando estes testes de c-comando com as hipóteses concorrentes, vai me dar uma única conclusão geral, conforme segue abaixo:

(3.52) *Esses testes não excluem nenhuma estrutura.*

Apesar de a conclusão não separar as hipóteses concorrentes, não eliminando nenhuma estrutura e não me fazendo chegar mais perto de uma estrutura adequada para cada um dos dados do paradigma, ainda pude observar que as conclusões de Stowell(1991) e Roberts(1988), apresentadas nesta seção, não são mais adequadas, porque funcionavam dentro de uma teoria que tinha assunções diferentes, as quais foram abandonadas nas últimas versões da GB e nas diferentes propostas do Programa Minimalista. Acredito que apresentação deste contraste, por si só, já se trata de uma grande contribuição. Repito abaixo a conclusão e, em seguida, passo para o próximo teste:

(3.53) *o DP/NP complemento c-comanda dentro do AP predicativo.*

3.4 Testes de pronominalização

Além dos testes que vim discutindo até aqui, gostaria de apresentar mais este. Trata-se de um teste de pronominalização que teria como efeito, grosso modo, os mesmos dos testes de acarretamento com o ‘algo’ eventivo, isto é, que pronominaliza uma proposição, uma eventualidade nos termos de PARSONS (1990), por exemplo. Importante notar que o uso de ‘algo’ como

se referindo a um evento, surge do fato de que, nos mesmos contextos e em outros, ele poderia pronominalizar somente uma entidade, i.e., o referente de um DP. Estou, portanto, fechando nas pronominalizações da eventualidade ou da proposição, como tenho chamado até aqui, denotada pela predicação NP+XP e excluindo as pronominalizações de uma entidade.

Vamos aos testes então. Vou passar novamente por cada um dos verbos subordinantes.

O verbo ‘ver’ permite a paráfrase com ‘algo’, o que aponta para a conclusão de que o verbo ‘ver’ pode ter uma estrutura como (A) em que há a formação de uma SC, conforme dado abaixo:

- (3.54) a. O Marcos viu a Celia grávida
b. O Marcos viu algo

Importante lembrar que se trata da pronominalização da proposição ‘a Célia grávida’ e não somente do DP ‘a Célia’. Estou descartando essa última possibilidade, para que o teste fique mais controlado. Observe que também essa possibilidade de pronominalização pode ser usada num teste, o que basicamente me levaria a algo parecido com os acarretamentos usados por quem argumenta que a não existência de um acarretamento do tipo “V DP XP → V DP”, deva ser evidência da formação de SC. Não entro nesse mérito aqui e vou trabalhar somente com a possibilidade de se pronominalizar toda a proposição, para buscar evidências de que exista uma SC.

Lembrando das hipóteses concorrentes, o teste com o verbo ‘ver’ aponta, portanto, para estruturas como a da hipótese (A).

Com o verbo ‘contratar’ a pronominalização com ‘algo’ não é possível, pois a proposição ‘Celia grávida’ não é contratável, o que deve apontar para a direção de que os terminais ‘Celia’ e ‘grávida’ não formam junto um constituinte, o favorecer hipóteses como B, B’, C, D e desfavorecer somente A:

- (3.55) a. O Marcos contratou a Celia grávida
b. *O Marcos contratou algo

Com o verbo ‘querer’ essa pronominalização é possível, o que aponta para uma estrutura do tipo (A). O que também corrobora os resultados dos testes de fronteamto:

- (3.56) a. O Marcos quis a Celia grávida

b. O Marcos quis algo

O verbo ‘deixar’, por sua vez, não permite a pronominalização de predicação NP+XP, o que em princípio é uma surpresa, pois se este verbo fosse a realização de um ‘CAUSAR’ (abstrato), como eu supus acima, então deveria ser possível a paráfrase, pois nada parece impedi-la com o verbo ‘causar’ (Pedro causou a gravidez da Maria → Pedro causou algo). Porém, isso não é o que se observa abaixo:

(3.57) a. O Marcos deixou a Celia grávida

b. *O Marcos deixou algo

Assim, como não há a paráfrase com as sentenças do verbo ‘deixar’, isso desfavorece a hipótese (A).

O mesmo se verifica com o verbo ‘considerar’ que também não permite a pronominalização da predicação NP+XP por meio de ‘algo’, observe abaixo:

(3.58) a. O Marcos considerou a Celia grávida

b. *O Marcos considerou algo

Mais uma vez tem-se o desfavorecimento da hipótese (A). E observe que isso é também uma surpresa, pois se este é o verbo mais citado como exemplo para os casos de SC, seria esperado que um constituinte como esse, como complemento de ‘considerar’, logo uma estrutura do tipo ‘considerar-SC’, como na hipótese (A), fosse pronominalizável. Esse é um dos motivos que me levam a propor que as sentenças com esse verbo tenham na verdade uma estrutura como a que se encontra na hipótese (D).

Veja abaixo um balanço dos testes de pronominalização acima.

Sentenças	Favorece	Desfavorece
(1) ver	A	B, B', C, D
(2) contratar	B, B', C, D	A
(3) querer	A	B, B', C, D
(4) considerar	B, B', C, D	A
(5) deixar	B, B', C, D	A

Tabela 3.4: Balanço Parcial do Teste Pronominalização

Com esse balanço já se tem uma pequena mostra de quais contextos permitem ou não as conhecidas Small Clauses. Na próxima seção apresento mais um teste, o teste com o fronteamto das questões WH.

3.5 Testes com perguntas *WH*

Neste espaço, faço algumas considerações sobre os verbos de meu paradigma usando testes com perguntas *WH*. Um teste muito parecido com os testes de pronominalização, mas levando em questão a formação das perguntas *WH* e o movimento do constituinte *WH*, tendo em mente que as *WH* exigem, como no caso dos frontamentos, um constituinte móvel.

Começo abaixo com o verbo 'ver'. Observe que a resposta (c) não é adequada para a pergunta (a).

- (3.59) a. Quem que o Pedro viu?
b. O Pedro viu a Maria
c. # O Pedro viu a Maria nua

Mas se o *WH* 'Quem' for substituído pelo *WH* 'o que', a resposta (c) passa ser adequada como é demonstrado abaixo em (3.60b):

- (3.60) a. O que que o Pedro viu?
b. O Pedro viu a Maria nua

Da mesma forma que o indefinido 'algo' do teste anterior, o *WH* 'o que', permite perguntar sobre toda a proposição 'a Maria nua', enfim, substituir toda a predicação NP+XP. Assim, o que se vê acima é mais uma vez o favorecimento da hipótese (A) para o verbo 'ver'.

Com o verbo 'contratar' esse padrão não se segue. O *WH* 'quem' na pergunta com esse verbo tem julgamento igual ao do verbo 'ver':

- (3.61) a. Quem que o Pedro contratou?
b. O Pedro contratou a Maria
c. # O Pedro contratou a Maria grávida

No entanto, quando se usa 'o que' esse verbo não mais admite como resposta a predicação NP+XP, como demonstro abaixo:

- (3.62) a. O que que o Pedro contratou?
b. # O Pedro contratou a Maria nua

O WH ‘o que’ pode tomar como objeto de uma questão toda uma proposição, então, como com o verbo ‘contratar’, o DP e o XP não formam um constituinte, essa predicação NP+XP não pode ser objeto desse WH. Por isso é que a resposta em (3.62b) não é adequada. Isso desfavorece hipótese (A) para esse verbo.

O verbo ‘querer’ é um dos verbos que tem um comportamento um tanto peculiar, como já apresentei em outros testes. Por exemplo, este verbo é muito semelhante ao verbo ‘ver’, entretanto, diferentemente deste, a sentença ‘O Pedro quer a Maria grávida’ não acarreta a sentença ‘O Pedro quer a Maria’. O acarretamento de ‘ver’ não nos permitia inferir a sintaxe, conforme argumentação de Marcelo Ferreira, mas o não acarretamento aqui nos permite inferir que pelo menos não existe a irmandade, pressupondo claro que a existência da irmandade nos garantiria esse acarretamento.

A semelhança segue abaixo, observe que o mesmo padrão de ‘ver’ se apresenta:

- (3.63) a. Quem que o Pedro quer?
 b. O Pedro quer a Maria
 c. # O Pedro quer a Maria grávida

A resposta (c) não é possível para a pergunta (a) acima, assim como o verbo ‘ver’. Observe o par abaixo:

- (3.64) a. O que (que) o Pedro quer?
 b. O Pedro quer a Maria nua

A resposta com a predicação NP+XP é perfeita, novamente parecida com o verbo ‘ver’. O que leva a privilegiar a hipótese (A). Aliás, a resposta ‘O Pedro quer a Maria’, também é adequada para a pergunta (3.64). Isso demonstra que esse verbo pode tanto selecionar um constituinte que denota uma proposição, quanto um constituinte que denota uma entidade; outra possibilidade seria a de que esse verbo fosse ambíguo, havendo duas entradas lexicais iguais. Porém, acredito que esse não seja o caso com o verbo ‘querer’. Diferentemente do verbo ‘considerar’ e ‘deixar’, aos quais a diferença de seleção implica (ou é resultado de) diferenças claras de significado lexical.

Com o verbo ‘deixar’, a pergunta WH com ‘quem’ já é inaceitável, não tendo o sentido relevante para a discussão (com a idéia de ‘CAUSE’), mas somente no sentido de ‘abandonar’:

- (3.65) a. * Quem que o Pedro deixou?

- b. # O Pedro deixou a Maria
- c. # O Pedro deixou a Maria grávida

Nem mesmo com o WH ‘o que’ que pode tomar uma proposição, a sentença com ‘deixar’ fica ‘boa’:

(3.66) * O que o Pedro deixou?

Esse é o ponto mais intrigante de ‘deixar’ e ‘considerar’, como apresento adiante. Por que essa sentença não é aceitável, se o complemento desses verbos seria uma SC? Para que a pergunta WH com ‘deixar’ seja aceitável, ela precisa ter o formato abaixo:

- (3.67) a. Quem que o Pedro deixou _____grávida?
b. Como que o Pedro deixou a Maria _____?

Estes tipos de perguntas WH favorece uma hipótese como a (D). Isso porque esses contextos verbais parecem exigir a presença de um terceiro argumento ou algo parecido.

O verbo ‘considerar’ tem um comportamento semelhante ao verbo ‘deixar’, observe abaixo:

- (3.68) a. * Quem que o Pedro considerou
b. #O Pedro considerou a Maria
c. #O Pedro considerou a Maria inteligente

Como se vê, mais uma vez, é bom notar que essa pergunta é boa no sentido irrelevante de ‘considerar’ (‘considerar’ no sentido de ter respeito, ou de levar em conta), sendo assim, eu entendo que de saída a pergunta já é ruim, mesmo com uma WH com ‘o que’, novamente o padrão semelhante ao verbo ‘deixar’ se apresenta:

- (3.69) a. ? O que que o Pedro considerou?
b. #O Pedro considerou a Maria nua
c. #O Pedro considerou que a Maria estivesse nua

E observe que mesmo no caso em que a resposta é uma sentença plena, como em (3.69c), a pergunta não é adequada. Isso é no mínimo surpreendente e não tenho até esse momento uma resposta adequada para essa questão. A mesma versão com o predicativo realizado na pergunta, assim como a sentença com verbo ‘deixar’, é novamente aceitável, como demonstro abaixo:

- (3.70) a. Quem que o Pedro considerou _____ inteligente?
 b. O Pedro considerou a Maria

Como isso se parece com os bitransitivos, considere como se dá isso com um exemplo de verbo genuinamente dessa classe, como o verbo ‘dar’:

- (3.71) a. * O que o Pedro deu?
 b. O que o Pedro deu _____ para a Maria?
 c. Para quem o Pedro deu flores _____?

É preciso uma pequena nota sobre a agramaticalidade apontada acima. Estou considerando agramatical no sentido de que ‘o que’ estaria no lugar de uma suposta proposição ‘flores para a Maria’. Essa sentença é boa se a considerarmos como uma pergunta sobre o objeto dado, mas aqui é que reside o problema, pois o objeto dado, sendo dado, é dado para alguém e isso revela que estamos sempre tomando algo como (3.71b) subtendido ou do contexto. Quero dizer que interpretamos (3.71a) como um caso de (3.71b). E no sentido que estou considerando aqui, ela é certamente impossível, o que a aproxima de sentenças com verbos como ‘deixar’ e ‘considerar’.

No entanto, parece haver aqui um pequeno contraste com um verbo de mesmo grupo, que chama a atenção, conforme minha separação inicial na seção (1.1.1) do Capítulo I (página 6):

- (3.72) a. O que que o Pedro achou? (o Pedro é médico)
 b. O Pedro achou que a Maria estava grávida.

Enquanto que com o verbo ‘considerar’ essa pergunta não é nem mesmo permitida, mesmo se ela for feita com WH *in situ*:

- (3.73) a. *O que que o Pedro considera?

- b. *O Pedro considera o quê?

Observe então um balanço parcial desses testes, conforme tabela (3.5).

Sentenças	Favorece	Desfavorece
(1) ver	A	B, C, D
(2) contratar	B, B', C	A, D*
(3) querer	A	B, C, D
(4) considerar	D	A, B, B', C
(5) deixar	D	A, B, B', C

Tabela 3.5: Balanço parcial do teste com WH 'o que'

Estou entendendo que o verbo 'contratar' não favoreça (D) por não ser evidente para mim a exigência ou necessidade de um terceiro argumento, por isso a marquei com um asterisco.

3.6 Testes com sentenças plenas

Como um dos testes (apresentados na literatura) para se argumentar a favor de SC é também a possibilidade de paráfrase com sentenças plenas, resolvi fazer esses testes com todos os verbos subordinantes de meu paradigma. As conclusões são interessantes principalmente quando comparamos os verbos que tomam sentença plenas como complemento, mas que são reconhecidamente verbos cuja complementação não admite SC. Veja-se a discussão com o verbo 'saber' por exemplo.

- (3.74) a. O Pedro viu a Maria grávida
 b. O Pedro viu que a Maria estava grávida

O verbo 'ver' permite a paráfrase, mas resta a dúvida de se este verbo que aceita a complementação via CP, é o mesmo verbo 'ver' que aceita uma SC. Parece-me que seja possível que a seqüência de palavras em (3.74b) seja boa num contexto em que a percepção direta se dê, no entanto, a ênfase semântica recai sobre algo como 'perceber o estado de gravidez', em 'se dar conta', e não com uma semântica em que o estado de gravidez seja percebido pelos órgãos da visão, mesmo a percepção tenha se dado por esta via. Nesse sentido, entendo que a sentença em (3.74b) pode não ser sentença relevante para nosso teste. O que para nossos objetivos aqui deve implicar no desfavorecimento da hipótese (A).

O verbo 'contratar', por sua vez, não permite a paráfrase:

- (3.75) a. O Marcos contratou ela grávida
b. *O Marcos contratou que ela estava grávida

O verbo ‘querer’ permite, como demonstrado abaixo:

- (3.76) a. O Marcos quis ela grávida
b. O Marcos quis que ela ficasse grávida

O verbo ‘deixar’ não permite a paráfrase e o que se vê abaixo, marcado com o asterisco é na verdade outra sentença, irrelevante para os propósitos desse trabalho, pois o significado do ‘deixar’ abaixo é o de ‘permitir’.

- (3.77) a. O Marcos deixou ela grávida
b. *O Marcos deixou que ela ficasse grávida

O verbo ‘considerar’ permite essa paráfrase, conforme já demonstrou Gomes(2006):

- (3.78) a. O Marcos considerou ela grávida
b. O Marcos considerou que ela estivesse grávida

Uma questão que me foi colocada por Rodrigues¹⁷ e que merece ser considerada com cuidado é se as duas sentenças em (3.78) trazem o mesmo verbo ‘considerar’ ou se se tratam de duas entradas lexicais distintas. Enfim, se são dois verbos homófonos. Trata-se de uma questão bastante interessante que pode trazer conseqüências para os resultados apresentados neste texto, principalmente para argumentar contra a SC (com este verbo) ou desfazer este argumento a favor das SC. No entanto, não tenho espaço nem uma resposta adequada para a questão.

É importante notar, no entanto, que, se a autora estiver certa, vamos estar falando de três verbos ‘considerar’, uma vez que já admiti a existência de dois verbos:

- (3.79) a. O Marcos considera a Maria
b. O Marcos considera a Maria inteligente

¹⁷Patrícia Rodrigues por ocasião da defesa desta dissertação.

Os verbos ‘considerar’ em (3.79a) e em (3.79b) são notadamente diferentes em seu significado, por isso, argüi que se trata de dois verbos diferentes. Em (3.79a) temos ‘considerar’ no sentido de ‘tomar em consideração’ ou de ‘respeitar’, por outro lado, em(3.79a) temos o verbo ‘considerar’ no sentido de ‘achar’ ou ‘tem a opinião de que’. Além disso, esse verbo tem também grade temáticas diferentes, um toma um NP como complemento e o outro uma suposta Small Clause, ou um NP e um AP.

Voltemos, pois, as resultados do testes desta seção e vejamos o balanço parcial abaixo.

Sentenças	Favorece	Desfavorece
(1) ver	B, B', C, D	A
(2) contratar	B, B', C, D	A
(3) querer	A	B, B', C, D
(4) considerar	A	B, B', C, D
(5) deixar	B, B', C, D	A

Tabela 3.6: Balanço Parcial das Paráfrases com Sentenças Plenas

Interessante desse balanço é que ele realmente parece levar a conclusões contrárias das que tenho argumentado aqui. Esses testes apontariam considerar como um verbo que selecionaria uma SC complemento, no entanto, observe as objeções abaixo.

Antes, porém, considere outro verbo do grupo dos judicativos, uma vez que estes são mais aceitos na literatura como verbos que selecionam uma SC-complemento:

- (3.80) a. O Marcos achou ela grávida/linda
 b. O Marcos achou que ela estivesse/fosse grávida/linda

A argumentação de Gomes(2006) usa tais paráfrase para sustentar a hipótese de que os complementos de ‘considerar’, ou que os verbos judicativos tomam uma SC como complemento. No entanto, eu gostaria de apontar nesse trabalho que essa passagem também não é tranqüila, uma vez que existem verbos que admitem como complemento uma sentença plena e são reconhecidamente verbos que não admitem SC como complemento, além de não serem verbos ECM. Veja-se por exemplo o verbo ‘saber’:

- (3.81) a. O Harry Potter sabe que a Hermioni é inteligente
 b. *O Harry Potter sabe a Hermioni inteligente

Observe em (3.81) que a paráfrase (b) da sentença (a) não é possível, mas é permitida a sentença abaixo:

(3.82) O Harry Potter sabe magia

Ainda para ilustrar esse ponto, saliento que a semântica do ‘saber’ é muito semelhante àquela que Borges Neto(2003) atribui ao ‘considerar’. Em vez de, como no caso ‘considerar’, o verbo selecionar uma proposição, tomá-la como verdadeira em relação ao sistema de crenças do sujeito, o verbo ‘saber’ selecionaria uma proposição tomando-a como verdadeira em relação a um sistema de referências (ou mundo possível) no qual a sentença é interpretada.

Então, diante de tal fato, fica claro para mim que alguns verbos que podem ter um constituinte que denote uma entidade como complemento, também podem ter complementos em que esse constituinte seja uma sentença plena/finita, sem que isso implique na necessidade da existência de uma SC. Na direção de sentença plena para SC, o paralelismo não existe o que parece enfraquecer a conclusão de que a paráfrase sustente a constituência. Se incluem nesse grupo, como apontado acima, verbos como ‘crer’, ‘acreditar’, entre outros.

Portanto, acredito que não tenho como utilizar o balanço parcial dessa seção para o balanço final, pois aceitar que os fatos com o verbo ‘saber’ devam fazer que o verbo ‘considerar’ não favoreça hipótese (A), também deve implicar na invalidade das conclusões com ‘querer’. Este verbo também permite a paráfrase com sentença plena.

Também é importante notar que o verbo ‘deixar’, que tem uma estrutura semelhante a de ‘considerar’, não apresenta a paráfrase com sentença plena na posição de complemento. O que parece ser o avesso do argumento apresentado acima com o verbo ‘saber’, porque desta vez trata-se de um caso em que não há paráfrase, apesar das semelhanças com verbos notadamente aceitos como tendo um complementação com uma SC (conforme aponta a literatura discutida neste trabalho).

Como já disse anteriormente, mais uma vez fica claro que as questões sobre as estruturas dessas construções predicativas são bastante complexas e intrincadas.

3.7 E se a sentença plena for fronteada?

Depois de considerar as possibilidades de paráfrases demonstradas acima, resta-me questionar se tal sentença plena, quando são permitidas como complementos de alguns desses verbos, podem também ser fronteadas. Observe que este teste vai ajudar a responder e sustentar o ponto de que o fato de algumas predicções NP+XP não poderem ser fronteadas não nos permite inferir a partir disso que as SC não existam para um verbo que se inclua nesses casos.

Nos testes de fronteamento, eu havia demonstrado que algumas impossibilidades de

fronteamento não são *decisas* para a exclusão de hipóteses, por exemplo, da hipótese (A). Por isso é que considerar também a possibilidade de fronteamento das sentenças plenas pode nos dar algumas pistas sobre a natureza desses verbos.

Considere então cada um dos verbos em questão nesse trabalho. O verbo ‘ver’ é um dos que permitem esse fronteamento. É bom lembrar que o verbo ‘ver’ teria um sentido diferente quando associado a um complemento do tipo sentença plena, com verbo finito abaixo. (estruturalmente um CP nucleado por um ‘que’):

- (3.83) a. O Pedro viu que a Maria estava grávida
b. Que a Maria estava grávida, o Pedro viu

Fica claro para mim, com esse teste, que o verbo ‘ver’ pode sim ter um constituinte oracional como complemento. Aliás, não fica claro o que fazer com isso, se este for uma outra entrada lexical diferente do ‘ver’ que tenho considerado nesse trabalho.

O verbo ‘contratar’, como apresentei na seção anterior não permite a paráfrase com as sentenças plenas, por isso, ele foi excluído desse teste. E posso concluir a partir disso que esse verbo não permite qualquer constituinte oracional como complemento, seja por sua natureza lexical, em se tratando de seleção semântica, ou mesmo de sua estrutura argumental.

O verbo ‘querer’ permite esse fronteamento como demonstro abaixo.

- (3.84) a. O Ronaldo quis que ela ficasse grávida
b. Que ela ficasse grávida, o Ronaldo quis

O que mais uma vez permite inferir que os verbos dessa família podem sim selecionar um constituinte oracional, como a SC da hipótese (A).

O verbo ‘deixar’, como apresentei na seção anterior, não permitiu que se fizesse a paráfrase com as sentenças plenas (considerando o sentido relevante), por isso, não estou incluindo este verbo nesse teste. Mais uma vez, isso parece contar para a hipótese de que esse verbo não seleciona um constituinte oracional. De qualquer forma, isso também não é conclusivo.

Por último, o verbo ‘considerar’ permite a paráfrase, mas não permite o fronteamento:

- (3.85) a. O Marcos considerou que ela estivesse grávida
b. * Que ela estivesse grávida, o Marcos considerou

De alguma forma, isso é bastante interessante, pois vim até este ponto do texto considerando a possibilidade de que este verbo estivesse muito próximo dos verbos ‘bitransitivos’. Observe que a possibilidade de paráfrase, como eu argumentei acima, também não é decisiva quanto a haver SC ou não. Mas o fato de não frontear, pode explicar o que foi visto nos testes de fronteamento quanto ao aspecto *não-decivo* daquele teste, quando o fronteamento não era possível. Isso reaparece aqui, pois mesmo quando se tem claramente um constituinte oracional, ainda assim não há como frontear. Eis então por que o não-fronteamento não é *decisivo*.

Poderia se argumentar que aqui residiria um bom argumento a favor da formação de SC como complemento de ‘considerar’, para os casos de que trato nesse trabalho. Isto porque, como no teste de fronteamento, as sentenças com esse verbo não permitiram o fronteamento da predicação NP+XP, conforme demonstro novamente abaixo em (3.86), assim, essa impossibilidade pode ser de outra ordem, ter um motivo independente, pois também a sentença plena não é fronteável, como se vê em (3.85).

(3.86) *Ela grávida, o médico considerou

Ou seja, essa impossibilidade não teria nada a ver com a não-constituência da suposta SC, mas sim com alguma proibição do fronteamento. No entanto, seria esperado que outra paráfrase também fosse possível no caso de formação de uma SC ou ainda que se pudesse questionar "que ela estivesse grávida, como no exemplo (3.69), o que não é o caso. Observe:

(3.87) a. O Médico considerou ela grávida
b. # *O Médico considerou algo

A paráfrase (3.87b) de (3.87a) não é adequada, pois o elemento ‘algo’ não pronominaliza a proposição ‘ela grávida’ toda. Além de a sentença ser inaceitável, porque não porta o sentido relevante.

Em comparação com o verbo ‘achar’ do mesmo grupo, conforme classificação que fiz no primeiro capítulo, notei algumas diferenças que me chamaram atenção. Essas diferenças são semânticas – sutis e difíceis de serem explicitadas¹⁸ – e distribucionais:

(3.88) a. O Ronaldo achou que ela estava grávida
b. Que ela estava grávida, o Ronaldo achou

¹⁸Devo a minha esposa, Celia R. S. Carreira, a pista de uma diferença, principalmente quanto a nossa atitude sobre o objeto/complemento, quando usamos tais verbos.

Com esse exemplo, é possível observar que o fronteamento é possível com o verbo ‘achar’. Porém, por que o mesmo padrão não se verifica com o verbo ‘considerar’?

Ainda sobre esses verbos, procurei fazer algumas distinções, quanto ao aspecto semântico:

- (3.89) (i) ‘Achar’ é um verbo de atitude proposicional, cujo aspecto importante é a relativa incerteza de sua opinião – o predicado atribuído ao/sobre o objeto;
- (ii) ‘Considerar’ é também um verbo de atitude proposicional, cujo aspecto importante é o fato de que há uma certeza relativa de sua opinião – o predicado atribuído ao/sobre objeto.

Acredito que não seja necessário incluir um balanço parcial, pois o objetivo dessa seção foi mais o de saber se existe algum outro motivo para o não-fronteamento. Seria algo como ‘jogar para o adversário’, o que permitiria dar evidências de que o não fronteamento também não explica. Por isso chamei esse fato de *não-decisivo*.

3.8 Considerações Finais do Capítulo III

Neste capítulo apresentei os testes e algumas reflexões. A partir deles, pode-se vislumbrar um quadro geral da discussão e o quanto eles problematizam toda a questão das SC e predicados secundários. É certo também que alguma direção eles nos devem dar.

4 CAPÍTULO IV

Neste capítulo apresento o balanço final e a constatação de um Paradoxo de Constituição que resulta nas discussões que seguem nas próximas seções. Primeiramente, apresento o balanço final do testes do capítulo anterior, depois um dado novo que altera as conclusões dos teste de fronteamto para os dados com o verbo ‘contratar’, demonstrando que o fronteamto é possível sim com foco contrastivo e com mais informações contextuais.

Na seções seguintes, apresento algumas possíveis soluções para o paradoxo de constituição, bem como seus problemas. A solução mais adequada, mesmo que com alguns problemas a serem resolvidos, surge de uma combinação da Teoria de Controle como Movimento (Hornstein, 2001) e juntamente como a Teoria de Movimento com Cópia e *Sideward Movement* – movimento lateral – (Nunes, 1995, 2004).

Após a discussão do paradoxo, apresento alguns dos argumentos a favor das SC-complementos de verbo ‘considerar’, que foram apresentados na literatura. E procuro demonstrar, como o trabalho realizado nesta dissertação coloca problemas para a idéia de que ‘considerar’ selecione uma SC.

4.1 Balanço final dos testes

Abaixo apresento o balanço final dos testes do Capítulo III. Somente não entraram na tabela abaixo aqueles testes que tinham outras propostas que não a de testar a constituição. Tome como exemplo aqueles que testavam a possibilidade de fronteamto das sentenças plenas complemento. Eles tinham como proposta investigar apenas se o não-fronteamto poderia ser de outra natureza. Então, considere a tabela abaixo:

Observe que destaco o verbo ‘ver’ com um asterisco à direita. Isso porque gostaria de lembrar ao leitor que o verbo ‘ver’ pode estar associado a duas diferentes SD, a duas estruturas: uma igual à hipótese (A) e outra igual à hipótese (B). Isso complica um pouco as coisas e a tabela acima pode induzir a erro. Então, na próxima seção, quando falo do paradoxo, separo

Sentenças	Front.	Acarretam.	Pron/ção	WH	Intersecção
(1) ver*	A	A,B,B',C,	A	A	A
(2) contratar	B,B',C,D	B, B',C	B, B', C, D	B, B',C	B, B', C
(3) querer	A	A,D	A	A	A
(4) considerar	B, B', C, D	D	B, B', C, D	D	D
(5) deixar	B, B', C, D	D	B, B', C, D	D	D

Tabela 4.1: Balanço Geral Final

as duas SD associadas ao verbo ‘ver’ e verifico se a interpretação que se tem de uma estrutura como a da hipótese (B) se mantém em alguns testes.

Antes de passar às discussões que levam ao paradoxo na próxima seção, observe que não restam outras hipóteses para os verbos ‘querer’ (hipótese (A)), ‘deixar’ (hipótese (D)), ‘considerar’ (hipótese (D)). Com isso já posso concluir que o verbo ‘querer’ seleciona um constituinte do tipo que se convencionou chamar *Small Clause*. Aos verbos ‘deixar’ e ‘considerar’, por sua vez, pode-se atribuir estrutura como a dos verbos bitransitivos, mas como esta conclusão ainda precisa de mais testes, vou considerar alguns argumentos apresentados por autores que já estudaram esses verbos, principalmente o verbo ‘considerar’ na seção 4.4, neste capítulo.

Com a apresentação do paradoxo, na próxima seção, terei de rever os resultados da tabela acima e apresentar uma versão revista.

4.2 Um Paradoxo de Constituição

Um fato interessante chama a atenção. Os exemplos de SC adjuntas com verbos do tipo de ‘contratar’ não pareciam permitir fronteamento e isso também era o esperado, pois as propostas de estrutura para esse verbo tem sido algo como a hipótese (B), como em Stowell(1981) com as SC adjuntas, ou a hipótese (B’) como a adotada por Rothstein(1983) e Foltran(1999) para os Predicados Secundários. Em ambos os casos, não há a previsão desse fronteamento, porque essas predicacões NP+XP não seriam um constituinte formado de DP e XP, portanto ambos não seriam movíveis.

E meus testes de fronteamento pareciam confirmar isso. No entanto, durante a apresentação de uma outra versão desse trabalho, por ocasião de meu exame de qualificação, Marcelo Ferreira, membro da banca, apresentou-me o seguinte dado:

(4.1) Esse bife mal passado eu até comeria, mas ele cru eu não como de jeito nenhum.

Este é realmente um exemplo tipo ‘pedra no sapato’. E meus testes não tinha ainda capturado totalmente essa questão¹, mas alguma coisa já havia disso. O importante, no entanto, é que o exemplo está aí e resta a mim cogitar algumas possíveis explicações.

Importante notar também que apesar de o exemplo acima ser com o verbo ‘comer’, que se inclui no grupo de ‘contratar’, ‘espancar’ e outros tantos (que permitem esse tipo de predicação secundária), o verbo ‘ver’ também pode apresentar esse tipo de paradoxo. Lembre-se de que o verbo ‘ver’ pode ser estruturalmente ambíguo entre uma estrutura de SC complemento e uma de predicados secundários (cf. Rodrigues (2003)). E por isso, se existir para as sentenças com esse verbo a interpretação de predicado secundário, quando essa mesma sentença tiver sofrido o fronteamto da predicação NP+XP, cai-se novamente no paradoxo:

(4.2) A Nicole Kidman grávida, o Brad Pitt viu (mas ele ainda não sabia, nem ela havia contado).

(4.3) No ano passado vi a Nicole Kidman na rua XV, era por volta de novembro. Ontem, sete meses depois soube que seu filho acabou de nascer. Isso me espantou, pois naquele dia não sabia que ela já estava grávida (a criança nasceu de 9 meses). No entanto, dúvida que alguém me questione que eu não a vi grávida. Ah!... Ela grávida eu vi, mas eu não sabia da gravidez.

Como é possível notar acima, o paradoxo também se aplica aos casos do verbo ‘ver’, quando este apresentar uma interpretação como a exposta acima, em que o estado, ou a eventualidade de gravidez não é objeto da percepção, mas que o objeto se encontrava nesse estado quando da percepção visual. Portanto, as discussões da próxima seção também se aplicam a este verbo.

Antes de rerepresentar o Balanço Final revisto, já com as considerações acima, observe que os outros verbos, mesmo num contexto estrutural semelhante, não permitem esse fronteamto. Exceto, como é esperado, o verbo ‘querer’, uma vez que ele seleciona um constituinte complemento do tipo SC, algo como a hipótese (A):

(4.4) *A Maria inteligente, considero mas ela genial eu não considero de jeito nenhum.

(4.5) *A Nicole Kidman grávida, o Keith Urban deixa, mas ela doente ele não deixa de jeito nenhum

¹ Apesar de terem havido exemplos que já estavam me levando nessa direção, mas eu queria que os experimentos me demonstrassem isso.

(4.6) A Nicole Kidman grávida, o Keith Urban quer, mas ela doente ele não quer de jeito nenhum

Assim, constata-se que esse fenômeno, que leva ao paradoxo, somente ocorre com os verbos do grupo de ‘comer’ e de ‘ver’, pois no mesmo contexto, os dados com os verbos ‘considerar’ e ‘deixar’ não são aceitáveis. Atente para o fato de que o verbo ‘deixar’ que estou considerando aqui tem o sentido de ‘causar’ (causar a gravidez) e não o de abandonar.

Tendo isso em mente, apresento abaixo o Balanço Final revisto, uma vez que, com esses dados novos, os testes de fronteamto de ‘contratar’ (e o de ‘ver’ quando tendo uma estrutura de predicação secundária *à la* Rothstein(1983) ou de SC-adjunta *à la* Stowell(1983)) não privilegiam as estruturas apresentadas, mas conseqüentemente a estrutura (A). Isto vai resultar em problemas, quando se observa o que traz os outros testes:

Sentenças	Front.	Acarretam.	Pron/ção	WH	Intersecção
(1) ver	A	A,B,B',C,	A	A	A
(2) contratar	A*	B, B',C	B, B', C, D	B, B',C	—
(3) querer	A	A,D	A	A	A
(4) considerar	B, B', C, D	A, D	B, B', C, D	D	D
(5) deixar	B, B', C, D	A,D	B, B', C, D	D	D

Tabela 4.2: Balanço Geral Final - Revisto

Essa versão revista apresenta o paradoxo, ali representado pelo ‘—’ dada a ausência de estrutura que possa estar associada aos verbos do grupo de ‘contratar’, incluindo-se aqui umas das interpretações do verbo ‘ver’.

O Paradoxo surge do cruzamento do teste de fronteamto com qualquer um dos outros testes. Observe que o teste de fronteamto indica que uma estrutura como a da hipótese (A) deva ser a mais adequada para o verbo ‘contratar’ (veja que (A) está marcado com asterisco), uma vez que o fronteamto existe. No entanto, testes como o de pronominalização e mesmo o das perguntas WH apontam para uma estrutura diferente, algo como as hipóteses (B), (B’) ou (C). Disso surge o que chamo de *paradoxo de constituição*, pois um teste aponta para uma estrutura que não corresponde ao que um segundo teste requer. Da seguinte forma: um teste dá evidências de que há a formação de um constituinte complemento, outro dá evidências do contrário.

Antes de pensar em soluções para esse paradoxo, vou apresentar abaixo, rapidamente um novo teste usando o prefixo ‘re-’², que pode ajudar a dar idéia da estrutura de alguns verbos

²Este teste com o prefixo ‘re-’ fora sugerido por Marcelo Ferreira durante meu exame de qualificação.

e também dar mais evidências de que de fato o verbo ‘ver’ deva estar associado a duas SD diferentes, relativas às duas interpretações de que já tratei.

4.2.1 Testes com o prefixo ‘re-’

A idéia deste teste vem do fato de que o prefixo ‘re-’, junto com essas predicções NP+XP, apresenta ambigüidade de escopo. Observe as frases abaixo:

(4.7) O Brad Pitt reviu a Nicole Kidman grávida

(4.8) A Produtora recontratou a Nicole Kidman grávida

(4.9) *O Brad Pitt redeixou a Nicole Kidman grávida

(4.10) *O Brad Pitt requis a Nicole Kidman grávida

(4.11) *O Brad Pitt reconsiderou a Nicole Kidman grávida

Alguns dos verbos do paradigma não são produtivos com esse prefixo e resultam, quando combinados a ele, em uma não-sentença. Porém, os dados em (4.7) e (4.8) apresentam ambigüidade entre uma leitura em que ‘re-’ tem escopo sobre toda a predicção NP+XP e outra em que ele tem escopo apenas sobre o DP.

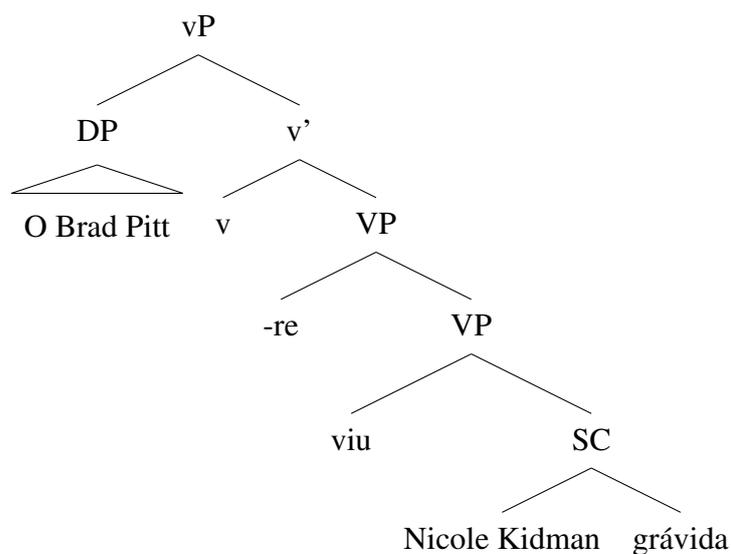
Quando este elemento tem escopo somente sobre o DP isso deve indicar que o AP deva estar mais alto na estrutura que o próprio ‘re’. Observe que isso, por si só, já é suficiente para demonstrar que o verbo ‘ver’ pode estar associado a duas estruturas, como já mencionei anteriormente.

Esse teste, então, tem como objetivo testar a ‘altura’ do XP na sentença, uma vez que exista a ambigüidade estrutural descrita acima.

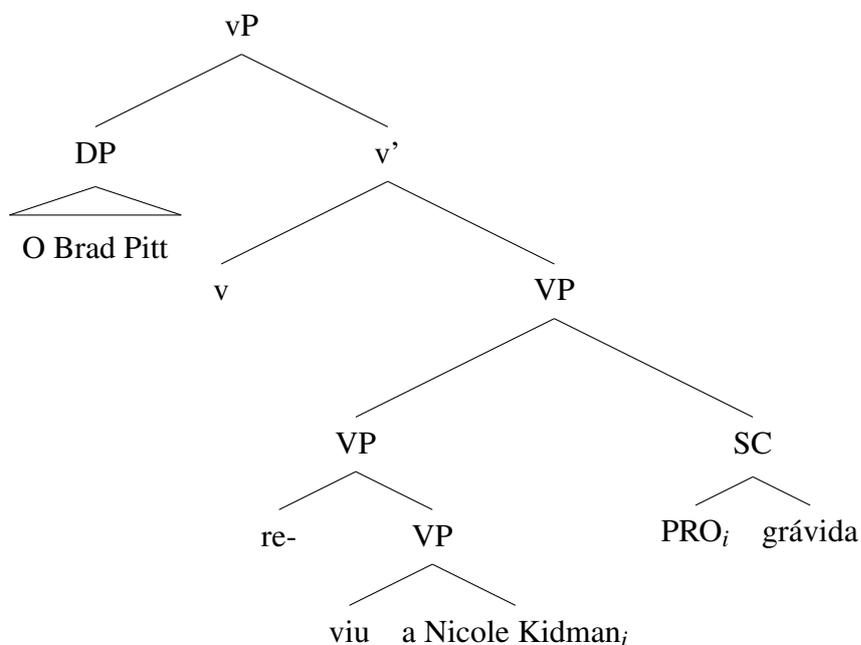
A ambigüidade de escopo de que estou falando, teria mais ou menos o formato abaixo, conforme as árvores (4.12) e (4.13)³:

³Colocar o ‘re-’ em uma posição mais alta da árvore, em *spec* de VP, foi apenas uma escolha com base no modelo GB em que a morfologia fazia parte da estrutura, apesar de eu estar consciente de que a análise pode ter de saída esse problema, ficará claro adiante que a questão do escopo realmente existe e esse teste pode servir para revolver também a questão do lugar da morfologia.

(4.12)



(4.13)



Uma vez que essa ambigüidade estrutural exista, então, pode-se localizar dois significados para a frase acima. Enfim, dois contextos, um para cada descrição estrutural (SD). Estou assumindo que a leitura de que o que é visto é uma espécie de cena (a Nicole Kidman grávida) seja a interpretação mais facilmente capturável. Neste caso, toda a *predicação NP+XP* estaria sob o escopo de ‘re’ e a SD relevante seria a (4.13).

Pelo motivo acima, apresento um contexto somente para aquela interpretação em que o que é visto seja apenas o sujeito do predicado ‘grávida’. No caso abaixo, a Hermione, que está no lugar do DP ‘a Nicole Kidman’ dos exemplos acima. Acredito que essa troca não traga maiores problemas. Observe:

(4.14) O Harry Potter conhece a Hermione desde o tempo do colégio. Quando acabou o curso,

ela foi para o exterior fazer um MBA em Bruxaria. Passaram-se os anos e o Harry Potter não mais via a Hermione, mas sabia que ela estava de volta a Londres. Um dia Harry Potter foi ao mercado de bruxos e lá estava ela, crescida e grávida, conversando com umas amigas. Nesse dia, o Harry reviu a Hermione grávida.

Para capturar a interpretação com ‘re’ tendo escopo somente sobre o DP ‘a Hermione’, talvez seja necessária uma fronteira prosódica apropriada depois de ‘Hermione’, que não está representada aqui. Mas meus testes demonstraram que essa interpretação é realmente possível. Isso fornece evidências de que o verbo ‘ver’ aparece em dois contextos estruturais, quais sejam, tanto uma estrutura de SC-adjunta, quanto de SC complemento, conforme já apontou Rodrigues (2003), entre outros.

Observe mais um contexto, desta vez com o verbo ‘contratar’. De acordo com meus testes e o que se diz na literatura, este verbo está associado somente à estrutura em (4.13) acima. Este verbo é do mesmo grupo de ‘comer’, conforme o exemplo (4.1):

(4.15) Uma produtora de filmes para quem a Nicole Kidman trabalhou algumas vezes, decidiu fazer uma nova superprodução. A Nicole Kidman, que se casou com Keith Urban, estava grávida do primeiro filho, por isso também, era perfeita para o papel que a produtora queria. Então, ante a super atriz e a circunstância de gravidez, o diretor desse novo filme não teve dúvidas. Assim, a produtora recontratou a Nicole Kidman grávida.

Agora, se for possível frontear e persistir a ambigüidade, o que isto deve significar? Será que com isso se tem a confirmação do paradoxo?

(4.16) A Hermione grávida, o Harry reviu.

(4.17) A Nicole Kidman grávida, a produtora recontratou

Observe cada uma dessas sentenças fronteadas em seus respectivos contextos. No contexto abaixo, considere uma possível repercussão do contexto do verbo ‘rever’ em que Rony corrige uma informação, usando o dado (4.16):

(4.18) O Rony que sabia perfeitamente da história, ouviu o Dumbledore falando para o Fofó que o Harry Potter reviu a Gina grávida. E ele o corrigiu: “Não não. A Hermione grávida, o Harry reviu”.

Com isso, vê-se que a sentença (4.16) é perfeita com a leitura relevante, isto é, com o escopo de ‘re’ somente sobre o DP ‘a Hermione’. Ora, mas com as interpretações acima, a SD concebida para essas interpretações não previa o fronteamto, porque nela não há a formação de constituinte da *predicação NP+XP*. Portanto, mais uma vez temos a constatação de um paradoxo. E agora?

Veja também uma repercussão do contexto sobre a contratação de Nicole Kidman em que eles trocam os nomes das atrizes:

(4.19) Um colega de trabalho comentava com outro que ouviu sobre a contratação da Sharon Stone grávida. Um amigo deles que passa por eles e que sabia do assunto os corrigiu: “A Nicole Kidman grávida, a produtora recontratou”

Mais uma vez, tem-se evidências de que também com o verbo ‘contratar’ esse fronteamto é possível, mesmo que marginalmente e sendo necessário um contexto bem construído, para permitir o foco contrastivo. De qualquer forma, acredito que se algum contexto permite tal sentença, então, esse fronteamto tem de ser feito de alguma forma. Como ele não é esperado como resultado de estruturas como aquelas das hipóteses (B) e (B’), que são as estruturas correntemente aceitas para verbos do grupo de ‘comer’ e ‘contratar’ (e meus testes parecem confirmar isso), então, chega-se novamente a caracterização do paradoxo de constituição.

4.3 Possíveis soluções para o Paradoxo de Constituição

Nas seções seguintes, vou cogitar algumas possíveis respostas para o Paradoxo de Constituição identificado acima. O leitor verá que várias delas tornam a gramática muito permissiva, quando aplicadas às construções predicativas em questão. No entanto, uma das respostas pode ter algum futuro, mesmo que eu não a desenvolva, nem analise todas as suas conseqüências nesta dissertação. Essa solução une propostas teóricas de movimento via cópia e *sideward movement* (cf. Nunes, 2004), e controle via movimento (cf. Hornstein, 2001).

Antes de chegar a esta solução, apresento as outras possibilidades em cada seção seguinte, considerando desde a aplicação da hipótese (A) aos dados com o verbo ‘contratar’ até propostas que utilizam *remnant movement* e fronteamto de VPs.

4.3.1 A Hipótese (A) se Aplica?

Uma das possibilidades é supor que as análises tradicionais, aquela proposta por Rothstein(1983) e mesmo por Stowell(1981, 1983) (hipóteses (B) e (B')) não se aplicassem a estes dados. Dessa forma, eu poderia assumir que há um constituinte como complemento desses verbos e, portanto, formado do NP e do XP em questão (isso seria aplicar a hipótese (A) a esses dados). No entanto, isso iria contra uma evidência semântica que temos de que o verbo 'comer', por exemplo, não seleciona um evento, mas uma entidade. Assim, supor que o complemento do verbo 'comer' selecionasse uma SC complemento seria supor que a semântica de 'comer a carne crua' fosse 'comer o estado de cru da carne', ou 'comer a crueza da carne'. Não me parece que seja esse o caso. Também não me parece que seja assim com outros verbos desse mesmo grupo, conforme o exemplo abaixo:

(4.20) O Pedro espancou a Maria grávida

A este exemplo, não é o caso de atribuir uma semântica como a que cogitei acima, uma vez que também aqui 'O Pedro não espancou a gravidez da Maria', mas a Maria é que foi espancada quando estava grávida.

Nos testes de pronominalização com 'algo', demonstrei que a *predicação NP+XP* que segue este tipo de verbo também não se pronominaliza com 'algo', o que seria o esperado, caso as construções predicativas com esse verbo formassem um constituinte.

Além disso, há os argumentos apresentados pela literatura pertinente (veja os textos de Rothstein, por exemplo) contra a análise de constituição para a *predicação NP+XP* que seguem esses verbos. Essa literatura argumenta que somente o DP 'a Maria' seja complemento e marcado tematicamente.

4.3.2 Solução via VP-fronting

Uma solução apresentada por Marcelo Ferreira, foi a possibilidade de se frontear todo o VP e fazer o apagamento do verbo, isto é, do núcleo desse mesmo VP. Algo parecido com as análises de Bastos (2001), que estuda exemplos como o que apresento em 4.21. Nas análises de Bastos há duas formas de explicar o VP fronteadado: uma via movimento com cópia (cf. Chomsky, 1995 e Nunes, 1995) e outro com geração do VP-fronteadado já na posição de tópico/foco:

(4.21) Varrer a casa eu varro, mas o quintal não.

Esta pareceu-me ser realmente uma possibilidade bem interessante que acabou esbarando em alguns pontos importantes:

- Não parece haver o paralelismo semântico encontrado nos casos típicos de Elipse;
- A semântica dos casos estudados neste trabalho parece contrastar o predicado não o evento de comer;
- Se essa for uma possibilidade, por que ela não se aplica também a verbos como ‘considerar’ e ‘deixar’? Não tenho uma forma de barrar isso.

Assim, a dificuldade para se adotar essa proposta vem do fato de que ela precisa de uma semântica que contraste o VP topicalizado⁴, como que contrastando dois eventos. Observe o exemplo em (4.21), nele pode-se notar uma semântica em que o evento de ‘varrer casa’ é contrastado com o evento de ‘varrer quintal’. Diante disso, será que se tem esse mesmo contraste nos exemplos de meu recorte, como os casos com a predicação ‘carne crua’? Parece que não.

- (4.22) a. A carne mal-passada, eu como
b. Comer a carne mal-passada, eu como

Conforme Landau(2005), essas construções tem uma pragmática de tópico ou de foco contrastivo:

“Crosslinguistically, V-copying constructions seem to fall into two pragmatic categories: Topicalization and cleft. The predicate cleft construction, attested in African and Caribbean Creole languages, is consistently associated with a contrastive focus interpretation. The topicalization construction, attested in Hebrew, Yiddish and Portuguese, is pragmatically more open, allowing simple topic interpretation.”

E ainda sobre o hebraico, conforme apontado acima, se agrupa com a língua portuguesa em ser mais abertos quanto à interpretação:

“Most commonly, VP-fronting in Hebrew marks a Topic or contrastive Focus (see Ziv 1997); both cases invoke a VP-meaning already given in the discourse – either the meaning of the fronted VP itself, or a set of alternative meanings with which it is contrasted (Erteschik-Shir, 1997) [citado pelo autor]. The new information could be either a certain constituent in the clause, or the affirmation/negation of that clause. Stress placement serves to mark that information. Often (but not always) the entire proposition is construed as a concessive admission, implying a contrastive proposition which could be either left implicit or expressed in a ‘but...’ conjunction.”

⁴A proposta de Ferreira foi justamente a de que esses casos seriam bons como casos de *tópico contrastivo*.

Resta saber o que estaria sendo contrastado em meus exemplos. Minha intuição é a de que se esteja contrastando somente o AP da *predicação NP+XP* e, assim, fica difícil explicar porque há o movimento do VP todo e também o porquê do apagamento do verbo.

Sobre os apagamentos, Landau(2005) apresenta uma mecânica que justifica a pronúncia da cópia de V ou de VP, porque o núcleo ‘top’ teria traços-p a serem atribuídos e o apagamento da cópia mais baixa se dá pela ausência desses traços.

Por último, então, por que esse movimento de VP não se aplicaria às outras sentenças de meu paradigma? Observe os exemplos abaixo:

(4.23) a. A Nicole Kidman grávida, eu vi

b. Ver a Nicole Kidman grávida, eu vi

(4.24) a. A Nicole Kidman grávida, eu quero

b. Querer a Nicole Kidman grávida, eu quero

(4.25) a. *A Nicole Kidman grávida, eu deixo

b. Deixar a Nicole Kidman grávida, eu deixo

(4.26) a. *A Nicole Kidman grávida, eu considero

b. Considerar a Nicole Kidman grávida, eu considero

Como se vê (4.25a) e (4.26a) ambas são inaceitáveis e a paráfrase com VP frontado é aceitável, o que deve demonstrar que se essa fosse uma solução possível, meu sistema sobregeraria, a não ser que houvesse uma motivação independente para barrar isso.

4.3.3 Quem sabe a solução se dê via *remnant movement*

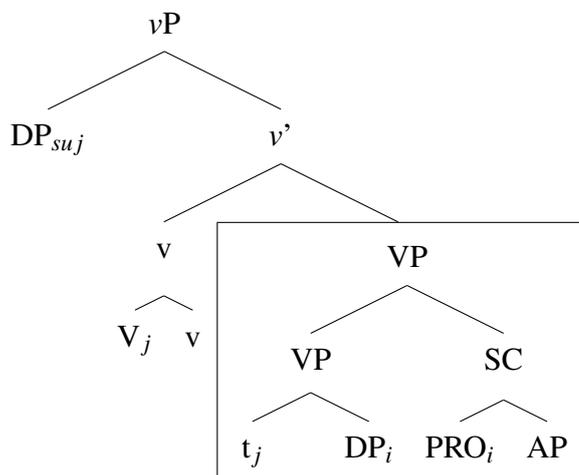
Uma outra forma de analisar os dados do paradoxo, sem perder as vantagens que as análises de Williams, Rothstein e Stowell trazem, seria considerá-los como casos de *Remnant Movement*. De que forma? Assumindo que o verbo se mova para uma posição mais alta, para se adjungir a um núcleo *Infl*, por exemplo, deixando em sua origem um VP em que não se tem mais o núcleo, restando exatamente a seqüência que estou considerando e, neste caso, o constituinte móvel seria o VP sem o verbo. Observe no exemplo (b) abaixo que a categoria movida, já é um ‘resto’ de categoria, pois ela mesma já teve um verbo extraído⁵:

⁵Interessante dessa análise é que ela se parece com a idéia do Frontamento de VP às avessas. Veja que aqui, o verbo é que é extraído da estrutura antes do movimento do VP e não apagado tardiamente. Mas o que se move é justamente o VP.

- (4.27) a. Eu como_i [^{VP} [t_i a carne] mal-passada] ...
 b. [^{VP} [t_i a carne] mal-passada], eu como_i, mas ela crua não como

Veja isso na árvore abaixo, o que pode dar uma melhor idéia do que estou falando:

Hipótese B



O problema dessa análise é a de que eu teria de abandonar a generalização sobre *remnant movement* proposta pelo próprio Takano (TAKANO, 2000) e perder o que se tinha ganhado naquela ocasião (ver seção 3.1). No entanto, pode ser que aquela análise estivesse mesmo errada e fosse esse o caso, mas ainda resta saber por que isso não se aplica aos outros casos, porque eliminando essa restrição pode-se ter também o movimento do complemento de verbos como ‘considerar’.

Vamos ver o que há adiante. Por enquanto, não acredito que haja maiores evidências para se deixar a proposta de Takano (2000). Além disso, é importante ter em mente qual seria a vantagem de uma análise assim sobre a proposta de movimento de todo o VP, uma vez que o resultado é o mesmo: o movimento de todo VP, sem ter o problema de ter de enfrentar os casos de elipses.

No entanto, essa opção também é geral demais e não exclui os casos em que o frontamento não é possível (conforme verbos ‘deixar’ e ‘considerar’). Esse problema atingia a proposta anterior de frontamento de VP, mais a elipse do verbo. Então, a pergunta que pesa aqui é a mesma que também pesa sobre a proposta anterior. Como barrar a sobregeração? Com isso, mais uma vez, abandonar a generalização de Takano(2000) iria fazer com que meu sistema sobregerasse.

4.3.4 Movimentos Oblíquos

Uma possibilidade de solução para esse paradoxo, seria adotar algo parecido com o que Takano (2002) propôs. Nessa parte, apenas apresento resumidamente a idéia de Takano e cogito usá-la como solução.

Takano(2002) propõe uma solução para casos de topicalizações de complementação dupla no japonês. Nesse texto, ele argumenta que alguns constituintes são surpreendentes, por estes não existirem na estrutura-D e mesmo assim aparecerem numa posição de tópico. Seriam casos com a presença dos dois complementos de verbos triargumentais nessa posição, como se eles tivessem sido topicalizados de um constituinte que não existia na base. Como estes dois objetos não formam juntos um único constituinte é surpreendente⁶ que eles estejam nessa posição. Para resolver isso, o autor propõe que o objeto beneficiário se adunja ao objeto tema, resultando num constituinte movível. Essa operação ele chama de *movimento oblíquo*.

Adotar isoladamente a idéia de Takano seria possível, mas fica o problema de como se explicar por que os casos em que não há fronteamto não se submetem à mesma operação. Portanto, o mesmo problema que encontramos com uma solução via fronteamto de VP. Para tanto, eu deveria encontrar alguma restrição que impedisse meu sistema de sobregeração. Assim, deixo esta opção em suspenso.

4.3.5 Mais uma possibilidade: Nunes + Takano

Uma das soluções possíveis para esse problema (cujas conseqüências não foram até o momento averiguadas) seria adotar uma teoria que entenda movimento como cópia (cf. Nunes (2004)), associada à proposta de Takano(2002), conforme apresentada acima. Dessa forma, seria possível explicar o movimento e também haveria alguma evidência a favor de estruturas como a proposta na hipótese (B), ou em (B'). Abaixo, considero melhor isso.

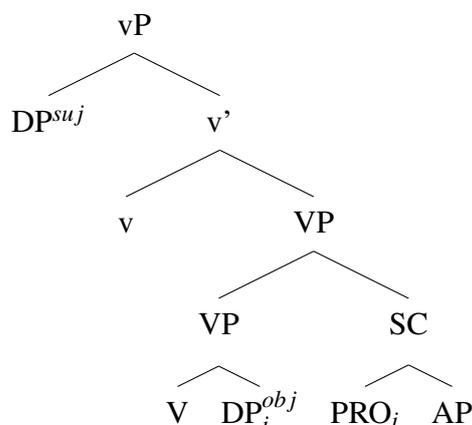
Estou assumindo algum conhecimento da teoria da Nunes(2004) para desenvolvimento dessa parte. Lembrando que os movimentos nela se dão via *copy+merge* e, ao final, por uma operação *formar cadeia*, *apaga* as cópias mais baixa, em PF, e permite a linearização dessa estrutura. Com isso, neste quadro, é permitido o que o autor chama de *sideward movement*, movimento lateral⁷, que permite uma explicação de fenômenos como *Lacunas Parasitas*. Movimento laterais são permitidos desde que seja possível formar cadeia mais tarde na derivação.

Observe a estrutura (B)

⁶Esse artigo se intitula 'Surprising Constituents', Takano(2002).

⁷Sobre isso, veja também Nunes (2001).

Hipótese B

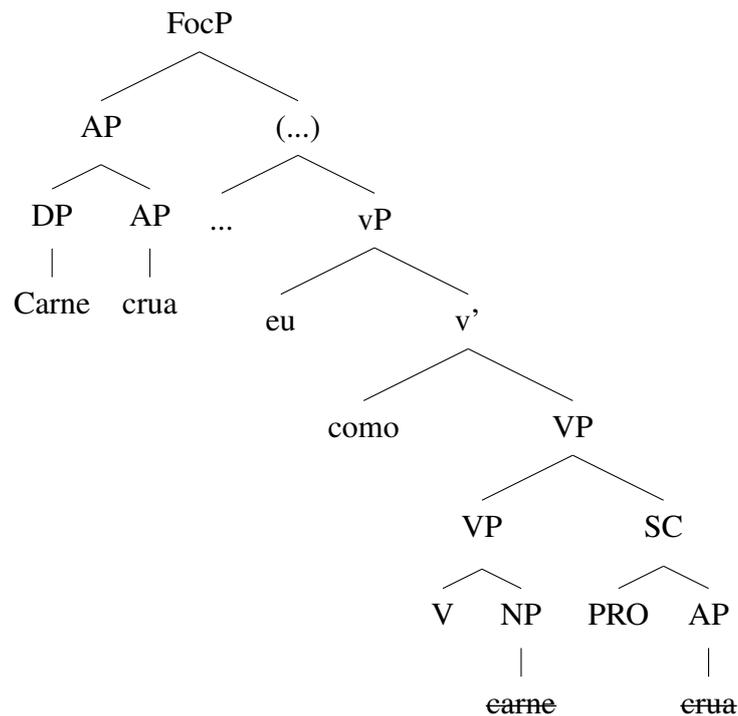


Uma vez que a predicação NP+XP não forma constituinte nessa estrutura e havendo evidências de que seja ela a estrutura para os casos do verbo ‘contratar’ e ‘ver’ (quando este tem uma estrutura como (B), em casos de ‘ver’ em que não se tem uma semântica de que o que se vê é um evento, mas o DP como objeto da percepção; e o XP, como algo que é apenas adicional e predica do DP), como se daria esse fronteamto? Como no exemplo repetido abaixo:

(4.28) Esse bife mal passado eu até comeria, mas ele cru eu não como de jeito nenhum.

A idéia então é conseguir gerar essa sentença usando a idéia de Takano, juntamente com a proposta de Nunes de movimento por cópia e *sideward movement*. Takano fala de constituintes que surpreendentemente aparecem numa posição de foco, mas que não formam um constituinte na estrutura-D. Por isso, o nome do artigo de *surprising constituent*. Estes seriam formado tardiamente por meio de uma operação que ele chamava de *movimento oblíquo*. O que estou propondo aqui vai se apoiar nessa idéia de que o constituinte que se vê fronteado em (4.28), na periferia esquerda dessa sentença, seja resultado de uma operação como essa. Para chegar a ele, então, pode-se usar a Teoria de Movimento por Cópia e *Sideward Movement* de Nunes(2004).

A intenção é conseguir este constituinte fronteado, copiando ‘carne’ e ‘crua’ independentemente quando a derivação já tiver gerado um *phrase marker* num estágio próximo à hipótese (B) ou (B’) e depois mergir este novo constituinte ao topo da árvore, numa posição de foco, tendo como objetivo final chegar à árvore abaixo:



Observe que a estrutura na posição de foco⁸ é uma adjunção, como também o é na proposta de Takano. Com isso conseguimos estabelecer as relações de c-comando necessárias para a formação de cadeia e para que seja aplicada a operação de ‘redução de cadeia’ necessária para linearização em PF. Para compreender melhor esta árvore é preciso ter em mente o seguinte conceito de c-comando (cf. Kayne (1994)), abaixo:

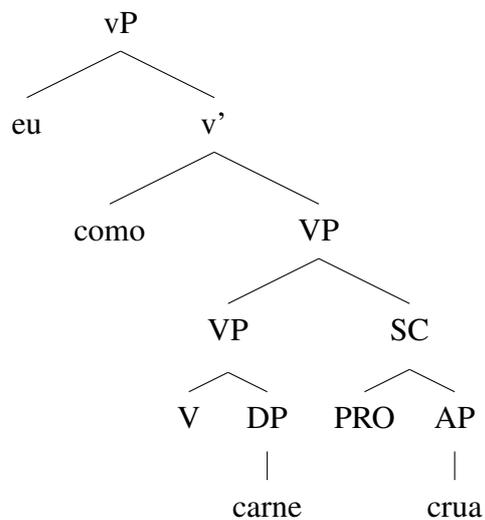
C-COMANDO: X c-comanda Y, sse X e Y são categorias, X exclui Y e toda categoria que domina X domina Y.

EXCLUSÃO: X exclui Y se nenhum segmento de X domina Y.

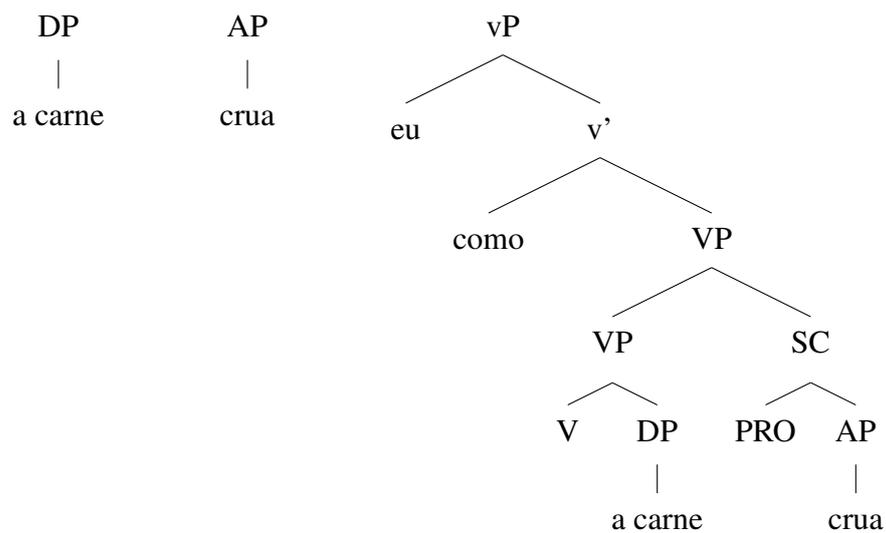
Se há uma SC adjunta em cuja posição de sujeito há um PRO, posso conjecturar que para o sistema gerar a estrutura com a predicação NP+XP na posição de foco (observe o passo 1 abaixo, de onde estou partindo e abstraindo os passos anteriores), ele deverá copiar o DP complemento (cópia do sujeito da SC), depois copiar o AP crua da SC adjunta (chega-se a passo 2), com esses dois fará o merge dessa cópia de DP com a de AP via adjunção de tal forma que o DP c-comande também o AP (veja passo 3) e fora dele (isso é crucial), por último essa estrutura formada a partir desse merge (um caso de sideward movement) será *mergida* à estrutura arbórea de onde ela foi copiada, formando com essa um único *phrase marker* (passo final). Assim, quando for realizada a operação de formação de cadeia e os apagamentos, todas as cópias inferiores desses DP e AP c-comandantes serão apagadas. Como nas representações dos passos abaixo:

⁸A categoria FocP que incluí no marcador sintagmático acima é apenas uma ilustração informal. Estou falando de foco, porque excluí as análises por tópico no início do capítulo 3.

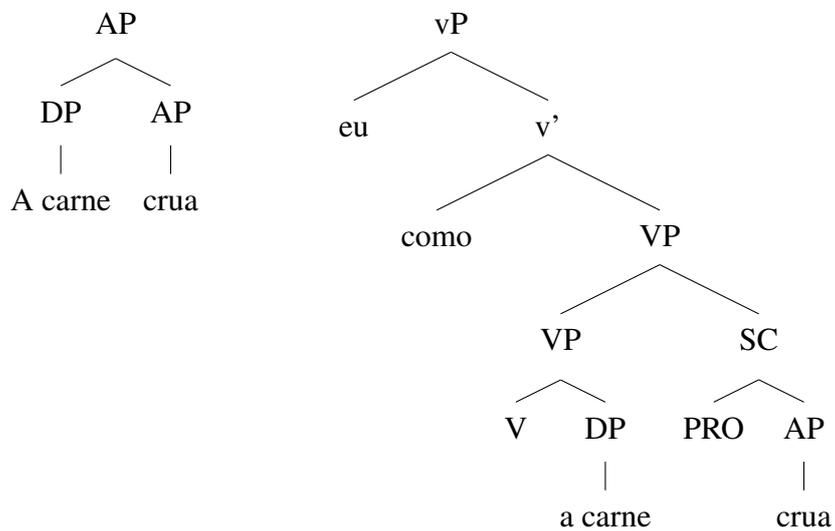
Passo 1:



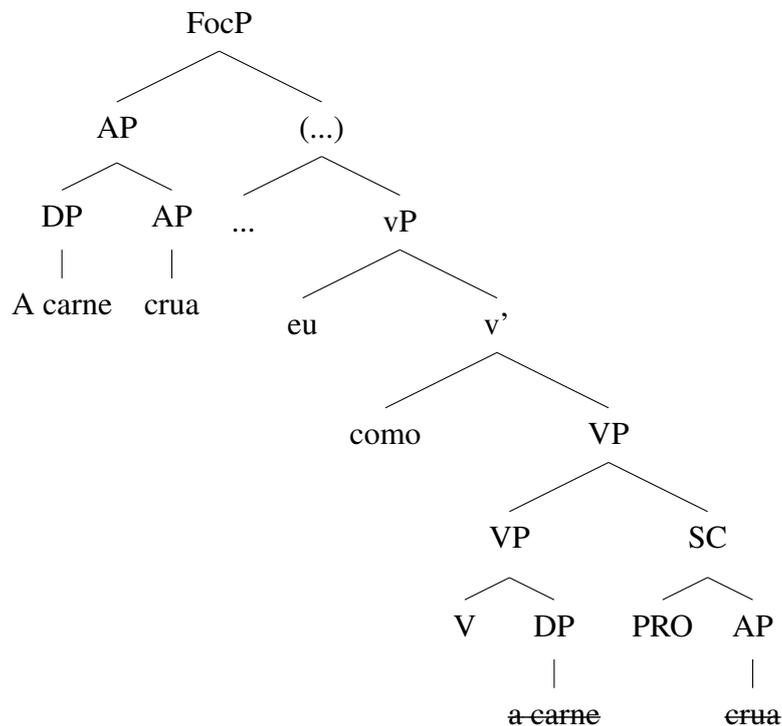
Passo 2:



Passo 3:



Passo final:



Com base na definição de c-comando dada acima, veja que DP c-comanda sua cópia inferior e o AP também c-comanda sua cópia inferior. Por isso é imprescindível que essa operação se dê por adjunção, se não a derivação fracassa, pois não seria possível linearizá-la. Para deixar mais claro como estou vendo isso: o DP c-comanda sua cópia inferior, porque toda categoria que domina a cópia mais alta, também domina sua cópia mais baixa (AP não conta, pois apenas uma segmento de AP domina DP). O AP também c-comanda, pois também, toda categoria que domina AP também domina o AP inferior dentro da SC. Com isso consegue-se a formação de cadeia, nos termos de Nunes(2004) e sua respectiva *redução* para linearização.

O problema dessa solução é novamente o mesmo: como barrar essa operação para os outros casos com o verbo ‘deixar’ e ‘considerar’? Lembre-se de que para esses verbos o fronteamento não é possível.

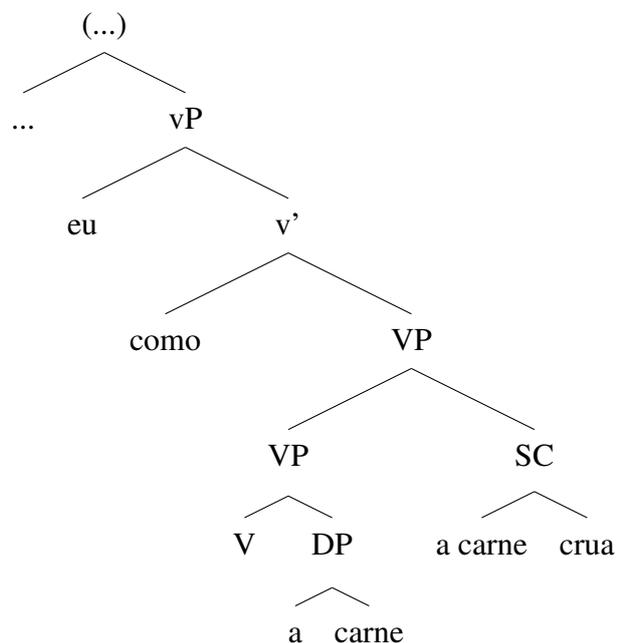
Sobre a estrutura que se tem no passo final, ainda resta saber como ficaria o Caso, uma vez que se encontre uma forma de barrar a proliferação dessa solução aos outros contextos verbais. Uma forma seria buscar algo no caminho do que se propõe para focos, em termos de Caso *default* licenciado somente na posição de tópico ou foco. Mas ainda resta o Caso do núcleo atribuidor de Caso, por exemplo, *Agro*.

Na próxima seção apresento uma solução que tem a vantagem de conseguir separar os casos de SC dos outros, impedindo a sobregeração a que todas as soluções que apresentei aqui estão sujeitas.

4.3.6 Solução via Hornstein(2001)

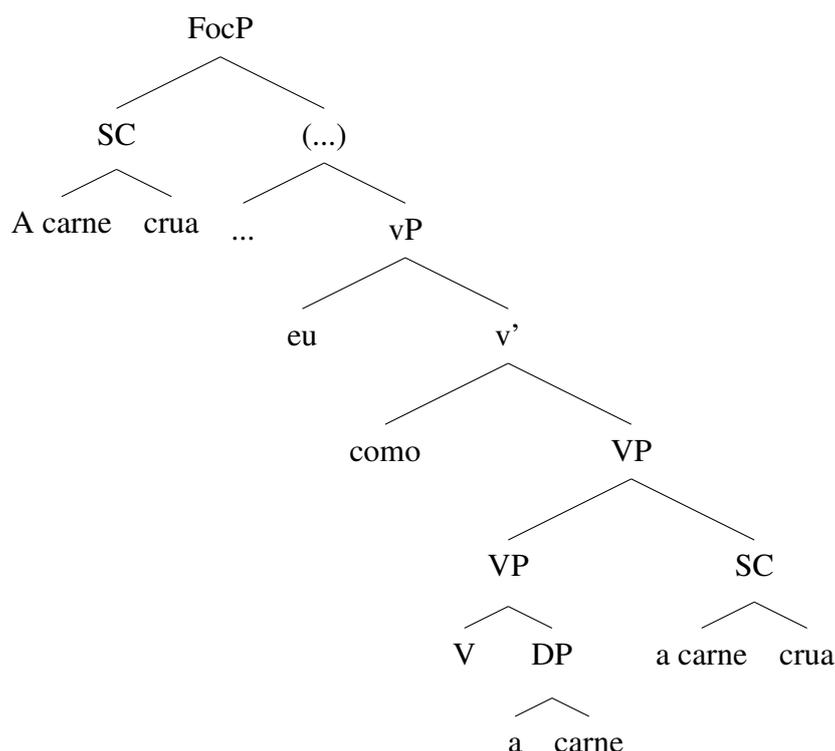
Uma última possibilidade a se cogitar é a de se trabalhar com uma teoria do tipo de Hornstein(2001), utilizando um sistema em que movimentos também são cópias, mas com a diferença de que controle é feito via cópia, não há PRO. Nesse sistema também não há formação de cadeia e os apagamentos seguem uma outra lógica (diferente de Nunes(2004) que não estou colocando aqui).

A idéia é que num sistema como esse, não existindo PRO, a árvore que se forma em um determinado momento da derivação será a que segue abaixo:



Nesse ponto da derivação, existe uma SC adjunta, que é na verdade o constituinte ‘a carne crua’. Na representação acima, esse constituinte está adjungido a VP. Há também uma cópia do DP ‘a carne’ na posição de complemento. Essa cópia foi adjungida a essa posição via *sideward movement*, o mesmo da solução via Nunes(2004).

A idéia então é implementar um sistema que copia justamente o constituinte SC para a periferia esquerda da sentença, para uma posição de foco, por exemplo, tendo como resultado justamente o fronteamento esperado abaixo:



Essa pode ser uma solução vantajosa para esse paradoxo, uma vez que com isso é possível fazer uma distinção importante:

(4.29) **Somente as predicções NP+XP que formam *Small Clauses* são fronteáveis.**

Veja que há uma SC adjunta nessa estrutura, logo um constituinte fronteável, o que me permite prever adequadamente o fronteamento.

O leitor pode estar se perguntando como resolver os problemas que essa proposta gera? Primeiro o de como apagar essas cópias, que eu não estou abordando aqui. Mas esse não é o maior problema. Observe que há um problema maior e mais difícil de resolver. Se a cópia que se move, vai para uma posição de foco, como fica o seu Caso. Como este Caso é checado? E o que acontece com o traço de Caso acusativo do núcleo atribuidor, seja ele Agr_O , seja o núcleo v (de vP)⁹. A não atribuição/checagem desse Caso faria a derivação fracassar (*crash!*) certamente.

Imagine que o Caso do NP sujeito da predicação NP+XP possa ser checado pelo núcleo de FocP, de alguma forma, via *Caso Default*, por exemplo. Isso soluciona um problema apenas, mas e como apagar a cópia do sujeito da predicação que está na posição de complemento? Esse sim um problema maior e mais difícil.

⁹Ao final desse trabalho, nas Considerações Finais, apresento alguns outros casos interessante de fronteamentos, que acabaram surgindo durante a pesquisa, mas que não entraram no trabalho por força do recorte e que se relacionam muito com esse problema aqui: trata-se também de um problema de Caso. É bem possível que a solução que se encontra para aqueles casos, sirva para esse aqui também. Aliás, apesar de não serem apresentados aqui juntos, os dois casos são muito semelhantes.

Apesar de eu não ter uma solução para essa questão, essa proposta ainda apresenta uma grande vantagem sobre as outras propostas. Essa proposta é capaz de distinguir os casos com os verbos do grupo de ‘contratar’ e ‘ver’, dos casos de ‘considerar’ e ‘deixar’, bloqueando a sobregeração a que estavam sujeitas as outras propostas. Essa solução faz isso distinguindo os casos de SC dos outros, prevendo portanto que sejam fronteáveis somente casos de SC.

Note ainda que nesse sistema os contextos verbais com ‘querer’, ‘ver’ e ‘contratar’ permitem o fronteamento, porque há formação de uma SC como complemento ou adjunta. E ‘considerar’ e ‘deixar’ não, pois estes não tomariam SC, uma vez que eles têm uma estrutura de bitransitivos e, nesse casos, não formam um constituinte fronteável.

Para encerrar essa seção, gostaria de mostrar ainda que esse sistema não é muito diferente de um sistema sem cópias, como os que usam o que ficou conhecido por *remerge*. Qual seria a diferença entre o sistema acima e um sistema que usasse apenas *merge*? Enfim, parece ser a mesma solução implementada de forma diferente. Observe abaixo:

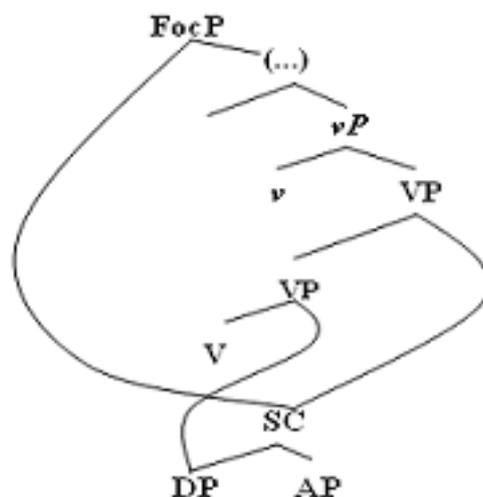


Figura 4.1: Movimento como *remerge*

A estrutura acima é construída a partir do conceito *remerge*, que é uma solução já adotada por vários autores (cf. Bobaljik (1995), Starke (2001), Gärtner (2002), Abels (2001), Drury (1998, 1999), Guimarães (2004), Citko (2005), *inter alia*) e também trabalhos sobre Controle como Movimento (cf. Hornstein (2001))¹⁰, principalmente o aspecto desta teoria que

¹⁰*Remerge* não é mais que o próprio *merge*. Na verdade, trata-se da reaplicação de *merge* para produzir movimento. Isto é, um determinado constituinte (e não uma cópia dele) que já fora *mergido* com outro, que já tem uma ‘mãe’ e um irmão, é *mergido* novamente com um terceiro, tendo assim um segundo irmão e uma segunda ‘mãe’, e pode fazer isso novamente, tendo assim uma terceira, quarta ou quinta ‘mãe’ e assim por diante. Como apontamos na nota (1) no início desse capítulo, quando falávamos de movimento, algumas teorias compreendem que o movimento seja ‘copy+merge+delete’. Ora, em uma teoria com *remerge*, o que acontece é que todos os objetos sintáticos estão disponíveis para se estabelecer novas relações num espaço derivacional, o que faz com que tal objeto tenha várias ‘mães’.

revê o critério temático, permitindo que um mesmo DP possa receber mais de um papel- θ ¹¹.

Se uma teoria assumir que movimento é *remerge*, terá a vantagem de não precisar de operações, como ‘cópia’ e ‘apagamento’, mas apenas *merge*. É claro que um sistema como este não é livre de problemas e somente a pesquisa na área vai poder resolver¹² além de ter o mesmo problema de linearização da solução com cópia que apresentei.

O que eu quis demonstrar aqui, entrando nessa discussão com um sistema que utiliza *remerge*, é que tanto a proposta usando a Teoria de Hornstein(2001), de controle como movimento, quanto essa teoria poderiam ser adotadas, pois até o ponto que apresentei e considerei, elas são bastante indistintas e ela também distingue as SC dos bitransitivos de tal forma que se consegue barrar a sobregeração com verbos como ‘considerar’ e ‘deixar’.

Há mais um fato interessante. Se uma das teorias acima estiver certa, necessariamente uma proposta de estrutura para Predicados Secundários como a proposta por Rothstein(1983), vai ter de ser reconsiderada.

4.4 Algumas considerações sobre o verbo ‘considerar’

Nesta seção apresento alguns argumentos importantes (contra e a favor de *small clauses* com ‘considerar’) sobre a complementação do verbo ‘considerar’ e que foram apresentados na literatura, bem como algumas problematizações que são conseqüências do tipo de estudo empreendido neste trabalho. Grande parte dos pontos apresentados vem a este texto por meio de Gomes (2006), pois ela apresenta diversos critérios (utilizados pelos principais autores nesse debate) para evidenciar a possibilidade de seleção de *small-clause* complemento, conforme lista abaixo:

- a noção de acarretamento;
- o escopo dos advérbios;
- a inserção da cópula;
- oração encaixada com tempo finito;

¹¹As propostas de *remerge* atuam em diferentes aspectos da gramática. Por exemplo, Starke (2001) e Bobaljik (1995) trabalham com a idéia de que movimento seja *remerge*; Citko (2005) resolve principalmente questões temáticas com esse tipo de operação; e Guimarães (2004) aplica esse conceito para construções paratáticas, e também concebe que movimento é *remerge* e para isso utiliza um sistema *top-to-bottom*, parecido com o sistema *left-to-right* de Phillips (2003).

¹²Não cito estes problemas aqui, mas remeto o leitor a literatura citada acima.

- interpretação dos adjetivos;
- a possibilidade de predicado DP.

Ainda aparecem no texto de Gomes outros pontos que ela toma como evidência para o estatuto de constituição das *predicações NP+XP* que seguem o verbo ‘considerar’.

- ‘Considerar’ é um verbo ECM;
- Extração a partir da posição de sujeito;
- Coordenação (ou possibilidade de se coordenar essa predicação).

Apresento, a seguir, evidências de que os argumentos acima não são decisivos:

- 1- Acarretamentos são semelhantes aos dos bitransitivos;
- 2- casos de acarretamentos de sentenças para as quais há evidências claras de não constituição, mostrando que os acarretamentos podem ser de outra natureza¹³;
- 3- paráfrase com sentença plena a partir de verbos que não selecionam um SC; alguns exemplos demonstraram que a possibilidade de paráfrase não decide se há ou não uma estrutura do tipo considerar-SC. Veja os exemplos da página 74, com o verbo ‘saber’;
- 4- A possibilidade de pronominalização com ‘algo’ não se verifica para os casos de ‘considerar’, o que seria esperado caso houvesse formação de SC;
- 5- Os testes das perguntas *WH*, principalmente com o *WH* ‘o que’ também dão evidências de que a *predicação NP+XP* que segue este verbo não forma um constituinte;
- 6- Não se verifica frontamento da *predicação NP+XP* que segue este verbo;
- 7- Ausência de um argumento leva à inaceitabilidade da sentença. ‘Pedro considera a Maria’ é inaceitável do ponto de vista de que um argumento está faltando e talvez por isso nem exista essa sentença no português (em relação à interpretação relevante);
- 8- Essa intuição não é nova e já existia no LSLT (*apud* Stowell, 1987). Chomsky(1955) apresenta uma análise em termos de predicados complexos em que o verbo primeiro se junta a adjetivo, para, com este, tomar o DP como objeto e, depois, via transformação, gerar a ordem V-DP-AP. Observe que nada impede que a hipótese (D) seja interpretada nesses

¹³Esse ponto fora um contra-argumento apresentado por Marcelo Ferreira durante meu exame de qualificação.

termos, principalmente se a estrutura dos bitransitivos for aquela da concha larsoniana (Larson, 1988).

No texto que segue adiante, considero alguns dos argumentos a favor da constituição apresentados acima, bem como retomo alguns dos pontos contra-constituição que foram apresentados nesta dissertação, sem a intenção de ser exaustivo.

No curso deste trabalho, encontrei algumas evidências de que o verbo ‘considerar’ tem uma maior semelhança com verbos que possuem objeto duplo, como verbos ‘dar’, ‘emprestar’ etc. Essas evidências são provenientes de seu padrão de acarretamento e de fronteamentos que muito se assemelha com esse grupo de verbo. Isso parece ir na contramão das discussões sobre SC, uma vez que as sentenças com os verbos ‘considerar’ são as mais utilizadas para argumentar a favor das SC e que esse verbo traria os caso mais claros de SC complemento (cf. Stowell (1983), Rothstein (1983), Foltran (1999), Gomes (2006), *inter alia*).

O exemplo central de Stowell (1987) é justamente um caso com o verbo ‘considerar’ conforme o que apresento abaixo:

(4.30) I consider John foolish

O autor ainda apresenta mais alguns exemplos, veja:

- (4.31) a. This will make John angry
b. John is considered foolish
c. John seems foolish
d. John left the party angry
e. Bill ate the meat raw

Apesar de Stowell ter apresentado os exemplos acima, sua discussão se concentrava em contextos com o verbo ‘considerar’. Alguns dos exemplos acima não entraram em meu texto por força do recorte, mas não os perdi de vista.

Voltando à questão, é importante notar que esse é o verbo mais apontado como tendo um complemento oracional, como uma SC. Uns dos argumentos a favor da constituição vem justamente dos padrões de acarretamento. Alguns autores defendem (cf. Gomes (2006) e Rothstein (1995)) que o acarretamento abaixo não seja válido:

(4.32) a. Pedro considera a Maria inteligente

b. $\not\rightarrow$ * Pedro considera a Maria¹⁴

E que a ausência desse acarretamento (nas palavras de Rothstein(1995, p. 31): “the lack of entailment”), seria evidência de que o complemento de ‘considerar’ acima é uma SC, isto é, ‘a Maria’ junto com ‘inteligente’ formariam um constituinte. No entanto, como já demonstrei anteriormente, esse passo é precipitado, pois a autora deixou de considerar outras hipóteses existentes e possíveis. Enfim, a falta desse acarretamento excluiria as hipóteses (B) e (B’)¹⁵, mas ainda restariam (A) e (D). Meu ponto é, justamente, como podemos decidir entre uma e outra.

Há uma semelhança das sentenças com esses verbos com os padrões de acarretamento dos bitransitivos e os complementos de verbos bitransitivos não formam um único constituinte. Apesar de em ocasiões anteriores¹⁶, eu ter apontado que o acarretamento ‘ver a Maria’ em ‘Pedro viu a Maria grávida’ era uma evidência para alguma relação local entre ‘Maria’ e ‘ver’, estou considerando isso de outra forma aqui. Ferreira apontou que isso não me garante, na passagem para a sintaxe, que exista alguma relação de localidade entre o verbo e o sujeito da predicção NP+XP, uma vez que exemplos como ‘Pedro visitou o norte da Escócia’ também acarreta ‘Pedro visitou a Escócia’ e mesmo que ‘Pedro visitou uma fazenda que fica no norte da Escócia’ também acarreta a sentença ‘Pedro visitou a Escócia’. Exemplos como este, mostram que os acarretamentos podem ser de outra ordem e que por isso passar para a sintaxe diretamente é uma passo precipitado.

Portanto, argumento que a existência do acarretamento não garante uma contraparte na sintaxe, porém um movimento inverso parece possível, mesmo sem uma teoria semântica associada a isso, acredito que posso me valer da intuição de que algumas estruturas podem sim levar a padrões de acarretamento previsíveis e nos ajudar a desfavorecer alguma estrutura como fez Rothstein. Assim, é bom deixar esse ponto claro, que o argumento de Rothstein (também usado por Gomes(2006)) não é inválido, o problema é concluir diretamente por uma determinada estrutura, sem considerar as outras possibilidades.

Outro ponto que parece ajudar Rothstein na escolha da hipótese (A) tem a ver com a idéia de subcategorização de ‘considerar’, pois a autora assume que este verbo não marca tematicamente o DP sujeito do predicado AP. No entanto, fica muito difícil testar isso, pois

¹⁴Por algum motivo, no sentido relevante essa sentença não existe e isso prejudica o teste.

¹⁵Adotando uma análise ainda intuitiva, como apresentei na seção de acarretamento, por falta de uma teoria semântica robusta associada a estas assunções.

¹⁶Essas ocasiões incluem a apresentação realizada na Semana de Teses e Dissertações em Linguística da UFPR e a apresentação de um artigo não publicado em Mendoza - Argentina, ambos em 2007.

o não acarretamento pode ser simplesmente resultado da inexistência da sentença 'considerar-NP' no sentido relevante, sem que isso possa me garantir a ausência de marcação temática de 'considerar' sobre o DP sujeito da SC, o que faria com que este fosse na verdade também complemento de 'considerar'.

A possibilidade de se fazer uma paráfrase das sentenças com o verbo 'considerar', utilizando a cópula 'ser' é um outro argumento apresentado por Gomes(2006), conforme segue abaixo. Observe também que esse tipo de paráfrase não é possível com os outros verbos de meu paradigma:

(4.33) Eu considero ser a Maria inteligente

(4.34) * Eu como ser a carne crua

(4.35) * Eu dei ser as flores para a Maria

Trata-se de um argumento que se alinha com propostas de estrutura de SC do tipo em que 'ser' apenas não se realiza foneticamente, sendo essa a única diferença crucial entre *Small* e *full clauses* (cf. Kreps (1994) *apud* Taveira (2007) e mesmo Starke(1995)), apesar de ela não ter dito isso em seu texto, pois utiliza esse teste como uma forma de diferenciar os verbos judicativos dos outros verbos e não como forma de identificação de SC, ou de alguma pista da estrutura. Será esse um argumento para a existência de SC? Talvez sim, principalmente se os autores citados acima estiverem corretos. Mesmo assim, se for o caso, deveremos encontrar uma resposta para o porque do não fronteamto e mesmo da impossibilidade de pronominalização com 'algo'.

A autora ainda aponta como uma das evidências para SC com os verbos do tipo de 'considerar', o fato de o verbo 'considerar' ser um verbo ECM (Gomes, 2006, p.37) e não theta-marcado o DP sujeito da SC (SC em sentido lato, equivalente ao meu termo *predicação NP+XP*). Interessante é que o estatuto de ECM desse verbo também pode ser questionado. Aliás, esse argumento é circular, pois esse verbo é ECM porque a atribuição não é canônica, isto é, se atribui Caso a um DP que não é marcado tematicamente pelo núcleo que atribui papel temático (visão GB), mas por outro núcleo, pelo núcleo de AP, então, há uma SC. Ora, tem-se SC porque é ECM e é ECM porque há SC, como assim? Acredito que não temos como discutir o estatuto de ECM desse verbo sem testar a constituição antes. Uma consequência de minha assunção, não serve como argumento para sustentar minha assunção (pelo menos não nesse caso), porque essa consequência foi criada por ela mesma. Eis o círculo.

Apesar disso, esse verbo tem característica de ECM por apresentar a paráfrase abaixo:

(4.36) Eu considero que a Maria é inteligente

O que não ocorre com os verbos bitransitivos como ‘dar’:

(4.37) * O Pedro deu que flores é para a Maria

Nesse sentido, então, minha argumentação nesse ponto vai somente na direção de apontar que não há como assumir esse estatuto de ECM, sem ter claro que se trata realmente de uma estrutura ‘considerar-SC’. Também parece que tenho de fazer uma concessão aqui, pois os bitransitivos não permitem tal paráfrase com sentença finita encaixada, introduzida pelo complementizador ‘que’. No entanto, há casos de verbos que selecionam uma sentença finita complemento e que não permitem as *predicações NP+XP*.

(4.38) a. O Pedro sabe que a Maria é inteligente

b. * O Pedro sabe a Maria inteligente

Sendo assim, parece-me claro que tal passo, i.e., de ‘sentença finita → SC’, também não é tranqüilo e suscita questões do porquê tal fato não ocorre também com verbos do tipo de ‘saber’, ‘acreditar’, ‘crer’ etc.

Uma questão que se coloca contra a minha conclusão de que o verbo ‘considerar’ esteja associado a uma estrutura de bitransitivo vem do contraste apresentado por Rothstein (1995) entre sentenças predicativas e sentenças de identidade. Quando proposições de identidade contituem a complementação do verbo ‘considerar’ a cópula ‘be’ é obrigatória. Observe no exemplo abaixo que o dado (a), sendo de uma proposição predicativa, pode prescindir da cópula, mas (b), que é uma proposição de identidade(equativa), não.

(4.39)

a. I consider the winner (to be) a good runner

b. I consider the winner *(to be) Mary

Mesmo que em português esse contraste não exista, ele existe em inglês e em hebraico, o que acaba causando problemas à minha proposta. Se o que a autora coloca estiver correto, a questão é como conciliar este fato a uma estrutura de bitransitivo. Poderia ser proposto que na verdade nesses casos o complemento de ‘considerar’ é oracional e forma um constituinte. No entanto, por que novamente a pronominalização com ‘algo’ não é possível?

Encerrando esta seção, não resenhei aqui os outros argumentos, como o 'escopo dos advérbios' e o 'efeito da condição de sujeito', que talvez pudessem lançar mais luz sobre os dados. Para conhecê-los, remeto o leitor aos texto de Rothstein e de Stowell.

4.5 Considerações Finais do Capítulo IV

Este capítulo foi dedicado principalmente a ilustrar o paradoxo de constituição e também trazer para o texto alguns argumentos importantes sobre as SC complemento do verbo 'considerar'.

No início do capítulo, apresentei o balanço final, revi alguns resultados com base no dado novo apresentado por Marcelo Ferreira. Na revisão dos dados ficou evidente que nenhuma das hipóteses concorrentes atendia adequadamente o que o cruzamento dos testes apresentavam de propriedades dos dados.

Por fim, apresentei algumas soluções possíveis, sendo que aquela que implementa algumas assunções da Teoria de Controle de Hornstein(2001), parece ser a mais adequada, pois distingue as predicções que formam SC (seja SC complemento ou adjunta) das que não formam. Também apresentei os porquês de se insistir na hipótese de que o verbo 'considerar' não seleciona uma SC complemento.

5 Considerações finais

Nesta dissertação apresentei como é complexo o estudo das construções predicativas que chamei aqui de *predicações NP+XP*. Para fazer isso, fiz vários testes de constituição que me levaram às reflexões que vim fazendo até aqui. Nestas considerações finais, vou retomar algumas conclusões, algumas conseqüências das hipóteses adotadas neste trabalho, além de questões que ficaram e que julgo importante registrar ao final deste trabalho.

Como eu havia apresentado no início, não era objetivo primeiro discutir se existe ou não SC, mas determinar em que contexto ela existe. É claro que a questão da existência acabou aparecendo, mas não como tema central. Então, abaixo apresento as conclusões a que esse trabalho me levou e, portanto, quais contextos admitem ou não *Small Clause*.

Assim, a partir das evidências apresentadas, e se este trabalho estiver no caminho certo, uma vez que existem bons argumentos contra minha proposta, concluo que os verbos ‘querer’ e ‘ver’ são os únicos dos verbos estudados nesse trabalho que admitem uma SC complemento. Os verbos ‘contratar’ pode estar associado a uma descrição estrutural com uma SC, mas neste caso uma SC-adjunta. Os verbos ‘deixar’ e ‘considerar’, por sua vez, não estão associados a uma descrição estrutural com SC, mas a uma estrutura de bitransitivos.

A conclusão a que este trabalho chegou para os verbos ‘considerar’ e ‘deixar’ iguala os verbos ‘eleger’, ‘julgar’ e ‘considerar’ em termos estruturais, o que não é o caso na análise de Rothstein(1995) e Gomes(2006), pois as autoras os diferenciam, atribuindo a ‘julgar’ e a ‘eleger’ uma análise do tipo bitransitivo e a ‘considerar’ uma estrutura de SC-complemento. Uma nota importante aqui é que o trabalho de Gomes(2006) apresenta duas interpretações para ‘julgar’ e uma delas é associada a uma estrutura de SC-complemento também. O meu trabalho não separou estruturalmente as interpretações de ‘julgar’.

Minha análise também junta dois verbos em um mesmo grupo, dois verbos que não são necessariamente iguais semanticamente. Os verbos ‘considerar’ e ‘deixar’ foram analisados como verbos associados a uma estrutura de bitransitivos. O verbo ‘deixar’, como demonstrei anteriormente, seria um causativo, a realização de ‘CAUSE’ abstrato, que ‘causa’ que uma

entidade denotada pelo DP_{obj} passe a ter um determinado estado (aquele atribuído pelo AP predicativo), e que é causado por alguma ação, não expressa, que a entidade denotada pelo DP_{subj} tenha praticado.

Uma questão que se coloca como consequência da conclusão de que os complementos do verbo ‘considerar’ não formam uma SC, mas dois constituintes independentes que teriam uma estrutura isomórfica à dos bitransitivos (a idéia de que a estrutura seja a de bitransitivo ainda é especulativa e depende de maior estudo), é a de saber como se dá a predicação entre eles. Rothstein(1995) coloca que entre o AP e o DP há uma predicação primária, pois o DP não seria marcado tematicamente pelo verbo, mas somente pelo AP. Em minha proposta, estou colocando que ambos são, na verdade, theta-marcados pelo verbo ‘considerar’. Portanto, resta saber como seria estabelecida a predicação entre eles, caso minha análise esteja correta?

Esta dissertação ainda localizou um Paradoxo de Constituência com os verbos do grupo de ‘contratar’ e ‘comer’ e também com uma das interpretações do verbo ‘ver’, uma vez que este último também tem uma interpretação que estaria associada a uma estrutura semelhante à de ‘comer’, qual seja, à de Small Clause Adjunta. O paradoxo veio do fato de que uma mesma hipótese não consegue modelar adequadamente o que os testes de fronteamento e pronominalização sugerem serem características das sentenças que trazem esses verbos.

Para resolver o paradoxo propus algumas soluções. A que mais me pareceu estar no caminho correto seria aquela que propõe que o PRO sujeito da SC-adjuntas seja na verdade uma cópia do DP complemento (usando a teoria de Hornstein(2001), portanto) e que esta SC adjunta seja copiada para a posição de foco (também uma cópia do DP sujeito da SC deve ser copiada para a posição de complemento do verbo), apesar de isso suscitar questões sobre o Caso nessas descrições estruturais, esta foi a única proposta que consegue diferenciar os casos de SC dos outros casos, evitando que o sistema sobregere e prevendo adequadamente que os verbos ‘considerar’ e ‘deixar’ não permitem o fronteamento, uma vez que não há SC complemento ou adjunta.

Um outro trabalho interessante que poderia me ajudar a colocar um pouco mais de luz sobre o que vim estudando até aqui, seria considerar a sugestão de Maria José Foltran¹ de se estudar a estrutura argumental dos verbos em questão. Quem sabe assim fosse possível, a partir da melhor compreensão do tipo de seleção categorial e semântica que cada verbo faz, dar maior suporte às conclusões a que esse trabalho chegou ou mesmo questioná-las. Isso acabou não entrando na pesquisa, mas é certamente um tema interessante para estudos futuros.

Mesmo com as questões que possam vir a se colocar sobre as direções e opções

¹ Sugerido durante meu exame de qualificação.

metodológicas deste trabalho, e mesmo da sua incompletude, as conclusões apresentadas parecem estar no caminho certo, principalmente para os verbos que permitem SC. E para aqueles que ainda restam dúvida, como no caso de ‘considerar’, as objeções colocadas aqui dão novos questionamentos que merecem ser respondidos, tanto para argumentar em uma direção quanto em outra.

Pensando nos resultados do testes de frenteamento, se o que foi observado corresponde aos fatos, acredito que isso deva ter conseqüências para um dos testes de constituência conhecidos na literatura, mais especificamente o teste de frenteamento por focalização. Classicamente, a focalização de uma determinada seqüência somente será adequada se ela formar um constituinte no seu ponto de origem. A discussão realizada sobre o paradoxo de constituência com os verbos do tipo de ‘contratar’ parece não invalidar esse teste, pois a sua a assunção continua a mesma. No entanto, somente associando este teste a outros pode-se revelar constituências não esperadas.

Ilustrando isso, lembremo-nos de Takano (2002) em seu artigo ‘Surprising Constituents’ que também apresenta dados que trazem constituências não esperadas por não formarem uma unidade na estrutura profunda, isto é, na base — levando em consideração o modelo *Government and Binding*.

Além disso, com a adoção de uma solução via Hornstein(2001) para o paradoxo, também se faz uma distinção importante: a hipótese (B’), que é a proposta por Rothstein(1983) para a estrutura dos predicados secundários, ficaria excluída da disputa, pois para que se distinga as SC dos outros casos, é preciso que exista uma posição de sujeito preenchida por uma cópia do DP complemento.

As duas seções que seguem trazem alguns pontos que não foram considerados no trabalho, mas que podem ser objetos de pesquisas futuras.

5.1 O caso do Caso

Durante a realização dos testes que deu base para este texto, ainda localizei alguns fenômenos muito interessantes que não entraram nesta dissertação ou foram apenas citados. Quero deixa-los registrados neste texto.

Observe a sentença abaixo:

(5.1) O Pedro nunca vai me ver grávida.

Essa sentença é perfeita e pode ser proferida em um contexto em que uma mulher qualquer optou por não ter filhos, mas seu esposo insiste constantemente que ela deva engravidar. Essa mulher, então, conversando com uma amiga produz a sentença (5.1) acima.

Em primeiro lugar, vou considerar o dialeto relevante. O dialeto em que (5.1) é aceitável (e vou colocar de lado aqueles dialetos em que os pronomes clíticos não existem, ou, ao menos, são marginais), o ‘eu’ se realiza com o clítico ‘me’ quando marcado com o Caso acusativo. No dialeto que pus de lado, a sentença (5.2) é aceitável, mas, no dialeto relevante inaceitável:

(5.2) A Maria beijou eu.

E no dialeto relevante, a sentença em (5.2) acima é inaceitável. Observe que não estou entrando no mérito da norma-padrão², mas somente a partir da aceitação de falantes desse dialeto³ Também é inaceitável a sentença em (5.3), porque ‘eu’ está marcado com caso acusativo e deveria ser realizado com o clítico ‘me’:

(5.3) * O Pedro nunca vai ver eu grávida!

Então considerando esse dialeto, vou frontear a predicação NP+XP toda. O exemplo (5.4) abaixo, seria o resultado desse fronteamento:

(5.4) * Me grávida, o Pedro nunca vai ver!

Esse dado é inaceitável, mas os julgamentos que obtive apontam para o fato de que o exemplo em (5.5) seja aceitável.

(5.5) Eu grávida, o Pedro nunca vai ver!

E também parece ser aceitável, se for pronunciada com uma prosódia de foco contrastivo *in situ*, a sentença abaixo:

(5.6) O Pedro já viu EU grávida

²Sobre o conceito de norma, norma culta e norma-padrão, remeto ao leitor ao texto Faraco(2008).

³Lembre-se de que ‘inaceitável’ é um termo técnico no quadro teórico desse trabalho e não um postura de uma comunidade sobre formas lingüísticas estigmatizadas.

Se minha intuição e os julgamentos que coletei estiverem corretos, como fica a checagem de Caso do item lexical ‘eu’. Que conseqüências tem essas estruturas para a teoria de Caso? Que Caso o terminal ‘eu’ possui? E o núcleo atribuidor AGR_O , como ele vai descarregar seu Caso?

Se for adotada uma teoria em que o Caso é checado via checagem/apagamento de traços, haverá um traço de Caso no item lexical ‘eu’ e outro no verbo. Nessa teoria o item lexical ‘eu’ checaria seu Caso via Caso *default*, por exemplo, o que seria uma operação de *ultimo recurso* – *Last Resort*. Isso resolveria parte do problema. Vale lembrar, no entanto, que o traço de caso é não-interpretável, assim, ele tem de ser apagado antes de ir para LF, para satisfazer *Full Interpretation*.

Mas como que se dá a checagem/apagamento do traço de Caso, não interpretável, do núcleo AGR_O ? Se ele não for checado, a derivação dessa sentença deveria *fracassar*. Fica a questão.

Se eu supuser que o DP e o AP se movem deixando a cópia de baixo sem Caso acusativo, então o problema é apagar o traço não interpretável do atribuidor (AGR_O , v , ou o que quer que seja), como disse. Se esse traço fosse atribuído à cópia de baixo, não se explicaria com que Caso a cópia de cima se superficializa (considera-se o Caso nominativo como *default*).

É certamente um campo de investigação que se abriu a minha frente. Se o Caso em português for checado na sintaxe aberta, como a realização desse item lexical se deu e como o verbo checou seu Caso? Se for checado na sintaxe fechada no caminho para LF, será que esses casos de Caso envolveriam reconstrução?

5.2 O caso da concordância

Um outro ponto que ficou, a que me referi superficialmente no Capítulo 2, seção 2.5.1, sobre a Teoria de Schein(1995), é a maneira como se dá a concordância em um sistema que não adota *PRO* ou algo semelhante, ou que não assuma alguma cópia do DP sujeito, nas SC-adjuntas.

Schein(1995) assume *c-comando mútuo* para estabelecer a predicação, o que já deixa uma pergunta sobre quem predica de quem. Ele assume, ainda, para resolver o problema das SC-adjuntas, e para evitar que o sistema dele sobregera, que essas SC na verdade modificam o verbo. Então, resta a questão de como é que se dá a concordância nesse sistema, uma vez que algum tipo de concordância esses XP manifestam.



Chega-se aqui ao final desta dissertação. As discussões que apresentei nos quatro capítulos que compõem este trabalho trazem como principal contribuição para a pesquisa das *Small Clauses* e Predicados Secundários uma melhor compreensão das propostas existentes. Sem perder de vista que essa discussão envolve diferentes aspectos da gramática e que a assunção de uma determinada hipótese deve levar em conta cada um desses aspectos.

A caracterização de um paradoxo de constituência, observado quando se considera cada uma das hipóteses concorrentes cruzando-as com cada um dos testes, serve para lançar mais luz sobre o que Stowell(1995) chamou de “os buracos negro da teoria sintática”.

Portanto, encerro esse trabalho com a certeza de que os ‘buracos negros’ podem se mostrar à luz, mesmo que ainda não a tenhamos encontrado. Isso vale para toda a capacidade humana da linguagem, que ainda não conhecemos integralmente, porque nos falta a luz ou a sonda adequada para tanto. Todavia, a certeza de poder encontrá-la é o motor que nos move adiante.

Referências Bibliográficas

- ABELS, K. Move? Doctoral Research Paper. University of Connecticut, Storrs. 2001.
- BASÍLICO, D. The topic of small clauses. *Linguistic Inquiry*, MIT Press, v. 34, p. 1–35, 2003.
- BASTOS, A. C. P. *FAZER EU FAÇO! Topicalização de Constituintes Verbais em Português Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Linguística) — UNICAMP, Campinas, 2001.
- BOBALIJK, J. In terms of merge: copy and head movement. In: PENSALFINI, R.; URA, H. (Ed.). *Papers in minimalist syntax: MIT working papers in linguistics*. Cambridge, MA: MIT, 1995. v. 27, p. 41–64.
- BOECKX, C. *Linguistic Minimalism: origins, concepts, methods and aims*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- BORGES NETO, J. Semântica de modelos. In: MÜLLER, A. L.; NEGRÃO, E. V.; FOLTRAN, M. J. (org.). *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9–46.
- BORGES NETO, J.; FOLTRAN, M. J. Construções com gerúndio. In: *Colóquio Português Europeu-Português Brasileiro: Unidade e Diversidade na Passagem do Milênio*. Lisboa: Associação Brasileira de Linguística, 2000. p. 154–155.
- BOWERS, J. The syntax of predication. *Linguistic Inquiry*, v. 24, p. 591–656, 1993.
- BOWERS, J. Predication. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (Ed.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Cambridge, MA: Blackwell, 2001. p. 299–333.
- BRODY, M. *Lexico-logical Form: A radically minimalist theory*. Cambridge/MA: MIT Press, 1995.
- CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. Small clauses: some controversies and issues of acquisition. In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. (Ed.). *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press, 1995. p. 1–23.
- CARLSON, G. A unified analysis of the english bare plural. *Linguistics and Philosophy*, Dordrecht, v. 1, p. 413–457, 1977.
- CHOMSKY, N. Current issues in linguistic theory. In: FODOR, J. A.; KATZ, J. J. (Ed.). *The Structure of Language: Readings in the Philosophy of Language*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1964. p. 50–118.
- CHOMSKY, N. *Aspect of the Theory of Syntax*. Cambridge/MA: MIT Press, 1965.
- CHOMSKY, N. *The Logical Structure of Linguistic Theory*. New York: Plenum, 1975. Versão publicada de um manuscrito de 1955.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

- CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its origin and use*. New York: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, N. Bare phrase structure. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, The MIT Press, Cambridge, v. 5, 1994. (Reprinted in G. Webelhuth (ed.) 1995. *Government and binding theory and the minimalist program*. Cambridge: The MIT Press, pp. 383-439.).
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge/MA: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, N. Minimalist inquiries: the framework. In: MARTIN, R.; D., M.; URIAGEREKA, J. (Ed.). *Step by Step*. Cambridge: The MIT Press, 2000. p. 89–155.
- CHOMSKY, N.; LASNIK, H. The theory of principles and parameters. In: JACOBS, J. et al. (Ed.). *Syntax: An international Handbook of Contemporary Research*. Berlin: de Gruyter, 1993.
- CITKO, B. On the nature of merge: External merge, internal merge, and parallel merge. *Linguistic Inquiry*, v. 36, n. 4, p. 475–496, 2005.
- CITKO, B. Small clauses reconsidered: not so small and not all alike. *Lingua*, v. 118, p. 261–295, 2008.
- Den DIKKEN, M. *The Syntax of Predication, Predicate Inversion, and Copulas*. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.
- DRURY, J. The promise of derivations: atomic merge and multiple spell-out. *Groninger Arbeiten zur Germanistischen Linguistik*, n. 42, p. 61–108, 1998.
- DRURY, J. *Movement as Rmerge and C-Command as Subderivational Precedence*. 1999. Paper presented at the GLOW 1999 Workshops in Postdam.
- FOLTRAN, M. J. *Predicados Secundários no Português do Brasil*. 206 f. Tese (Doutorado em Letras) — USP, São Paulo, 1999.
- FOLTRAN, M. J. Relações de predicação. In: MÜLLER, A. L.; NEGRÃO, E. V.; FOLTRAN, M. J. (org.). *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 47–59.
- FREIDIN, R.; VERGNAUD, J.-R. Exquisite connections: some remarks on the evolution of linguistic theory. *Lingua*, v. 111, p. 639–666, 2001.
- GÄRTNER, H.-M. *Generalized Transformations and Beyond: reflections in minimalist syntax*. Berlin: Akademie Verlag, 2002.
- GOMES, A. F. R. *As Small Clauses Complementos no Português do Brasil*. 160 f. Tese (Doutorado em Letras) — UFPR, Curitiba, 2006.
- GUIMARÃES, M. *Derivation and Representation of Syntactic Amalgam*. Tese (Ph.D. Thesis) — University of Maryland, Maryland, 2004.
- HIRAMATSU, K. *Assessing Linguistic Competence: Evidence from children's and adult's acceptability judgments*. 163 f. Tese (PHD) — University of Connecticut, Connecticut, 2000.
- HORNSTEIN, N. *Move! A Minimalist Theory of Construal*. Oxford: Blackwell, 2001.

- HORNSTEIN, N.; NUNES, J.; GROHMANN, K. *Understanding Minimalism*. New York: Cambridge, 2005.
- KAYNE, R. *The antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1994.
- KIRSNER, R. S.; THOMPSON, S. A. The role of pragmatic inference in semantics: a study of sensory verb complements in english. *Glossa*, v. 2, n. 10, p. 200–240, 1976.
- KREPS, C. Another look at small clauses. *UCL Working Papers in Linguistics*, v. 6, 1994.
- LARSON, R. Sentence-final adverbs and “scope”. In: WOLF; MOULTON, K. (Ed.). *Proceedings of NELS 34*. UMASS: GLSA, 2004. p. 23–43.
- LARSON, R. K. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*, v. 19, p. 335–391, 1988.
- LASNIK, H.; SAITO, M. On the subject of infinitives. In: LASNIK, H. (Ed.). *Minimalist Analysis*. Oxford: Blackwell, 1999. p. 7–24.
- MARTIN, R.; URIAGEREKA, J. Some possible foundations of the minimalist program. In: MARTIN, R.; D., M.; URIAGEREKA, J. (Ed.). *Step by Step*. Cambridge: The MIT Press, 2000. p. 1–29.
- MIOTO, C.; FOLTRAN, M. J. A favor de small clauses. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, v. 49, p. 11–28, 2007.
- MORO, A. *Dynamic Antisymmetry*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000. (Linguistic Inquiry Monograph, 38).
- MÜLLER, G. *Incomplete Category Fronting : A derivational approach to remnant movement in German*. Dordrecht: Kluwer, 1998. (Studies in Natural Language and Linguistic Theory, 42).
- NUNES, J. *The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program*. Tese (Ph.D. dissertation) — University of Maryland, College Park, 1995.
- NUNES, J. Sideward movement. *Linguistic Inquiry*, v. 32, n. 2, p. 303–344, 2001.
- NUNES, J. *Linearization of Chains and Sideward Movement*. Cambridge: Massachusetts/Londres: The MIT Press, 2004. ((Linguistic Inquiry Monographs)).
- PARSONS, T. *Events in the semantics of English: A study in Subatomic Semantics*. London: MIT Press/Cambridge, 1990.
- PESETSKY, D. *Zero Syntax: Experiencer and Cascades*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- PHILLIPS, C. Right association in parsing and grammar. *MITWPL*, Cambridge, v. 26, p. 57pp, 1996. Papers on Language Processing and Acquisition.
- PHILLIPS, C. Linear order and constituency. *Linguistic Inquiry*, v. 34, p. 37–90, 2003.
- PHILLIPS, C.; LASNIK, H. Linguistics and empirical evidence: A response to edelman and christiansen. 2003. Disponível em: <http://www.ling.umd.edu/colin/research/> – acessado em 07/2008.

- RADFORD, A. *Transformational Syntax: A First Course*. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 1988.
- RAPOSO, E. P. *Teoria da Gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.
- RAPOSO, E. P.; URIAGEREKA, J. Two types of small clauses (toward a syntax of theme/rheme relations). In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. (Ed.). *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press, 1995. p. 179–206.
- ROBERTS, I. Predicative ap. *Linguistic Inquiry*, v. 19, 1988.
- RODRIGUES, P. O gerúndio e os verbos de percepção visual no português brasileiro. *Estudos Lingüísticos*, v. 32, 2003.
- RODRIGUES, P. O gerúndio e as leituras concretas e imaginativas dos verbos de percepção em português brasileiro. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, v. 49, 2007.
- ROTHSTEIN, S. *The Syntactic Forms of Predication*. Tese (Ph.D. Dissertation) — MIT, 1983. [Http://hdl.handle.net/1721.1/15509](http://hdl.handle.net/1721.1/15509).
- ROTHSTEIN, S. Small clauses and copular constructions. In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. (Ed.). *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press, 1995. p. 27–48.
- SCHEIN, B. *Plurals and Events*. Cambridge/MA: The MIT Press, 1993. Current Studies in Linguistics No. 23.
- SCHEIN, B. Small clauses and predication. In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. (Ed.). *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press, 1995. p. 49–76.
- SPORTICHE, D. French predicate clitics and the clause structure. In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. (Ed.). *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press, 1995. p. 287–324.
- SPROUSE, J. Continuous acceptability, categorical grammaticality, and experimental syntax. *Biolinguistics*, v. 1, p. 123–134, 2007.
- SPROUSE, J. *A Program for Experimental Syntax: Finding The Relationship Between Acceptability and Grammatical Knowledge*. Tese (Ph.D. dissertation) — University of Maryland, College Park, 2007.
- STARKE, M. On the format of small clauses. In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. (Ed.). *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press, 1995. p. 237–270.
- STARKE, M. *Move dissolves into merge: A theory of locality*. Tese (Unpublished Ph.D. Thesis) — Université of Genève, Switzerland, 2001.
- STOWELL, T. *Origins of phrase structure*. Tese (Unpublished doctoral dissertation) — MIT, 1981.
- STOWELL, T. Subject across categories. *The Linguistic Review*, v. 2, p. 285–312, 1983.
- STOWELL, T. Small clause restructuring. Manuscrito de Stowell(1991). 1987.

- STOWELL, T. Small clause restructuring. In: FREIDIN, R. (Ed.). *Principle and parameters in comparative grammar*. Cambridge: MIT Press, 1991. p. 182–218.
- STOWELL, T. Remarks on clause structure. *Syntax and Semantics*, v. 28, p. 271–286, 1995.
- SWART, H. de. *Introduction to Natural Language Semantics*. Stanford: CSLI, 1998.
- TAKANO, Y. Illicit remnant movement: An argument for feature-driven movement. *Linguistic Inquiry*, v. 31, p. 141–156, 2000.
- TAKANO, Y. Surprising constituents. *Journal of East Asian Linguistics*, v. 11, p. 243–301, 2002.
- TAVEIRA, R. d. C. Small clauses como ips. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, v. 49, p. 65–78, 2007.
- URIAGEREKA, J. *Derivations: Exploring the dynamics of syntax*. London: Routledge, 2002.
- WEINBERG, A. A minimalist theory of human sentence processing. In: EPSTEIN, S.; HORNSTEIN, N. (Ed.). *Working Minimalism*. Cambridge/MA: MIT Press, 1999.
- WILLIAMS, E. Small clauses in english. *Syntax and Semantics*, v. 4, p. 249–273, 1975.
- WILLIAMS, E. Predication. *Linguistic Inquiry*, v. 11, p. 203–238, 1980.
- WILLIAMS, E. Against small clause. *Linguistic Inquiry*, v. 14, n. 2, p. 287–308, 1983.